

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC/SP

Rivanil Rubens Nogueira

**Práticas pedagógicas no Centro Socioeducativo Tamoios: Avanços,
retrocessos e desafios para uma pedagogia humanizadora**

Doutorado em Ciências Sociais

São Paulo

2021

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP

Rivanil Rubens Nogueira

**Práticas pedagógicas no Centro Socioeducativo Tamoios: Avanços,
retrocessos e desafios para uma pedagogia humanizadora**

Doutorado em Ciências Sociais

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof.^a Dra. Rita de Cássia Alves Oliveira.

São Paulo
2021

Banca Examinadora

Dedico

A todos os seres injustiçados, oprimidos e violentados em seus direitos. Que suas dores gritos ecoe eternamente e alimentem as chamas da luta por um futuro que ainda não veio e que por mais que seja uma utopia tem sido o sentido de minha existência.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior - Brasil (CAPES). Código de Financiamento 001. Processo 88887.152309/2017-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) Finance code 001. Processo 88887.152309/2017-00

AGRADECIMENTOS

A consciência de estar vivo e da finitude é a única certeza que podemos afirmar, e isso no plano existencial pode gerar um conflito quase insuportável. Nenhum objeto, ou poder, pode amenizar essa realidade. No entanto, as relações humanas são as únicas capazes de mudar pensamentos, posturas, sentimentos etc.

Nesta contínua resistência pela vida, tenho o privilégio de conviver com minha mãe e dela conhecer o verdadeiro amor incondicional. Assim, aprendi a amar meus filhos Gustavo e Arthur e deles sentir este amor que me anima a continuar.

Agradeço a todos da minha família, mas em especial ao Leandro, pela parceria compreensiva e paciência ao me escutar todos estes anos ante a quimera que julgo ser ideal no âmbito de definição na construção de uma sociedade justa, além de ser um ser capacitado, boníssimo e prestativo.

A minha esposa Priscila pela paciência e dedicação neste período difícil que requer muita compreensão e amor.

Da mesma forma, não posso eximir da importância dos ensinamentos e a atenção acurada de minha orientadora. Esta foi imprescindível para estas reflexões, mas acima de tudo a parceria humana que esta pessoa extraordinária trouxe neste período culminou em um trabalho de relevância ética e moral dentro dos preceitos aqui elencados.

Aos professores e mestres João Clemente e Lucia Bogús que proporcionaram indicações primordiais para a pesquisa, pontuando elementos fundamentais que alicerçam o trabalho apresentado.

A minha colega Almunita, que se tornou parceira e amiga neste período e foi de grande valia suas observações em relação ao cotidiano da Fundação Casa.

Dos amigos, dois foram significativos nesta etapa: Rodolfo, que já se encontra em outro plano espiritual, e Yandra, que sempre me apoiou - não só no auxílio a este trabalho, bem como, na grandeza de sua intelectualidade que foi primordial no pensamento que subsidiou vários apontamentos da tese.

Agradeço à Katia pela paciência, orientações e dedicação profissional. Mais uma vez à Capes pelo alicerce que possibilitou a finalização dessa tese.

Aos adolescentes e profissionais que participaram da investigação e fundamentaram o trabalho de campo, sem o qual seria impossível. Por último a Direção do Centro Tamoios que na época apoiou a realização da pesquisa, bem como a Direção da Fundação Casa que através da Escola de Formação concedeu a autorização para a realização da pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho objetiva a descrição e análise das práticas pedagógicas promovidas pela Fundação Casa no ano de 2019, tendo como base as concepções dos adolescentes e profissionais a respeito dessas práticas no Centro Tamoios do Município de São José dos Campos (S.P). Procura evidenciar-se em contrapartida os caminhos realizados por educadores que buscam desenvolver ações socioeducativas com base nas práticas pedagógicas humanizadoras. Para tanto, a trajetória de pesquisa percorrido no âmbito quantitativo e qualitativo, abrangeu a pesquisa bibliográfica e documental, bem como o trabalho de pesquisa de campo, onde foram utilizadas as técnicas de: observação participante, entrevistas e pesquisa-ação. O tema aborda as múltiplas faces da vivência do cotidiano institucional. A pesquisa revelou que as práticas pedagógicas são a essência e o sentido de existência de uma instituição socioeducativa. Isso pode ser encontrado no discurso oficial através dos documentos legais e orientadores da Fundação Casa que se pauta na Doutrina de Proteção Integral. Contudo, a pesquisa de campo evidenciou contradições e lacunas que permeiam o cotidiano dos adolescentes e educadores que vivenciam um contexto ainda com ações repressoras e violentas com base na Doutrina de Segurança Nacional do controle e disciplina e que tem novas formas de dominação como a conformação dos adolescentes as regras cidadã para o sucesso individual. Porém, neste cenário, a pesquisa revelou formas de resistências de educadores e adolescentes através do exercício de práticas pedagógicas humanizadoras capazes de promover circunstâncias de reflexões críticas e de ações transformadoras para o nascimento do homem novo pautado, na assimilação de novos valores que privilegie o humano e o coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Fundação Casa; Práticas Pedagógicas; Medida socioeducativa de Internação; Adolescente em Conflito com a Lei.

ABSTRACT

This paper aims to describe and analyze the pedagogical practices promoted by Fundação Casa in 2019, having as research locus the Tamoios socio-educational center of the municipality of São José dos Campos (S.P). It seeks to highlight against the paths carried out by educators who seek to develop socio-educational actions based on humanizing pedagogical practices. For this, the research trajectory conducted in the quantitative and qualitative scope, covered bibliographic and documentary research, as well as the field research work, where the techniques of participant observation, interviews and action research were used. The theme addresses the multiple faces of the experience of institutional daily life. The research revealed that pedagogical practices are the essence and meaning of existence of a socio-educational institution. This can be found in the official discourse through the legal and guiding documents of the Fundação Casa that is based on the Doctrine of Integral Protection. However, the field research showed contradictions and gaps that permeate the daily lives of adolescents and educators who experience a context still with repressive and violent actions based on the Doctrine of National Security of control and discipline and that has new forms of domination such as the conformation of adolescents the citizen rules for individual success. However, in this scenario, the research revealed forms of resistance of educators and adolescents through the exercise of humanizing pedagogical practices capable of promoting circumstances of critical reflections and transformative actions for the birth of the new man based on the assimilation of new values that favor the human and the collective.

KEY WORDS: Fundação Casa; Pedagogical Practices; Socio-educational measure of Hospitalization; Adolescent in conflict with the law.

LISTA DE TABELAS

PÁGINA

TABELA 1	Perfil dos Adolescentes entrevistados.	22
TABELA 2	Perfil dos funcionários do Centro de Juventude de São José dos Campos entrevistados.	23

LISTA DE IMAGENS	PÁGINA
IMAGEM 1 Vista panorâmica do entorno da antiga construção da Casa Tamoios.	52
IMAGEM 2 Vista panorâmica da nova construção da Casa Tamoios.	52
IMAGEM 3 Redação de Avaliação da Atividade – oficina de Maracatu Realizada pelo adolescente Carlos	84
IMAGEM 4 Redação de Avaliação da Atividade – palestra sobre emprego realizada pelo adolescente Bruno	85
IMAGEM 5 Redação de Avaliação da Atividade – oficina sobre desigualdade social realizada pelo adolescente Danilo	86
IMAGEM 6 Redação de Avaliação da Atividade – roda de conversa sobre drogas realizadas pelo adolescente Márcio	104
IMAGEM 7 Redação de Avaliação da Atividade - roda de conversa sobre drogas realizado pelo adolescente Bruno	105
IMAGEM 8 Redação de Avaliação da Atividade - roda de conversa sobre drogas realizado pelo adolescente Pedro	105
IMAGEM 9 Redação de Avaliação da Atividade – encontro NEAT Realizada pelo adolescente Danilo	106

LISTA DE GRÁFICOS**PÁGINA**

GRÁFICO 1	Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - adolescentes por idade	58
GRÁFICO 2	Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - trabalho laborativo	59
GRÁFICO 3	Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - cursos realizados	60
GRÁFICO 4	Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - cursos desejados	60
GRÁFICO 5	Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - das infrações	61
GRÁFICO 6	Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - dos familiares	62
GRÁFICO 7	Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - da cor de pele	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Metodologia:.....	14
Análise Documental:.....	15
Observação Participante e a Pesquisa-Ação:.....	16
Levantamento e Análise dos Prontuários dos Adolescentes do Centro Tamoios:.....	18
Entrevistas:.....	19
Entrevistas com Adolescentes:.....	19
Critérios de Seleção da Amostra dos Adolescentes Entrevistados:.....	20
Desenvolvimento das Entrevistas.....	21
Entrevistas: Funcionários e Funcionárias:.....	23
Desenvolvimento da pesquisa.....	25
1 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: MAPEANDO O DEBATE.....	26
1.2 Contextualizando a medida socioeducativa de internação: doutrina de proteção integral.....	28
1.3 A Medida Socioeducativa de Internação em debate.....	30
1.4 O ECA e o SINASE.....	33
1.5 A Fundação Casa.....	35
1.5.1 Análise documental institucional.....	38
1.5.2 Regimento Interno e as Portarias como extensões da Lei.....	39
1.5.3 Cadernos Orientadores.....	42
2 O CENTRO SOCIOEDUCATIVO TAMOIOS E SEUS ADOLESCENTES.....	46
2.2 Plano Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Ação do Centro Tamoios.....	54
2.3 Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios entre os anos de 2019 e de 2020.....	58
2.4 Perfil qualitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios sob a ótica dos participantes das entrevistas.....	63
2.4.1 Relações Familiares.....	64
2.4.2 Escola.....	67
2.4.3 Trabalho.....	68
2.4.4 Violência e as drogas.....	70
2.4.5 Perspectivas de Futuro.....	74
3 O TRABALHO PEDAGÓGICO NO CENTRO TAMOIOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PRODUZIDAS NAS BRECHAS POR EDUCADORES E EDUCADORAS.....	76
3.1 Referências para uma pedagogia humanizada.....	76

3.2	Relatos do universo de pesquisa observável.....	81
3.2.1	Oficinas realizadas.....	83
3.2.2	O Jornal Le Casa Tamoios.....	88
3.2.3	As Férias.....	89
3.2.4	A prática de esporte e lazer.....	90
3.2.5	A prática pedagógica escolar.....	92
3.2.6	Práticas pedagógicas culturais e artísticas.....	93
3.2.7	Dos cursos profissionalizantes.....	94
3.2.8	Atendimento psicossocial.....	95
3.3	O NÚCLEO DE ESTUDOS DOS ADOLESCENTES DA TAMOIOS.....	97
3.3.1	A série Sintonia	99
3.3.2	A dinâmica da fábrica.....	100
3.3.3	A roda de conversa sobre as drogas e seu aspecto social.....	104
3.3.4	NEAT Sem Fronteiras.....	107
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
	ANEXO.....	131
A.	ANEXO – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	131
B.	ANEXO – Declaração de Autorização de Realização da Pesquisa – Fundação Casa de São José dos Campos.....	132

INTRODUÇÃO

São inúmeros projetos com suporte estruturais e financeiros que fracassam na tentativa de conduzir o adolescente à outra perspectiva de vida. Isto leva a necessidade de conhecer as reais condições de vida desses adolescentes, e em como realizar um trabalho pedagógico que corresponda às necessidades deles. Desta forma os questionamentos intrínsecos nesta esfera passam a ser de extrema importância. É importante refletir quais os fatores preponderantes que podem desencadear um processo crítico de superação do indivíduo frente ao contexto vicioso em que se encontram? Que elementos podem contribuir com este processo? Que tipo de ações pedagógicas são válidas para aqueles que sofreram perdas no seu processo de formação enquanto homem?

As questões apresentadas anteriormente foram avaliadas, e seus resultados dentro do processo educativo, que foi desenvolvido durante o período em que os adolescentes cumpriram medidas socioeducativas de internação bem como após desinternação, pois continuam vinculados a medida de meio aberto, geralmente a Liberdade Assistida. É fundamental a rede de proteção social, mas tão significativo é como passam pela rede. São acolhidos? Ou simplesmente respondem aos aspectos formais de atendimento. A resposta não é tão simples e objetiva, trata-se de verificar a totalidade de um processo amplo que precisa ser revelado: os aspectos objetivos que envolvem a eficácia do atendimento; os aspectos subjetivos que engloba educadores e educandos que estão inseridos no movimento maior da educação, cujo objetivo central é promover as condições viáveis para o exercício da cidadania.

A pesquisa realizada é resultado de um período histórico que tem permeado a vida do pesquisador. A questão do adolescente em conflito com a Lei tem sido parte do cotidiano profissional. São mais de 20 anos de atuação neste segmento, propiciando vivências das mais diversas situações sociais, tanto no meio aberto, quanto no contexto de privação de liberdade.

É de grande valia ressaltar os vários estudos que registram cada vez mais uma quantidade expressiva de adolescentes que se envolvem com o “mundo do crime”, são diversas as pesquisas que revelam as condições que originam o crescente envolvimento desses indivíduos com as práticas infracionais. Prado (2014), afirma em sua pesquisa sobre os jovens egressos da Fundação Casa, que ainda há ações ininterruptas ludibriantes e conservadora sobre a realidade que assombra a dialética conflitante entre o adolescente em desacordo com nossos códigos constituintes que legislam e regulamentam nossa convivência social, o que

dissemina uma visão simplista a respeito do assunto, bem como sobre o sistema e as medidas oficiais a que são submetidos, principalmente as de caráter educativo, que exige uma pedagogia específica e consistente no trabalho com os adolescentes. Assim, não se trata da pedagogia na sua formalidade, de um simples processo de aprendizagem. Os estudos se direcionam a um conceito ampliado, voltado à formação do cidadão, assim como de ações que influenciam diretamente o comportamento dos indivíduos.

Portanto, o presente trabalho tem como objeto de estudos as práticas pedagógicas na medida socioeducativa de internação, bem como, as concepções dos sujeitos de pesquisa sobre essas práticas, sendo elas no sentido da existência da instituição que tem como missão a educação perspicaz quanto a condição humana. Dessa forma, é fundamental a compreensão destas práticas não só no seu sentido amplo, mas especificamente no contexto da privação de liberdade de adolescentes, pois existem características peculiares a essa condição: a realidade vivenciada no interior dos centros socioeducativos. Ressaltamos, que a proposta inicial era a investigação dos impactos das práticas pedagógicas na trajetória de vida dos adolescentes, contudo essa condição necessitaria de um tempo considerável para efetivação da pesquisa, o que inviabilizaria os estudos, assim utilizamos o ano de 2019 como espaço temporal, especificamente no período de internação.

A pesquisa foi realizada no Centro Socioeducativo Tamoios, que está localizado no km 12, na Rodovia SP/Tamoios, no Município de São José dos Campos (S.P). A caracterização do referido Centro, e Município sede, pode ser visto no item: O Centro Socioeducativo Tamoios.

As hipóteses que permearam a pesquisa foram:

- Que as práticas pedagógicas humanizadoras podem desencadear um processo de mudança de valores dos adolescentes;
- As práticas pedagógicas podem orientar-se para uma estratégia de resistência da opressão institucional;
- Que as práticas pedagógicas operantes no Centro Tamoios não atingem seu objetivo geral de ajustamento dos adolescentes ao protagonismo proposto pela instituição, estando em dissonância em relação aos documentos oficiais da Fundação Casa;
- Na Fundação Casa a resiliência é utilizada como discurso pedagógico para conformação da realidade, aceitação do regime disciplinar e adequar-se à cidadania.

O objetivo principal da pesquisa reside em identificar e analisar as práticas pedagógicas aplicadas no acompanhamento dos adolescentes internos, tendo como base as

concepções dos adolescentes e profissionais a respeito dessas práticas. Para além disso, este estudo visa também, conhecer os impactos e consequências de um período em que estão expostos a diversas situações e ações “pedagógicas”, visando superar o ciclo infracional no qual o adolescente encontra-se envolvido.

Assim, estudamos as práticas pedagógicas no processo de cumprimento da medida de internação de alguns adolescentes internos no Centro Tamoios no ano de 2019, antes da pandemia por Covid-19, bem como o desligamento e o período inicial pós - medida.

E adotamos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar criticamente os documentos oficiais da Fundação Casa/ Centro Tamoios;
- Identificar condutas pedagógicas praticadas na Fundação Casa/ Centro Tamoios;
- Refletir preceitos de riscos prenúncios à internação e que acarretam desdobramentos intrínsecos na vida dos adolescentes.
- Identificar a concepção dos/das profissionais participantes da pesquisa em relação ao trabalho socioeducativo realizado no Centro Tamoios;
- Identificar a concepção dos adolescentes participantes da pesquisa em relação ao trabalho socioeducativo realizado no Centro Tamoios.

Se espera desta forma que os resultados desta pesquisa reflexiva possam culminar em preceitos positivos ante as políticas públicas induzindo assim o aprimoramento das práxis pedagógicas difundidas nas medidas socioeducativas aos adolescentes reclusos por conflitos com a lei e, a partir destes dados coletados e analisados, visamos por possibilidades que almejem didatologias vivas para a instituição.

Metodologia:

Para analisar os pressupostos que permeiam as questões suscitadas, a metodologia empregada, de caráter qualitativo, contou com várias estratégias, instrumentos e processos de coletas de dados como: pesquisa e levantamento bibliográfico com autores de grande importância no contexto em debate, análise documental, levantamento dos dados estatísticos sobre o perfil dos adolescentes através das planilhas mensais do Centro Tamoios, a observação participante, pesquisa-ação e realização de entrevistas semiestruturadas.

Análise Documental:

A análise documental é uma técnica muito utilizada na pesquisa qualitativa, podendo complementar informações obtidas por outras técnicas e até mesmo revelar novos escopos de um tema. É importante frisar a ideia já defendida por Gil (2002), em que compreendemos que o trabalho de análise já se inicia com a coleta dos materiais, não é acumulação cega e mecânica. Gil (2002) ainda destaca que “Há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (GIL, 2002, p. 46).

Realizamos o levantamento dos documentos oficiais da Fundação Casa que respalda o trabalho socioeducativo desenvolvido pela instituição. Os documentos foram pesquisados através do site da Fundação Casa, bem como da pesquisa demonstrada pelos autores Nogueira, Pereira e Oliveira (2021) no artigo Práticas pedagógicas no Centro Tamoios. No âmbito federal, assim como na dimensão nacional, encontramos o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Em relação ao nível estadual de abrangência da Fundação Casa encontramos ao todo, 14 portarias normativas referente ao atendimento aos adolescentes e 01 regimento interno, todos produzidos pelo Departamento Jurídico da Fundação Casa.

Foram encontrados 09 cadernos orientadores elaborados Pela Superintendência da Saúde, Superintendência Pedagógica e Superintendência da Segurança. Na área da Saúde identificamos 05 documentos (Caderno Orientador de Apoio Técnico para a Psicologia, Caderno Orientador de Apoio Técnico para o Serviço Social, Manual de Odontologia, Manual de Rotinas e procedimentos de Enfermagem e Caderno Orientador para Nutrição); na área pedagógica encontramos os seguintes documentos de apoio para orientações de trabalho no processo de ensino e aprendizagens: Caderno de Avaliação Diagnóstico em Educação Física, Superintendência Pedagógica em educação e medida socioeducativa ante ao conceito, diretrizes e procedimentos, e o Documento Orientador Conjunto CEE/CGEB Fundação Casa/Gerencia Escolar.

Quanto ao setor de segurança apenas o Caderno Operativo da Superintendência de Segurança descrevendo procedimentos de segurança quanto as funções e atribuições dentro do hall de atividades e práticas existente ao perfil de agente de apoio socioeducativo que trabalha diretamente com os adolescentes.

De nível municipal com abrangência local, foi levantado o Plano Político Pedagógico (PPP) do ano de 2017 e o Plano de Ação de 2018, documentos estes elaborados pela Direção da Instituição aqui em destaque: Centro Socioeducativo Tamoios de São José dos Campos.

Observação Participante e a Pesquisa-Ação:

Em relação a observação participante temos a considerar que se trata de uma técnica de pesquisa, mas também uma opção metodológica que nos foi viável uma vez que fazemos parte do contexto, qual se dá a pesquisa. Segundo Brandão (1984) “[...] os observadores, são levados a partilhar papéis e hábitos dos grupos observados, encontram-se, assim, em condições favoráveis para observar situações, factos e comportamentos que dificilmente ocorreriam, ou que seriam reprimidos ou mesmo adulterados, na presença de estranhos”.

O procedimento pressuposto pela pesquisa-ação, segundo Thiollent (1997), se constitui por uma pesquisa interpretativa onde seu processo se estabelece através de uma metodologia empírica. Refere-se assim a identificar o problema diante de um contexto social, ou mesmo de uma instituição, viabilizando o levantamento de dados, sua análise, compreensão quanto a indispensabilidade de mudança, o mapeamento de soluções possíveis e a intervenção, e/ou ação, efetivadas por todos os participantes. A pesquisa/ação enquanto ferramenta metodológica deve ser executada por meio do agir comunicativo e participativo, favorece a flexibilização cíclica entre os saberes e ligação entre os sujeitos que integram a vivência factual a ser transformada.

Cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada durante o ano de 2019, no caso da observação participante se deu entre o início de abril e meados do mês de novembro no Centro Socioeducativo Tamoios no Município de São José dos Campos somando um total de 210 horas. O que foi observado? De início, a observação se daria apenas com algumas atividades específicas, como: escola, cursos, oficinas.

Com o decorrer dos estudos bibliográficos referente as práticas pedagógicas outras atividades realizadas com os adolescentes fizeram parte da observação de campo, sendo todas fundamentais para maior compreensão da realidade cotidiana dos adolescentes internos. São elas: a recepção dos adolescentes, o acolhimento, as discussões de caso, a Comissão de Avaliação Disciplinar (CAD), o esporte e lazer, bem como as atividades rotineiras do almoço,

das visitas dos familiares e dos momentos de conflitos que resultaram em manifestações contra o regime disciplinar do Centro.

Para participação em atividades em que havia presença de professores, solicitou-se a autorização para estar na sala de aula, podendo assim corporificar esclarecimentos essenciais sobre a finalidade de nossa presença. As aulas que foram acompanhadas segmentam-se nas disciplinas de Matemática, Língua Português, Geografia, História e Sociologia. Já em relação a similitude aos cursos livres, ponderou-se as aulas de Informática, Empreendedorismo e Preparação para o Mercado de Trabalho.

No tocante às oficinas realizadas no ano de 2019, os adolescentes tiveram apenas três opções: a Oficina de RAP, de Percussão e de Entretenimento. Foram acompanhadas, também, algumas aulas de educação física, tendo participação ativa durante o “Tênis Bol” com os adolescentes. Uma modalidade criada pelo professor, onde as regras são parecidas com o tênis, mas jogada com os pés e cabeça.

Durante dois finais de semanas as visitas das famílias que ocorreram no módulo da internação, foram acompanhadas. E o almoço dos adolescentes, foi observado por duas vezes. Presenciou-se algumas situações de conflito, quais, se reverberaram em violência entre adolescentes e funcionários. Apesar da recepção dos adolescentes, ocorreu em um caso apenas e com restrições por parte dos funcionários, com observação do lado de fora da sala onde é realizado a identificação e a primeira conversa institucional.

Não houve dificuldade para participação do acolhimento, das discussões de caso do PIA (Plano Individual de Atendimento) e da CAD (Comissão de Avaliação Disciplinar), sendo parte do cotidiano do trabalho realizado pelo autor, enquanto membro da equipe de referência.

Ressalta-se a participação no NEAT (Núcleo de Estudos dos adolescentes da Tamoios), atividade de grupo criada e desenvolvida pelo pesquisador e dois pedagogos do Centro Tamoios. Essa atividade faz parte da pesquisa-ação que teve como objetivo principal a construção de estratégias de resistência aos ditames institucionais por parte dos adolescentes através do processo da educação pelos pares e da maiêutica discutido no item boas práticas na segunda parte da tese.

Nesta atividade utiliza-se de vários recursos pedagógicos, como: filmes, vídeos, textos, cartazes, debates, entre outros. Destacando a dinâmica da fábrica, onde estuda-se sobre a desigualdade social. Com a observação do contexto, dos participantes, dos depoimentos dos

adolescentes e através dos recursos do desenho e da redação, permitindo a obtenção de dados que sugere a evolução da consciência dos adolescentes, principalmente no processo perceptível: da apatia inicial que permeou o início dos trabalhos para uma participação ativa dos sujeitos. A descrição completa dessa prática pedagógica será pontuada no item boas práticas.

Portanto, apresentamos não só o modo como ocorreu o grupo, mas o método da educação entre pares e a maiêutica que possibilitou a participação crítica dos adolescentes no grupo. Neste item, a análise de dados empíricos através das entrevistas, depoimentos, observação participante das dinâmicas realizadas e de redações feitas pelos adolescentes, nortearam a observação participante.

É importante salientar que em todas as atividades estavam presentes os adolescentes que fazem parte da amostra de pesquisa, ou seja, aqueles que foram entrevistados após desinternação. Nesse sentido, pontua-se que se trata de uma investigação qualitativa, onde os sujeitos de pesquisa são considerados atores principais, oportunizando-se assim a possibilidade da descrição narrativa das experiências quanto ao processo educativo experienciado no período de internação. Assim, além das verbalizações colhidas durante este período de observação, utilizando a técnica da entrevista para alcançar os objetivos.

Levantamento e Análise dos Prontuários dos Adolescentes do Centro Tamoios:

Para a caracterização do perfil dos adolescentes foi necessário o levantamento e análise dos prontuários, no escopo de obter as informações a respeito das condições socioeconômica familiar. Tais dados foram compilados manualmente uma vez que não existem essas informações públicas a nível dos Centros Socioeducativos e sim da Fundação Casa de maneira geral.

No trabalho realizado, levantou-se os dados significativos para o conhecimento do perfil dos adolescentes internos. Para tanto, foi feita uma lista de dados, como exemplo: a escolarização, renda familiar, idade, uso de entorpecente, violência, etc. Dessa forma, de maneira individual, foi possível obter as informações importantes necessárias para montar um perfil dos adolescentes do Centro Tamoios. Esta pesquisa levou cerca de trinta dias para seu término.

Entrevistas:

Ao todo foram realizadas dezoito entrevistas, entre junho e dezembro de 2019, sendo dez com adolescentes egressos e oito com funcionários e funcionárias do Centro Tamoios. Evidenciamos de forma explícita os propósitos relativos às entrevistas, e, solicitamos que os participantes delas assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Houve também a realização efetiva com servidor responsável e pertinente aos pressupostos de indagações essenciais para a composição do trabalho pertencente a Defensoria Pública de São José dos Campos.

Enfatizamos que para garantir o anonimato dos participantes de tal metodologia, preferimos a viabilização da identificação deles através de pseudônimos.

Entrevistas com Adolescentes:

Contabilizamos dez adolescentes na efetivação das entrevistas relevantes para composição reflexiva desta tese, sendo eles jovens que estiveram internados no Centro Tamoios no ano de 2019; as entrevistas aconteceram após desinternação quando se encontravam na condição de egressos. No Centro Tamoios, a média mensal de atendidos, no ano de 2019, corresponde a 104 adolescentes, conforme a capacidade do Centro. Dessa forma, abrangemos cerca de 9% da demanda, o que é um número significativo para a pesquisa.

Para as entrevistas realizamos roteiro semiestruturado, baseando-se nas respectivas categorias de análises: violência, violência institucional, corpo, protagonismo, prática pedagógica, sentidos, família, escolarização, profissionalização e trabalho.

A categoria violência, violência institucional e corpo advém dos estudos de Foucault (1997) e Goffman (2010), sobre instituições totais que tem por excelência o controle dos corpos, também Autores como Mbembe (2018), Pelbart (2018) e Juliana Borges (2017), (2018) discutem a violência como um método utilizado pelo Estado. O protagonismo está presente de forma direta ou indireta nas obras de todos os autores estudados a respeito da pedagogia e das práticas pedagógicas, como por exemplo, Paulo Freire (1996), Antônio Carlos Gomes da Costa (2006), Tolstói (1937), Makarenko (1986) Gadotti (2003), entre outros.

Do estudo sobre a Antropologia dos Sentidos de Le Breton (2016) percebeu-se a importância dos sentidos como visão, olfato, audição no cotidiano do adolescente no Centro, as marcas e percepções que um espaço de privação de liberdade acarreta em sua vida. Uma das categorias trazidas pelos adolescentes refere-se a família como de fundamental

importância. Família esta que deve ser pensada no contexto atual, principalmente nas diversidades e condições sociais como afirma Fernanda Lüdke Nardi (2010)

A categoria escolarização além de serem preconizados em Lei (ECA), fazem parte do cotidiano do Centro como atividades pontuais e planejadas. São atividades primordiais no processo educacional que pode tanto enquadrar o indivíduo ou serem fontes de libertação conforme os críticos da educação como Ponce (1991), Paulo Freire (1967) e Mosé (2013).

Quanto ao âmbito trabalho, percebemos a correspondência à compreensão marxista sendo a categoria central na vida humana. Nesta perspectiva, o ofício dentro do parecer socioeducativo ante a profissionalização, assim como em uma colocação no mercado de trabalho, oportuniza um fator primordial quanto a superação no ciclo infracional.

Crítérios de Seleção da Amostra dos Adolescentes Entrevistados:

- **O critério idade:** observamos e entrevistamos jovens na faixa etária dos 18 anos (completos ou próximos a completarem) após cumprirem medida socioeducativa de internação;
- **Tempo de medida:** jovens que completaram ao menos nove meses de medida socioeducativa,
- **Cumprimento de outras medidas:** adolescentes que já passaram e finalizaram outras medidas socioeducativas, dentre elas a semiliberdade e liberdade assistida.

Com os critérios acima, buscou-se garantir as condições necessárias para a efetivação da pesquisa. O critério idade viabilizou a concessão das entrevistas, dependendo apenas da própria autorização do adolescente. Já o critério tempo, foi necessário devido a participação do adolescente nas atividades que ocorrem no Centro Tamoios, é um tempo razoável para múltiplas vivências a respeito da medida de internação. Mas tão importante é o critério sobre o cumprimento de outras medidas, pois subentende que o adolescente passou ou deveria ter passado pelo atendimento de políticas sociais, que devem garantir seus direitos.

Para a realização das entrevistas foi fundamental a construção do vínculo com o adolescente e sua família no período da internação. Portanto, realizei conversas com cada adolescente durante este tempo, esclarecendo sobre todo o procedimento da pesquisa, da importância de sua participação, obtendo a permissão e o compromisso dos adolescentes em realizar a entrevista pós sua liberação.

Conforme os adolescentes eram liberados, entrávamos em contato telefônico e agendávamos o dia da entrevista. É válido sinalizar que havíamos selecionados quatorze adolescentes para entrevista, pensando em possíveis desistências. Sendo justamente o que ocorreu. Três desistiram e um não aceitou que gravasse a entrevista.

Realizamos quatro entrevistas com os adolescentes dentro do mês de outubro, no ano de 2019. Prosseguimos com a efetivação de mais duas entrevistas em novembro, e em dezembro do mesmo ano finalizamos as entrevistas com os jovens. Iniciamos a conversa esclarecendo novamente sobre a pesquisa. As entrevistas foram efetivadas nas residências dos adolescentes, exigindo assim todo um procedimento e trato ao adentrar em seus lares, respeitando as condições particulares de cada realidade.

Desenvolvimento das Entrevistas

Neste sentido, é interessante pontuar algumas situações das entrevistas, de maneira a considerar que o sujeito de pesquisa é acima de tudo um ser humano que reage de diferentes formas em diferentes ocasiões. Há inúmeros relatos de entrevistas em pesquisas científicas que ignoram esse contexto. Para a realização das entrevistas com os adolescentes o respeito as suas condições sociais e os aspectos pessoais foram determinantes.

O despojamento de posturas rígidas e formais são fatores que podem engessar a máxima de espontaneidade das falas, o que foi perceptível em momentos em que o adolescente expunha ao adentrarmos nas casas observando a nós que seu lar era humilde e que não deveríamos prestar atenção na “bagunça”.

Na primeira entrevista o adolescente estava sozinho e nos recebeu de forma amistosa, mas com seriedade. No começo estava tenso, todavia quando sua genitora chegou e nos cumprimentou com um sorriso e gratidão, o adolescente ficou tranquilo e tudo fluiu naturalmente.

Em outra situação o adolescente não estava em casa no horário marcado, mas a avó fez questão de que alguém o chamasse no bairro. Durante a entrevista a avó permaneceu próxima. Contudo isso não prejudicou em nenhum momento o relato, pois percebemos que a relação do mesmo com ela era de confiança e profundo respeito, além de leveza e descontração entre os dois. Conforme o adolescente falava ele confirmava com a avó e isso contribuiu para suas reflexões.

Na quinta entrevista, o contexto precário das condições sociais era gritante. Estavam presentes a genitora e o jovem que nos receberam em sua residência. O local possui dois cômodos, sendo um utilizado como quarto e o outro como cozinha/dormitório do jovem. A entrevista ocorreu no colchão colocado no chão onde ele dorme. A mãe também permaneceu no local em silêncio e só se manifestou quando estava escurecendo, verbalizando que sentia muito por estarmos naquelas condições, ressentida pela falta de luz no local, pois havia sido interrompido o abastecimento de energia pela falta de pagamento dela. Mesmo nessa condição adversa, o adolescente demonstrou satisfação em ter contribuído para a pesquisa.

A sexta entrevista foi realizada em condição oposta. Fomos recebidos pelo jovem e os genitores em sua residência em um imóvel bem estruturado. Os genitores com simpatia e alegria verbalizaram que estavam contente com a mudança do filho e orgulhosos porque o ele fazia questão de participar da entrevista e que ficou ansioso por nossa presença. Neste dia, realizamos a entrevista na copa e os genitores fizeram questão de sair e deixarmos a sós para não interferir na entrevista. Após o término, já com a presença dos genitores foi servido um café.

Na ocasião, os adolescentes entrevistados tinham o perfil demonstrado na tabela abaixo, obedecendo os critérios de seleção já identificados.

TABELA 1 - Perfil dos Adolescentes entrevistados.

Adolescente	Idade	Escolarização	Tempo de medida	Medida anterior
Pedro	18 anos	1º ano do ensino médio	09 meses	Liberdade Assistida
Danilo	18 anos	1º ano do ensino médio	12 meses	Liberdade Assistida
Bruno	18 anos	6º ano do fundamental	12 meses	LA/Semiliberdade
Márcio	18 anos	1º ano do ensino médio	14 meses	LA/Semiliberdade
Ricardo	18 anos	9º ano do fundamental	10 meses	Liberdade Assistida
Emerson	18 anos	1º ano do ensino médio	10 meses	LA/Semiliberdade
Ronaldo	18 anos	9º ano do fundamental	09 meses	Liberdade Assistida

Carlos	18 anos	3º ano do ensino médio	12 meses	Liberdade Assistida
André	18 anos	9º ano do fundamental	12 meses	LA/Semiliberdade
Marcos	18 anos	9º ano do fundamental	10 meses	Liberdade Assistida

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas entrevistas realizadas (O autor, 2020).

Entrevistas: Funcionários e Funcionárias:

Nesta perspectiva, foi realizado entrevistas com dois funcionários atuantes das áreas: pedagógica, psicossocial, saúde e segurança, a fim de esclarecer a práxis realizada no cotidiano da instituição. Ressaltamos que os selecionados são funcionários de base, pois esses que executam o atendimento direto com os adolescentes. Selecionamos os profissionais para participação das entrevistas a partir dos critérios:

- Disponibilidade e concordância com a entrevista,
- Exercício da função em cinco anos no mínimo.

As entrevistas ocorreram com o pré agendamento, sendo três realizadas no Centro de Juventude de São José dos Campos e as demais nas residências dos participantes, onde os participantes foram informados de forma explícita sobre os pressupostos implícitos nas pesquisas, assinaram o Termo Consentido Livre e Esclarecido.

Também foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado. Todavia, como já citado, as questões versaram no intuito de abranger a compreensão das práticas pedagógicas realizadas no Centro Tamoios

TABELA 2 - Perfil dos funcionários do Centro de Juventude de São José dos Campos entrevistados.

Profissional	Escolarização	Idade	Tempo/trabalho	Setor
João	Superior	61	16	Psicossocial
Aline	Superior	59	12	Psicossocial
Chrispin	Superior	42	06	Pedagogia
Amanda	Superior	35	10	Pedagogia
Pedro	Superior	36	14	Saúde
Rubens	Técnico	58	10	Saúde

Adriana	Superior	42	10	Agente
Márcia	Médio	62	18	Agente

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas entrevistas realizadas (O autor, 2020).

Para as entrevistas utilizamos as seguintes categorias analíticas: Fundação Casa/Centro Tamoios, adolescente, cotidiano, socioeducativo, práticas pedagógicas, documentos legais e pedagógicos da Fundação, recursos do município.

As entrevistas realizadas com os e as profissionais foram na ordem de conhecer o trabalho pedagógico realizado na instituição e com os adolescentes objetivamente para compreender sua trajetória de vida e as percepções a respeito desse trabalho. Toda essa situação faz parte da trajetória de vida dos adolescentes e a internação é parte desse processo que causa grande impacto no contexto de vida deles e de seus familiares. Portanto, as questões foram direcionadas para esclarecer sobre as práticas pedagógicas que exercem ou deveriam exercer aspectos positivos na superação do ciclo infracional, sendo este o cerne da medida socioeducativa de internação.

Seja como for, tudo isso nos faz rever que a pesquisa de campo é um processo em construção e temos que estar aberto e sensíveis as circunstâncias que vão determinando o modo de conduzir a investigação. Todavia, nos revela também que as relações humanas dependem do vínculo que se estabelece entre as pessoas. Se o sujeito de pesquisa não confiar e não estabelecer uma empatia não só com o pesquisador, mas com aquilo que se está pesquisando e sentir-se parte importante nesse processo, a entrevista pode não acontecer ou não haverá autenticidade naquilo que está sendo exposto. Por isso, a atenção na fase anterior da entrevista é tão fundamental quanto durante a sua execução. Os detalhes não podem ser esquecidos: a maneira de falar, a humildade e os vestes devem ser considerados para obter a permissão e realização das entrevistas.

Diante da metodologia a ser aplicada nesta pesquisa, onde os dados qualitativos são a base da aproximação do real, considerando os aspectos objetivos e subjetivos presentes nos depoimentos, foi mister analisar os resultados de forma coerente com o proposto, ou seja, a análise de conteúdo que constitui uma sistematização de pesquisa utilizada no processo descritivo elucidando a contextualização de diferentes documentos e textos. Esta tipologia analítica discerne em seu ímpeto descrições sistemáticas qualitativas, promulgando suas mensagens efetivando uma compreensão significativa.

Desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa e a metodologia em pauta fizeram parte de uma busca teórica e prática, portanto, constitui-se bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, apresentando a necessidade de uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. Assim, a análise do conteúdo possibilitou a interpretação dos dados qualitativos que expressam aspectos subjetivos que não se revelam em dados estatísticos.

Desde o dia 26 de fevereiro de 2019, a pesquisa com os adolescentes e profissionais do Centro Socioeducativo Tamoios foi aprovada pelo Comitê de Ética através do parecer consubstanciado nº 3.171.323 e CAAE 06485319.1.0000.5482, bem como fomos autorizados pela Escola de Formação da Fundação Casa a realizar pesquisa empírica no Centro Socioeducativo Tamoios no Município de São José dos Campos. Vale ressaltar que o fato de ser funcionário da instituição pesquisada não facilitou a autorização para a pesquisa, ao contrário, tudo deve ser protocolado formalmente e dentro das diretrizes institucional quanto aos trabalhos científicos referentes à realidade cotidiana dos adolescentes. Portanto conseguimos a liberação através da portaria 195/2008 que institui os procedimentos para uma pesquisa de campo na Fundação Casa.

A tese está dividida em três partes.

Os capítulos um e dois consistem na contextualização das práticas pedagógicas e o contexto de pesquisa, pressupõem responder de forma investigativa a essência conceitual sobre as práticas pedagógicas e sobre a medida de internação, bem como a constatação sobre o que a instituição manifesta como preceito e conceito da terminologia socioeducativo e prática pedagógica. Além disso, tecemos reflexões sobre a Fundação Casa e o Centro Tamoios, lócus da pesquisa de campo.

No capítulo três são realizadas as análises das entrevistas com os sujeitos de pesquisa. Trata-se da discussão e reflexão sobre o trabalho educativo na visão dos profissionais, as condições sociais e do modo de vida pontuados pelos adolescentes, bem como suas concepções a respeito das práticas pedagógicas que vivenciaram no período de internação. No capítulo abordamos também as práticas pedagógicas realizadas por educadores que tem em sua essência uma ação crítica, da exequibilidade de uma circunstância de promoção dialógica e a educação através dos pares.

1 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: MAPEANDO O DEBATE

Primeiramente, temos que levar em consideração que não há uma definição fechada do conceito de prática pedagógica. Todavia, para compreendermos a dimensão da prática pedagógica e a perspectiva teórica que ela estabelece, se faz mister identificarmos o contexto em que ela ocorre. Podemos pensar a princípio de que a prática pedagógica se refere ao ambiente escolar, mas como práxis sociais ela se concretiza em diversos ambientes, como exemplo: hospitais, igrejas, sindicatos, movimentos sociais e nas prisões. Assim, é fundamental entendermos que em cada espaço ou ambiente terão suas especificidades em relação a execução da prática pedagógica.

Em síntese, a Fundação Casa constitui em seu amago a demanda conceitual de um espaço para a prática pedagógica. No entanto, é necessário ressaltar que a concepção de prática pedagógica aqui priorizada é aquela que se dá no contexto da medida socioeducativa de internação. Portanto, as reflexões de suas significâncias na medida socioeducativa investigada.

Neste sentido, podemos pensar que os estudos teóricos a respeito do tema contribuem para as reflexões e apontamentos sobre as práticas pedagógicas no contexto de privação de liberdade, mas, a especificidade da realidade dos adolescentes internos e o trabalho socioeducativo vislumbra o desafio da dialética entre conotações teóricas em correspondência as práticas pedagógicas na medida socioeducativa de internação.

Temos claro que uma transformação estrutural e necessária requer um movimento político e histórico. Todavia, é tão fundamental outro movimento que possibilite a resistência as práticas opressoras. A transformação do sujeito crítico através de práticas pedagógicas positivas no campo da convivência e relacional, do estabelecimento do que Makarenko (1986) postulou como igualdade humana, onde a vivência prática de relações humanizadoras traria a condição do nascimento do homem novo.

O nascimento do homem novo significa acima de tudo o aprendizado e assimilação de valores humanos e, isso só ocorre no cotidiano das relações sociais e através de experiências positivas de valores como a honra, dignidade, honestidade, a solidariedade e o compromisso com o coletivo. E este contexto pode e deve ser estruturado pelos educadores que num exercício intencional conseguem promover circunstâncias favoráveis a reversão de relações

que os e as adolescentes trazem consigo muitas vezes pautadas na violência, desvalorização da vida e de vulnerabilidades. Assim, a ação socioeducativa está na relação e aprendizagem com o outro como sugere YOKOMISO (2014).

Para a garantia de práticas pedagógicas que contemplem os enunciados acima, o fator humano é imprescindível. Cada atividade realizada deve fazer sentido, suas formas utilizadas devem corresponder aos propósitos estabelecidos, mas sem considerar a efetividade do que está sendo feito assim como com os sentimentos humanos nelas envolvidas. Nenhuma prática pedagógica humanizadora poderá ser bem-sucedida se envolver tais aspectos em suma mencionados, desta forma, a comunicação gestual, através de olhares, e viabilizada por palavras podem evidenciar sentimentos e emoções vinculadas em uma relação humanizadora.

Contudo, devemos ter claro que o ambiente e o contexto são fatores que limitam muitas vezes o processo humanizador. Presume-se assim que a participação atuante compreendida no processo como envolvidos na ação socioeducativa.

As ações socioeducativas devem trazer os atores institucionais como protagonistas, e não como sujeitos passivos diante de uma estrutura verticalizada, marcada por relações de poder que impedem a divergência e a criatividade. As diferenças são os elementos fundamentais para a construção do pensamento reflexivo. Em um espaço que não tolera o heterogêneo não há pensamento e transformação, apenas obediência cega e irrestrita, motor para instauração de práticas duvidosas. Já a violência deve ser recusada e entendida como falência dos compromissos mútuos e da força dos argumentos. Revelam o fracasso do sentido de humanidade, preservando-se pela renúncia do outro. (YOKOMISO, 2014, p. 35).

Este contexto facilitador de práticas pedagógicas humanizadoras que requer a participação ativa de educadores e educandos não ocorrerá pelo discurso oficial ou de ordem legal. Essas práticas devem ser conquistadas por todos aqueles que tem o compromisso com o socioeducativo. Requer uma práxis transformadora do cotidiano. É um exercício diário para prevalecer o socioeducativo.

Costa (2006) ao pontuar sobre a comunidade socioeducativa deixa claro que toda prática realizada neste contexto tem seu caráter educativo. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) propaga que as sanções viabilizadas aos adolescentes que se encontram em caráter conflitante com a lei são estritamente educativas. Assim, numa unidade socioeducativa tudo deve caracterizar-se pelo viés educativo, qualquer ação e atitude é uma prática pedagógica, entretanto é fundamental diferenciar as práticas pedagógicas que oprime e aliena, das que contém um aspecto crítico e emancipatório.

Neste sentido, trabalho com adolescentes em conflito com a Lei perante a prática pedagógica aqui salientada, especificamente no contexto de privação de liberdade, consiste na prática social no seu sentido amplo, no contexto da educação social que tem no cotidiano a base para o aprendizado dos aspectos que vai além do ensino formal. Silva; Moura, Neto e João Clemente (2009) em seus estudos contribuem para a discussão abordando que a educação social deve preparar o sujeito para a convivência humana.

1.2 Contextualizando a medida socioeducativa de internação: doutrina de proteção integral

A questão da infância, da adolescência e da juventude quando subvertem aos padrões comportamentais impostos transmutam do campo da rebeldia que deve ser suprimida e castigada para o campo da proteção integral com o advento da Carta Magna de 1988, que dispõe:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Não obstante, o ECA (1990) que emerge como um dispositivo legal de garantia da Proteção Integral à criança e ao adolescente, assevera, em seu “Art. 2º: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Nesse quadro, depreende-se que os efeitos sancionatórios dos atos infracionais, em especial, as medidas socioeducativas de internação deverão ser aplicáveis apenas nos casos dos atos cometidos por adolescentes (BRASIL, 1990).

A Lei de nº 8.069, de 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir do “Art. 121”, assegura os requisitos legais para a efetiva sanção no caso das medidas socioeducativas de internação. Contudo, analisando o escopo das práticas pedagógicas que a referida medida deve incorporar no cotidiano do adolescente em conflito com a Lei, observa-se:

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. (BRASIL, 1990)

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas. (grifo nosso).

Cumpra obter, contudo, que o advento da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), emerge para regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, entre outros atos, quais os critérios cabíveis na internação dos jovens infratores figuram-se no art. 15 do respectivo instituto.

Convém ponderar, ao demais que, segundo BRASIL (2012) com o “Art. 42 do SINASE, § 3º que “Considera-se mais grave a internação, em relação a todas as demais medidas, e mais grave a semiliberdade, em relação às medidas de meio aberto”.

De acordo com Penso *et al* (2013), as medidas são aplicadas de acordo com a natureza da infração, as condições sociofamiliares e os programas e serviços estaduais, municipais ou regionais existentes.

Abrangem, ao mesmo tempo, aspectos coercitivos/punitivos e educativos, e devem promover oportunidades de reinserção social, criando redes de apoio, envolvendo a família e a comunidade neste processo. Estão previstas no ECA sete tipos de medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional, qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI, que trata das medidas protetivas. (PENSO, *et al*, 2013, p. 42).

Quanto a medida de internação e sua relação com as proposições legais do ECA, Minahim e Sposato (2011) retratam como uma farsa disfarçada como mais umas das benesses ofertadas pela Lei, revestida de caráter protetivo. Trata-se da real e efetiva privação de liberdade em estabelecimento destinado a adolescentes, contudo, que se diferenciam das penitenciárias comuns apenas pela denominação: Fundação CASA, por exemplo.

No Estado de São Paulo, os (as) adolescentes sentenciados judicialmente, são encaminhados para a Fundação Casa, instituição responsável pela medida socioeducativa de privação de liberdade no Estado. Instituição que tem sido retratada por diversos autores como um cotidiano que “tem o foco no corpo, no tempo, nos hábitos, nas atividades e gestos do dia a dia por um sistema de autoridade que institucionaliza o poder de punir” (FRANCISCO, MARTINS, p. 195, 2014).

À luz da Proteção Integral preconizada pelo ECA (BRASIL, 1990), o modelo anterior de internação para os adolescentes em conflito com a lei (FEBEN), reverberavam-se em depósitos de crianças e adolescentes, que ficavam institucionalizadas, juntas, independentemente, se o motivo fosse conflito com a lei ou o abandono familiar, por exemplo.

Ou seja, o modelo aplicado à Fundação Casa, por mais que ocorram muitas falhas, está pautado em ações que estão embasadas à proteção integral aos adolescentes sindicados na instituição (FALEIROS, 2009; NASCIMENTO, 2002).

1.3 A Medida Socioeducativa de Internação em debate

O ordenamento jurídico brasileiro que compete às garantias fundamentais dos referidos adolescentes em conflito com a lei (ECA, SINASE, Constituição Federal de 1988, entre outros), preconiza a obrigatoriedade de o cumprimento da medida socioeducativa de internação em ambiente seguro, sendo a internação obrigatoriamente amparada por práticas pedagógicas; de maneira humanizada e propondo-se ao protagonismo do adolescente interno nas unidades da Fundação Casa.

Os estudos realizados acerca da trajetória do adolescente em conflito com a Lei no Brasil evidenciam que há milhares de pesquisas realizadas sobre a Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM), especialmente no que tange o Estado de São Paulo, quando se observa as produções científicas sobre a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA).

Segundo alguns autores pesquisados (Salgado e Alencar, 2013; Gozzi e Turella, 2017; Lau, Suto e Ungar, 2012; Siqueira e Rui, 2019, por exemplo), o adolescente em conflito com a Lei emerge, “quase sempre” de um contexto construído por relações conflitantes, maus tratos, que estimulam o envolvimento em práticas análogas ao crime na adolescência, que poderão prosseguir até a vida adulta.

Na busca de produções científicas a respeito das práticas pedagógicas desenvolvidas na medida socioeducativa de internação, encontramos 70 produções científicas sobre o tema: Medida Socioeducativa de Internação. Os mecanismos de busca utilizados foram: Google Acadêmico, Scielo, Repositório UNICAMP, USP e PUC, compreendidos no espaço temporal entre os anos de 2011 a 2019. Contudo, no presente trabalho desenvolvemos o estudo do Estado da Arte mediante o aprofundamento analítico em 34 autores e 13 textos oriundos do ordenamento jurídico, nas esferas: estadual (SP) e federal.

Acerca do trabalho de pesquisa, 42 textos foram encontrados por meio do Google Acadêmico, os quais advinham de Universidades e Periódicos voltados às pesquisas do campo da Psicologia, Ciências Sociais, Serviço Social e Direito. Os referidos textos dividem-

se em Periódicos no campo da Sociologia, quais, os autores, Meggiato (2011); Zappe e Dias (2011); Gualberto (2011); Malvazi (2011); Neri (2011); Cronemberger (2012); Lau, Suto e Ungar (2012); Zapata (2012) referiam-se ao estudo medida socioeducativa de internação (MSI). Nardi e Dell'Aglio (2014); Scisleski (*et al*, 2015) abordavam a MSE no âmbito da garantia de direitos dos adolescentes.

No entanto, Salgado e Alencar (2013); Garcia e Gonçalves (2019) e; Coscioni (2017) abordaram o cotidiano institucional de formas reflexivas à percepção dos adolescentes. Ademais, Bonin, Panata e Abelo (2016); Dionísio (2013); Silva (2019) abordam o cotidiano institucional pela égide da violência, a influência das facções e do tráfico de drogas na vida dos adolescentes em conflito com a lei.

Nesse diapasão, observância os Anais Científicos no campo da Psicologia, Penso (*et al*, 2013); Machado e Gonçalves (2015); Gozzi e Turella (2017) pouco reproduziam suas pesquisas sobre as práticas pedagógicas e atentavam-se às relações sociais no ambiente institucional e relações familiares durante o período da internação, além dos limiares legais estabelecidos pelo ECA (BRASIL, 1990). Contudo, Carvalho (2011); Figueiredo (2012); Teixeira (2013); Conceição e Onofre (2014), os demais trabalhos, apregoavam-se mais as questões processuais, que, pouco se referiam práticas pedagógicas como aos enfrentamentos do jovem egresso da Fundação CASA, no âmbito da profissionalização.

Por meio do mecanismo de pesquisa busca? Científica “SciELO”, encontramos 15 produções, distribuídas em: Coelho e Rosa (2013); Souza e Costa (2013); Claudio (2015); Moreira (*et al*, 2015) apresentavam as práticas pedagógicas de formas variadas, não atrelando-se somente à escolarização, pois, tanto debateram a violência institucional, como desenhavam o desenvolvimento intelectual do adolescente vinculado na Fundação CASA. Padovani e Ristum (2013) desdobraram-se às práticas pedagógicas sob o âmbito da formação do indivíduo e; nesta toada, no campo do Serviço Social, Freitas (2015) aponta a medida socioeducativa como simbólica, pois, atende aos mesmos critérios de rigor antes praticado no modelo FEBEM. Os demais artigos suprimiam-se às leis e garantias processuais dos adolescentes, além com ênfase nas relações humanas e sociais desenvolvidas durante e após a internação.

Contudo, no Repositórios das Universidades UNICAMP, USP E PUC, foram encontradas 13 produções científicas: sendo 06 na UNICAMP, advindas do Curso de Doutorado em Ciências Sociais, quais, apenas Marzochi (2014) abordava as práticas

pedagógicas com maior enfoque, estando as demais, Viana (2016); Freitas (*et al*, 2018); Silva (2019); Siqueira e Rui (2019); Vogl (2019), relativizando as atividades desenvolvidas com o protagonismo pessoal, profissional e familiar do reeducando, assim como, questões de gênero.

No âmbito da USP, Francisco e Martins (2014); Lima (2014); Neto (*et al*, 2017), apresentaram pesquisas a respeito das práticas pedagógicas. Já no campo da Sociologia, e da Psicologia, Reis (2014); Jimenez e Frassetto (2015); Paz (2017); Ramos (2018) asseveraram as práticas pedagógicas como elemento de transformação (ou não) para interromper o ciclo das práticas delituosas.

Nas Bibliotecas da PUC, encontramos 05 artigos acerca do tema que envolve práticas pedagógicas, quais, Neves (2018), aponta o desenvolvimento humano e os impactos da internação para o adolescente; Neto e Constantino (2017); Lima (*et al*, 2016), analisam as perspectivas da ressocialização do adolescente e os efeitos das práticas pedagógicas durante esse processo. Para Machado e Gonçalves (2015), ressaltaram os aspectos punitivos e a violência institucional vivenciada pelos adolescentes internos; enquanto Martins e Calderon (2019) abordaram a eficácia das práticas pedagógicas em um contexto desconectados das medidas socioeducativas de internação.

Neste processo encontramos apenas a autora Rosemeire Mendes de Almeida (2014) que apresenta resultados distintos, realizam seus apontamentos contraditórios à maioria, quando afirma que as práticas pedagógicas realizadas na Fundação CASA são eficazes e transformam a realidade dos jovens egressos. Cabe salientar que, a análise parte de um recorte de 09 anos de estudos científicos realizados acerca do tema, envolvendo o olhar de cada pesquisador, tendo de levar em conta, o momento histórico do país e do próprio fenômeno da medida socioeducativa de internação vigente em cada período.

Em suma, os estudos bibliográficos realizados para sustentar o presente trabalho encaminharam-se na perspectiva de que, ao se deparar com a situação do adolescente em conflito com a lei, vários fatores devem sobrepesar na análise conjuntural, tendo em consideração de que se trata de adolescentes em contexto social de vulnerabilidade social. Não obstante,

Outro aspecto observado, sobrevém do fato de que a medida socioeducativa de internação emerge do propósito de reclusão de liberdade do adolescente em conflito com a Lei, mas em um contexto de práticas pedagógicas que devem (ou deveriam) diferenciar-se, completamente, das práticas prisionais para maiores de 18 anos, em cumprimento de pena,

como ocorre em instituições prisionais; especialmente no âmbito da Fundação Casa, que surgiu como proposta educacional para romper com o modelo antagônico da FEBEM.

No entanto, após o estudo bibliográfico, observa-se a dicotomia intrínseca à essas práticas pedagógicas, realizadas em um ambiente que deveria ser acolhedor e de proteção, destoando-se por meio da violência institucional contra adolescentes internados, assim como em aspectos falhos que se evidenciam no Plano Político Pedagógico e, principalmente, no que tange ao Plano Individual de Atendimento, que direciona e normatiza as atividades cotidianas no ambiente em que está inserido esses atores sociais (adolescentes, funcionários e colaboradores da instituição).

Tendo em vista que, o presente estudo desdobra-se ao estudo dos Documentos Oficiais que regulamentam as práticas realizadas no ambiente da Fundação Casa, e as metodologias aplicadas ao cotidiano vivenciados pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, a pesquisa bibliográfica oportuniza alcançarmos o entendimento quanto à eficácia, eficiência e efetividades de tais medidas e, inobstante, quanto ao sucesso (ou o fracasso) das metodologias legais e cotidianas aplicadas nesse contexto vivenciado dentro da Fundação Casa.

1.4 O ECA e o SINASE

No contexto das medidas socioeducativas, cumpre observar a normativa disposta no ECA (1990). Destarte, a primeira observação no contexto das referidas medidas condiciona-se ao disposto no art. 2º, qual: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Apregoando que, os efeitos sancionatórios dos atos infracionais, em especial, as medidas socioeducativas de internação deverão ser aplicáveis apenas nos casos dos atos cometidos por adolescentes, em conflito com a lei segundo preconizado no art. 112, do ECA (BRASIL,1990):

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

[...]

VI - Internação em estabelecimento educacional; (grifo nosso) [...].
(BRASIL,1990).

Contudo, o próprio Estatuto determina e assegura parâmetros legais que compõem as práticas realizadas na medida socioeducativa de internação, que verificam desde o local, qual acolherá os adolescentes, suas garantias de saúde e segurança, assim como, suas garantias constitucionais, como por exemplo, direito à educação.

Além disso, deve se observar os moldes da internação do adolescente em BRASIL (1990):

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 7º A determinação judicial mencionada no § 1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (BRASIL, 1990).

Ademais, na observância do art. 94 do referido córtex, abrangendo a internação e o acolhimento da criança e do adolescente, sem restringir-se especificamente à medida socioeducativa, destacamos:

Art. 94. As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

I - observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

II - não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;

[...]

X - propiciar escolarização e profissionalização;

XI - propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer; (BRASIL, 1990).

Neste contexto de institutos legais para assegurarem que os adolescentes em conflito com a lei cumpram as medidas socioeducativas de internação, evidencia-se que no que tange à institucionalização do adolescente infrator, em um sistema de privação de liberdade, qual, as práticas pedagógicas estão fincadas em uma estrutura estatal de controle que, exige uma análise aprofundada quanto ao contexto social de onde emergem os adolescentes que compõem tal sistema (ALMEIDA, 2010).

Não obstante, emerge a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) regulamentando a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente, como disposto no art. 15 do respectivo instituto.

Corroborando com o art. 94 do ECA (BRASIL, 1990), o art. 8º do SINASE (BRASIL, 2012), assevera a obrigatoriedade dos Planos de Atendimento Socioeducativo, que devem executar “ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos”, institucionalizados (BRASIL, 2012).

E, nesse sentido, inscreve-se em série de componentes legais que subsidiam a execução, como Portarias Normativas específicas; Regimentos Internos; Cadernos Orientadores que norteiam as ações voltadas às práticas pedagógicas, assim como todo o Plano de Atendimento prestado ao adolescente institucionalizado na Fundação CASA.

1.5 A Fundação Casa

De acordo com informações contidas no próprio site do Governo Federal destinado para informações e transparência, a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA) foi criada no estado de São Paulo em 2006 por meio da lei 12.469 (SÃO PAULO, 2006) em substituição à Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) de 1976, definida como uma

Instituição vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, tem a missão primordial de aplicar medidas socioeducativas de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).¹

¹Cf. portal da Fundação Casa. Disponível em <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=afunda%C3%A7%C3%A3o&d=10>>. Acessado em 16/junho/2020

Hoje é a entidade que mantém o maior sistema socioeducativo do Brasil, destinado às medidas sob sua responsabilidade previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) — internação, internação provisória, internação sanção e semiliberdade. Outrora, praticamente todo o atendimento a jovens em conflito com lei do Estado era centralizado nos grandes complexos da capital, como o do Tatuapé.

Segundo a própria entidade, o principal benefício desta mudança de 2006 foi a descentralização e municipalização do atendimento prestado aos adolescentes e suas famílias, a começar pela desativação em 2007 do imenso e problemático complexo do Tatuapé localizado na capital e fragmentando-se em 72 unidades localizadas no interior e no litoral do estado, cada uma com capacidade para acolher entre 56 e 64 adolescentes.

Ainda, segundo o site da entidade, esse novo modelo implicou na queda na taxa de reincidência nas internações, assim como nas rebeliões registradas². Organiza-se em 11 divisões regionais que abarcam todo o estado de São Paulo e estrutura-se em 3 superintendências - Pedagógica, Saúde e Segurança - que definem suas áreas de atuação e as competências para definição de diretrizes de atuação.

A Superintendência Pedagógica informa que:

“O ECA garante a todas as crianças e adolescentes o acesso à educação escolar, cultura, esportes e lazer. E isso vale também para os jovens em medidas socioeducativas. O papel da Superintendência é que estes direitos sejam garantidos, de acordo com as especificidades do atendimento – isto é, observando as diferenças entre a internação provisória e as medidas socioeducativas de semiliberdade e internação. É por isso que a Superintendência Pedagógica está dividida em quatro áreas: ensino formal ou Escolar, Educação Física e Esportes, Arte e Cultura e Educação Profissional. Cada uma destas áreas é atendida por uma gerência vinculada à superintendência.”³

O Boletim Estatístico publicado semanalmente pelo Núcleo de Produção de Informações Estratégicas (NUPRIE)⁴ informa que em 27/dezembro/2019, antes pandemia Sars-COV², havia 6.792 adolescentes em seus programas de atendimento, sendo 6.414 em regime de internação (incluindo aí também internação provisória e sanção)⁵. De acordo com o

² Idem

³ Cf. portal da Fundação Casa: <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=a-funda%C3%A7%C3%A3o&d=10> Acessado em 16/junho/2020

⁴ Fundação Casa. **Núcleo de Produção de Informações Estratégicas**. 2019. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038..pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁵ Cf.: Boletins Estatísticos semanais da Fundação Casa: <http://fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=boletim-estat%C3%ADstico&d=79> Acessado em 17/junho/2020

governo de São Paulo, durante todo o ano de 2018 a Fundação Casa prestou atendimento socioeducativo à 25.479 adolescentes, quase a metade apreendida por tráfico de drogas e um terço por roubo qualificado (NUPRIE, 2019)

No entanto, em outubro de 2020, período no qual o país já enfrentava a pandemia mundial, o total de atendimentos realizados pela fundação casa foi de 4.944 adolescentes (NUPRIE, 2020). E, o Boletim Estatístico do ano de 2021, demonstrou que a instituição, até a data demonstrada, atendeu 4909 adolescentes em conflito com a lei, até novembro do referido ano (NUPRIE, 2021).

De modo geral, podemos citar que a Fundação Casa avançou na última década. No relatório *Um Olhar mais Atento às Unidades de Internação e Semiliberdade para Adolescentes*, publicado em junho de 2015, o Conselho Nacional do Ministério Público evidenciou que São Paulo é o Estado com mais centros socioeducativos em condições salubres, com 89% de aprovação. (CNMP, 2015)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2012, no relatório do Programa Justiça ao Jovem, após avaliar todos os sistemas socioeducativos estaduais brasileiros, considerou São Paulo como inspirador de mudanças para outros Estados. Os jovens têm acesso à educação formal, à educação profissional básica, oficinas de arte e cultura, atividades esportivas, atendimento psicossocial, atendimento odontológico e médico.

Apesar do evidente avanço em relação à melhoria no atendimento prestado pelo estado com reordenação introduzida pela Fundação Casa, os antigos problemas ainda são constantes e recorrentes. Numa rápida busca na internet pode-se identificar, por meio de relatos da imprensa, que houve pelo menos cinco rebeliões somente no ano 2019: em janeiro no complexo Raposo Tavares⁶, em maio em Jundiaí⁷, em julho em Caraguatatuba, em setembro na Unidade de Atendimento à Saúde em São Paulo; a agressão violenta contra um adolescente na unidade Tamoios em agosto, em São José dos Campos, ganhou ampla repercussão nacional. Os gestores da Fundação Casa têm adotado postura crítica em relação à essas intercorrências violentas relatadas pelo campo midiático, instaurando sindicâncias e, quando

⁶ Portal G1. "Internos da Fundação Casa fazem rebelião em SP", 22/01/2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/01/22/rebeliao-na-fundacao-casa-em-sp-termina-apos-8-horas.gh.html>>. Acesso em 15 jun. 2020.

⁷ Cf.: Jornal A Verdade Regional. "Internos da Fundação Casa fazem rebelião em Jundiaí, diz polícia", 30/mayo/2019. Disponível em <<https://portalaverdade.com.br/internos-da-fundacao-casa-fazem-rebeliao-em-jundiai-diz-policia/>>. Acesso em 15 jun. 2020.

pertinente, punindo os responsáveis. Entretanto, como apontam alguns estudos (MALLART, 2019; OLIC, 2013), a lógica punitiva que impõe castigos pesados, agressões e, não raro, tortura, poucas vezes ganha visibilidade como estes casos relatados pela imprensa.

Nesta ótica podemos observar também as falas dos profissionais entrevistados na pesquisa de campo. No primeiro aspecto, a maioria dos/as entrevistados/as pontuou que a educação escolar, por mais precária que seja na Fundação Casa, ainda exerce um fator positivo para os adolescentes, alguns chegam lá analfabetos e conseguem no decorrer do tempo ler e escrever. Outra observação foi a respeito das ações individuais dos funcionários que acaba por ser uma fonte inspiradora para os adolescentes. Em contrapartida também foi pontuado que para vários adolescentes que vivem na rua e sem assistência, a Fundação Casa é um local positivo, pois os mesmos têm acesso a comida, banho, escola, saúde, esporte, cultura.

Frente as observações acima, percebemos que há algo de comum entre elas: que a leitura do aspecto positivo da Fundação Casa perpassa pela visão do assistencialismo que a instituição promove.

1.5.1 Análise documental institucional

Cabe ressaltar a priori que os documentos oficiais utilizados na instituição Fundação Casa foram analisados a partir do que eles expressam sobre as práticas pedagógicas foco de nossa pesquisa.

Para análise dos documentos em pauta, partimos das práticas pedagógicas previstas no ECA, sendo que este determina a hierarquia legal e aponta as práticas pedagógicas a serem executadas pela instituição no acompanhamento da medida socioeducativa de internação, sendo elas: a escolarização, a prática de esporte e lazer, arte e cultura, a profissionalização e o cotidiano que inclui as demais necessidades básicas no atendimento as condições materiais e subjetivas dos adolescentes no que tange ao cumprimento da medida.

As instituições servem-se das leis para sua organização e imposição de disciplina e com base nelas criam outras normativas a fim de manter a ordem. Com base em Foucault (1987), disciplinar, controlar e punir, são funções institucionais que fixam ordens a serem cumpridas, traduzidas em linguagens funcionalistas tem o objetivo de socializar, integrar e

reprimir. Em sua função de socializar, a instituição não reprime, ela molda, não está interessada somente em punir, mas em integrar.

Adiantando-se na análise bibliográfica, em consonância à pesquisa de campos, denota-se que a instituição converge à um olhar preventivo, qual os adolescentes estariam passíveis de subverterem a ordem, a disciplina e a hierarquia. Os Caderno de Segurança demonstrarão a importância quanto a vigilância e a desconfiança para com o membro que não aceita as normas institucionais e o contexto subjacente. Evidenciando a normalização dos membros das instituições está em fazer cumprir o regulamento em nome da paz e o convívio social. Por isso, a submissão dos indivíduos aos preceitos preconizados consiste em na prática cotidiana e as leis devem ser utilizadas para tais fins.

1.5.2 Regimento Interno e as Portarias como extensões da Lei.

Visto que o ECA e o SINASE determinam de modo geral os procedimentos em relação ao atendimento socioeducativo, o Regimento Interno e as Portarias Normativas da Fundação Casa estabelecem as especificidades das ações a serem executadas junto aos adolescentes que cumpre medida socioeducativa no meio fechado.

O Regimento Interno é válido para todos os centros socioeducativos da Fundação Casa. Tem como objetivo central a promoção do atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade com eficácia, eficiência e efetividade, de acordo com as leis, normas e recomendações de âmbito nacional e estadual. É válido sinalizar, que o documento não esclarece o que se entende por eficácia, eficiência e efetividade no atendimento aos adolescentes

No que refere a questão da escolarização e as práticas de esporte e lazer, o Regimento Interno no art. 46 e nos seus respectivos incisos (I-VII), afirma que as assistências “educacional, cultural, esportiva e lazer devem assegurar a inclusão dos adolescentes, garantindo o livre acesso aos mesmos, de maneira obrigatória com a exigibilidade de que esse acesso seja de qualidade e de caráter transformador”.

Portanto, traz na sua essência a pedagogia como base do processo que permeia a socio educação. Por outro lado, o documento prevê a segurança e a disciplina como foco a ser perseguido, como restará demonstrado no PPP, por exemplo, a presença dos agentes nas

portas das salas de aulas e nas quadras de futebol, caracterizando uma perspectiva crítica sobre a disciplina a vigilância (FOUCAULT, 1987). Ressalta-se que nenhuma portaria faz menção a prática de esporte e lazer, bem como da escolarização na Fundação Casa.

Já a respeito da profissionalização, podemos notar no Regimento Interno, Art. 46, visa possibilitar aos adolescentes o desenvolvimento de competências e habilidades básicas, oferecendo aprendizado profissional conforme suas demandas e o mercado de trabalho, contudo nenhuma Portaria faz menção específica a esse respeito. Dessa forma temos a frisar que o Regimento Interno, no seu corpo teórico direciona a prática pedagógica da profissionalização de acordo com as necessidades dos adolescentes e que esteja coerente com as questões que permeiam o mercado de trabalho.

Em relação a cultura e arte a Portaria 012/2000 regulamenta, em nível estadual, as saídas dos adolescentes para participação dos eventos culturais no meio externo. No entanto, mais do que realizar essas atividades, o importante é garantir, conforme o Regimento Interno art. 46, o acesso a fontes de cultura que apoiem e estimulem as diferentes manifestações culturais e a liberdade de criação.

Neste caso, a portaria em pauta viabiliza a participação dos adolescentes nas atividades culturais e o Regimento Interno reforça o direito ao acesso a essas atividades, entretanto conforme as sanções previstas no Regimento, essas atividades são suspensas para o adolescente que cometeu ato indisciplinar no Centro. Quanto ao cotidiano dos adolescentes e seus afazeres diários, ou seja, a rotina básica da alimentação, higienização, repouso, dos atendimentos, o Regimento Interno trabalha alinhado com as portarias.

Cada portaria tem sua importância e afeta diretamente o cotidiano da internação. São 14 portarias direcionadas ao trabalho com os adolescentes, sendo algumas delas editadas no período da gestão FEBEM, como exemplo a portaria nº 12/2000 que normatiza as saídas externas, visando a prevenção de fugas e tumultos; a portaria nº 22/2000 que formaliza a implantação da norma documentação de adolescente, os procedimentos técnicos para obtenção dos documentos civis dos adolescentes; portaria nº 49/2002 que revoga a portaria nº 26/2000, que disciplina as saídas externas e transporte de adolescentes em regime de privação de liberdade, que requeiram escolta policial armada; portaria 0003/1999 que disciplina o recebimento, permanência e saída de adolescentes nas unidades de restrição de liberdade.

Haja vista, que o presente estudo analisou as Portarias Normativas pertinentes ao objetivo geral, não sendo coerente analisar todas as Portarias institucionais. Pode se notar que as portarias listadas acima têm em seu cunho o caráter controlador e disciplinador dos adolescentes, a preocupação com a vigilância é constante, até mesmo a questão dos documentos dos adolescentes que se mostra importante para sua cidadania. Contudo, um cidadão bem identificado com seus documentos fica visível aos olhos da lei, sendo esta condição um dos mecanismos primordiais para a sociedade de controle que amplia o caráter disciplinador, tendo como supremacia o controle dos corpos. (DELEUSE, 1992).

A partir de 2006, com a nova gestão através da Fundação Casa, foram editadas outras portarias, a saber: Portaria 0096/2006, disciplina os procedimentos relativos ao recebimento de adolescente que empreendeu fuga de unidade e a recondução de adolescente recapturado pela Secretaria de Segurança Pública;

- Portaria nº 0098/2006 adequa a elegibilidade dos adolescentes atendidos, segundo sua qualificação, bem como a natureza do ato infracional;
- Portaria nº 0099/2006 que determina as atribuições do SAJA (Serviço de Atendimento Jurídico ao Adolescente), consiste na necessidade de assistência aos Diretores e funcionários da área técnica, no atendimento aos adolescentes e familiares, em relação aos procedimentos judiciais pertinentes;
- Portaria nº 0143/2008 institui o instrumental denominado acompanhamento do adolescente em cumprimento de Sanção Disciplinar;
- Portaria nº 0148/2008 que outorga a concessão do Selo Amigo da CASA para organizações públicas privadas e da sociedade civil, que atuem em atividades culturais, desportivas e cursos de capacitação para os adolescentes e funcionários;
- Portaria nº 0141/2008 institui o instrumental registro de ocorrência, apuração e aplicação de sanção disciplinar aos adolescentes que cumprem medida de internação nas unidades da Fundação Casa; portaria nº 0095/2006 que estabelece a padronização do atendimento técnico ao adolescente autor de ato infracional, estabelecendo como fatores a serem avaliados nos adolescentes ao iniciar o cumprimento da medida socioeducativa, de acordo com a sua classificação;
- Portaria nº 0285/2016 refere-se a concessão de verbas para as famílias dos adolescentes; portaria nº 0279/2015 que institui o grupo de apoio.

Como já observado anteriormente, as portarias normativas utilizadas na presente análise, podem ser interpretadas como impositivas de limites e medidas disciplinares que visam nortear e ao mesmo tempo controlar os procedimentos a serem realizados com os adolescentes. Estabelecem instrumentos para registrar os comportamentos e para fundamentar possíveis sanções a serem aplicadas. Outras determinam os fatores a serem avaliados nos adolescentes que os classificam em primários ou reincidente e também dos critérios de elegibilidade do grau infracional.

No que tange a portaria referente ao atendimento do SAJA, notamos que não há consonância com o Plano Político Pedagógico (P.P.P), onde deveria estar especificado a maneira como se concretizaria o atendimento jurídico, revelando que o acesso a assistência jurídica é inexistente ou apenas para aqueles que tem condições de custear o atendimento privado. Já a Defensoria Pública e a presença de órgãos de defesa dos direitos dos adolescentes também não fazem parte da preocupação documental com iminência do discurso socioeducativo demonstrado pela instituição.

No quadro geral, as portarias orientam legalmente em conjunto com o Regimento Interno todo arcabouço legal e controlador de um ambiente que acima de tudo precisa conter e disciplinar e quando necessário o uso da força física já está previsto em lei e para tanto a normativa garante a formação de uma equipe de apoio para agir com intuito de “pacificação” nos momentos de conflitos não solucionados pelo poder do convencimento e do diálogo. O Grupo de Apoio ou “choquinho” da Fundação Casa, como estabelecido na portaria é formado por funcionários modelos fisicamente (com corpo e estatura avantajados) e com conduta funcional exemplar, indivíduos condicionados a cumprirem as ordens sejam elas coerentes ou não com a justiça. Claro que no sistema socioeducativo a violência é travestida de contensão.

1.5.3 Cadernos Orientadores

Na observância das Portarias Normativas, não se evidencia especificidade legal no âmbito da escolarização dentro da Fundação CASA. No entanto, a Resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016, que Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Em conformidade ao Documento Orientador Conjunto SEE/ CGEB Fundação CASA nº 01,

No Estado de São Paulo, a oferta da Educação Básica, níveis de Ensino Fundamental e Médio, aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado é responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE), com apoio da Fundação CASA.

[...] Assim, nos Centros mantidos pela Fundação CASA, a escolarização é oferecida pela SEE com o objetivo de garantir o direito de acesso à Educação, bem como:

[...] Garantir o princípio de igualdade de condições de acesso e permanência na escola;

[...] Implementar uma ação educativa que atenda às necessidades e características dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado. (SÃO PAULO, 2017, p 7).

Buscando a análise sob a égide das práticas pedagógicas, evidencia-se os Cadernos formulados pela Superintendência Pedagógica CASA. O Caderno Técnico de Superintendência Pedagógica (SÃO PAULO, 2020), fomenta as práticas pedagógicas convencionadas a todas as modalidades de medida socioeducativa (liberdade assistida, semiliberdade e internação).

As orientações do referido Caderno, encaminham-se desde o desdobramento do adolescente como ser social; às matrizes da Educação escolar, profissional, educação física, arte e esporte; da organização do trabalho pedagógico, depreendendo profissionais e métodos aplicados; aos procedimentos específicos para cada área, incluindo a participação do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em políticas públicas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por exemplo.

O Caderno de Avaliação Diagnóstica em Educação Física (SÃO PAULO, 2015), qual compõem, também, o mesmo documental de superintendência pedagógica, trata-se de um documento que leva em consideração o desenvolvimento dos adolescentes, suas experiências e vivências da cultura corporal que tiveram antes de serem inseridos no Sistema Socioeducativo, realizando o Diagnóstico Polidimensional, possibilitando ao Profissional de Educação Física efetuar os encaminhamentos pertinentes a área e propor as ações que irão integrar o PIA.

São atividades motoras que poderão avaliar a condição física de cada adolescente. Para somente, então, o profissional de Educação Física avaliar os adolescentes, e propor atividades que, mais que o desenvolvimento do corpo, propiciarão a interação social entre os internos (SÃO PAULO, 2015).

O Documento que orienta os procedimentos para a garantia de acesso à Educação Básica aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado (SÃO PAULO, 2017), trata-se de um instrumento metodológico que subsidia e destina-se a todos os funcionários da SEE e da Fundação CASA que atuam na escolarização ofertada a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado no Estado.

Importa observarmos que, a oferta da referida escolarização, desenvolve-se através da vinculação de classes a Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, garantindo ao adolescente o acesso ao direito à Educação. Ressalta-se que, durante o período de internação, inclusive provisória, é direito do adolescente ter acesso à escolarização, tanto escolar e, inclusive, a educação profissional (SÃO PAULO, 2017).

O que se discrimina mais especificamente no referido documento, são as metodologias aplicadas aos Centros de Internação Provisória (internação de 45 dias por até 03 meses, no máximo – Art. 108, ECA (BRASIL, 1990) dos Centros de Internação (internação por até três anos – art. 122, ECA – BRASIL, 1990). Na área da saúde, através do caderno Manual de Rotina e procedimentos de Enfermagem (RIBEIRO FILHO, 2014), do Manual de Rotinas de Odontologia (RIBEIRO FILHO, 2009) e do Caderno de Nutrição (SÃO PAULO, 2018) podemos observar que existe no corpo das documentações a preocupação com os mínimos necessários para garantir o funcionamento das condições de higiene, alimentação e cuidados médicos com os adolescentes.

É interessante notar que os profissionais entrevistados observam que a prevenção visa sanar problemas e evitar situações agravantes que venham desencadear conflitos internos. Existem propostas de trabalhos e palestras educativas, mas sem conteúdo que discuta as reais necessidades dos adolescentes diante do não acesso aos recursos básicos de saúde, principalmente quando estão de volta ao convívio social.

Não obstante, importa arguir que o Caderno de Serviço Social e da Psicologia, não apontam nada específico sobre a educação formal nos Centros, contudo, as ações realizadas por cada área interferem no processo educacional como um todo, pois, descrevem a necessidade da educação escolar como parâmetro de evolução do adolescente no cumprimento da medida. Também acompanha as demais atividades pedagógicas, porém não está explícito a relação do psicossocial com essas atividades, deixando lacunas quanto a articulação dessa área com as demais.

O que está explícito no Caderno Procedimentos de Segurança consiste na organização do trabalho dos agentes socioeducativos que acompanha integralmente o cotidiano dos adolescentes desde sua entrada (recepção), quanto aos afazeres diários, um profissional responsável pelo cumprimento do regime disciplinar dos centros. Cabe a esses agentes buscar segundo o caderno atender as necessidades e anseios, visando a evolução do adolescente e seu crescimento pessoal. Facilitar a relação com todos no ambiente; e favorecer a formação de vínculos positivos, mantendo o clima do ambiente tranquilo e harmônico. (DEPIERI, 2011).

A importância da normatização da segurança tenta garantir um ambiente de convivência pautada nas regras, normas e valores contidos na lei e nos procedimentos reconhecidos pela instituição como educativos.

Durante o período de acompanhamento das atividades no Centro podemos observar que a disciplina é o fim a ser perseguido tanto para os adolescentes, quanto aos próprios funcionários, não cabendo o questionamento sobre as formas e maneiras como foram concebidas tais normas. Embora nenhum dos profissionais tenham realizado tal observação, o enquadramento do adolescente deve ocorrer conforme as dimensões socioeducativas contidas no caderno, ou seja, com respeito, ética e com a participação do adolescente.

A harmonia pontuada no conteúdo do caderno pode ocultar o não protagonismo dos adolescentes, pois o ambiente harmônico e tranquilo neste caso perpassa pela obediência e cumprimento da ordem e para isso os olhares dos agentes são imprescindíveis e estão explícitos a todo tempo nos conteúdos pedagógicos adotados pela instituição.

2 O CENTRO SOCIOOEDUCATIVO TAMOIOS E SEUS ADOLESCENTES

Para realização da caracterização histórica do Centro Socioeducativo Tamoios utilizamos das poucas informações contidas no Plano Político Pedagógico (2017), dos relatos dos profissionais entrevistados e a experiência profissional no Centro desde 2010.

Quanto ao Centro Tamoios em São José dos Campos, não temos uma obra literária sobre seu histórico. Sabe-se através do Plano Político Pedagógico (2017) que o Centro Tamoios foi inaugurado no final do mês de maio do ano de 2004, a princípio através da gestão compartilhada com a ONG UNIPAZ. (Universidade Internacional pela Paz)⁸. Tal parceria ocorreu devido a uma exigência na época de estabelecer uma proposta diferenciada (humanizada).

Segundo os entrevistados o início dos trabalhos no Centro deu-se numa conjuntura bem complexa e tumultuosa. Os funcionários iniciaram o treinamento em 14 de maio de 2004 e tiveram apenas 15 dias para preparação e capacitação a fim de assumir uma unidade da FEBEM com adolescentes advindos das diversas unidades da capital de São Paulo.

Cabe ressaltar que o Diretor na época tinha a formação na área do Direito e trouxe a experiência de Conselheiro Tutelar, que segundo os entrevistados acabava por fragilizar as relações em um cenário que exigia maior controle em todos os níveis e frentes de trabalho no Centro.

Na época, a composição do quadro pessoal tinha em sua maioria profissionais da ONG, sendo apenas três coordenadores da antiga FEBEM e 16 agentes sócio apoiadores, os restantes dos profissionais eram contratados pela ONG, cerca de 34 agentes sócio apoiadores. Na pedagogia iniciou-se os trabalhos com 03 profissionais da área técnica e 04 professores.

Conta a entrevistada Carla que não havia uma direção a seguir e que ninguém tinha uma experiência para assumir o trabalho com consistência, não havia o conhecimento sobre o que era medida socioeducativa e a maioria desconhecia a FEBEM. Que a parceria com a ONG trouxe mais tensão do que viabilidade para o desenvolvimento do atendimento aos adolescentes. A ONG buscava desenvolver um trabalho na ordem Holística através de terapias individuais e em grupo. O Diretor da ONG na época buscou trazer também experiências de colégios internos.

Na prática, alguns problemas se colocaram em relação ao trabalho cotidiano. A limitação do diálogo entre os funcionários da FEBEM e da ONG causava conflitos de

⁸ Portal UNIPAZ. Disponível em < <https://unipaz.org.br/> > Acesso em 19 out. 2021.

diversas ordens, inclusive pessoal. Por outro lado, o contexto confuso e o desconhecimento do que fazer tornava mais complexo diante de adolescentes que vieram de unidades da FEBEM, onde desenvolveram comportamentos estruturados pelo regime imposto nessas unidades. Em resumo, os adolescentes conheciam a realidade da FEBEM enquanto os novos funcionários pelejavam para estabelecerem um mínimo de entendimento entre si.

A entrevistada Carla conta que o único setor que tinha alguma experiência e sabiam o seu papel era o setor técnico do psicossocial. Eram profissionais contratados que já havia trabalhado na medida de Liberdade Assistida. Já a área da pedagogia e da segurança tiveram que se formar e estrutura-se gradativamente. Diferente da atualidade, na ocasião a ONG não sabia como estruturar um quadro básico para funcionamento de uma unidade.

Não obstante, os entrevistados apontam que os próprios adolescentes se sentiram prejudicados, pois nas unidades do complexo do Tatuapé havia uma estrutura e lá ocorriam oficinas profissionalizantes como: informática, panificação, jardinagem, etc. Paulatinamente a ONG foi percebendo que precisava contratar profissionais para ministrar oficinas profissionalizantes. Especificamente a área de segurança tinha enorme dificuldade de se adaptar a esta proposta humanizada, era uma área ainda carregada de ranços do sistema repressivo da FEBEM.

Na realidade os entrevistados pontuam que o Centro se dividiu em duas frentes opostas. No UIP (Unidade de Internação provisório) o corpo profissional era da FEBEM e tinha-se como cotidiano o extremo controle e disciplina dos adolescentes. Já na UI (Unidade de Internação) de responsabilidade da ONG havia um processo em que as pessoas ainda não sabiam lidar com os adolescentes destoando-se dos limites impostas na UIP. Todos os entrevistados observaram que esta parceria mista de funcionários não daria certo.

Todavia, mais tarde houve denúncias sobre o desvio de dinheiro público e a parceria foi cancelada em abril de 2005 e o Centro passou a ser unidade plena, ou seja, o controle e os funcionários passaram todos a pertencer ao quadro da Fundação Estadual para o Bem-Estar do menor (FEBEM).

2.1 Caracterização do Centro Tamoios

Para a caracterização do Centro Tamoios é importante destacar alguns aspectos sobre o Município de São José dos Campos.

São José dos Campos está localizado às margens da Rodovia Presidente Dutra, no Vale do Paraíba e figura entre os maiores polos econômicos do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo dados do IBGE (2019), estima-se que o número de habitantes de São José dos Campos seja de 721.944 mil habitantes em 2019. De acordo com os parâmetros do PNUD/2013, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁹ (IDH-M) de São José dos Campos foi avaliado em 0,807, obtendo a 12ª colocação no estado de São Paulo e a 24ª colocação em nível nacional, o que o classifica como município de alto desenvolvimento humano.

No entanto, o Município continua enfrentando alto índice no que tange a questão a criminalidade. Segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP), a região do Vale do Paraíba, incluindo São José dos Campos, segue como a mais violenta do interior do estado. De acordo com o balanço mensal divulgado pela SSP, a região registrou 35 mortes - entre homicídios dolosos e latrocínios - em julho. Em 2017, foram 27 vítimas de mortes violentas no mesmo período. Por conseguinte, o índice de criminalidade e vulnerabilidade social é maior, o que faz aumentar o envolvimento de adolescentes com o crime. No primeiro trimestre de 2018, é a cidade do interior paulista com mais apreensões de adolescentes infratores, apesar da queda de 31,7% na comparação com o mesmo período em 2017 passou de 195 para 133 casos. (SÃO PAULO, 2019).

A condição apontada acima se torna mais delicada quando verificamos a vulnerabilidade social no município. Em 2010, 52% das crianças de 0 a 5 anos estavam fora da escola. Essa taxa é de 2,57% para as crianças entre 6 e 14 anos. Além disso, 5,34% dos habitantes entre 15 a 24 anos não estudavam, não trabalhavam e eram vulneráveis. Entre as mulheres de 10 e 17 anos, 2,18% tiveram filhos. No que tange ao quadro familiar, 9,85% das mães chefes de família não possuíam ensino fundamental e tinham filhos menores de idade, 0,76% das famílias eram vulneráveis e dependentes de idosos, 2,08% das crianças com até 14 anos de idade tinham renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais e 13,3% das famílias eram vulneráveis à pobreza (ATLAS BRASIL, 2013).

⁹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação de 2019**. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>>. Acesso em 10 out. 2019.

De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, o setor socioeconômico 9 possui sete setores censitários de média vulnerabilidade e um setor censitário de alta vulnerabilidade, quanto que o setor socioeconômico 29 possui nove setores censitários de média e quatro setores censitários de alta vulnerabilidade (PREFEITURA SJCAMPOS, 2018).

A situação do desemprego e outro fator preocupante. Se observarmos a composição da população com 18 anos de idade ou mais, em 2010, 70,7% encontrava-se economicamente ativa ocupada, 7,1% estavam em situação economicamente ativa desocupada e 22,2% economicamente inativa. Segundo a mesma fonte de dados, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 68,91%, em 2000, para 70,71%, em 2010. Ao mesmo tempo, o índice de desocupação passou de 17,25%, em 2000, para 7,11%, em 2010 (ATLAS BRASIL, 2013).

Para o enfrentamento das questões sociais, o Município de São José dos Campos conta com alguns órgãos que compõem a rede socioassistencial, organizada em Proteção Social Básica e Especial. A primeira destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social (PREFEITURA SJCAMPOS, 2021).

A segunda, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros. Na Proteção Básica, o município possui 11 CRAS – Centros de Referência de Assistência Social com 25.000 famílias referenciadas em seus territórios e na proteção Social Especial possui 3 CREAS – Centros de Referência Especializado de Assistência Social (PREFEITURA SJCAMPOS, 2021).

Na área da defesa de direitos da criança e do adolescente o município conta com Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e o Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi criado pela lei municipal nº 3676/89 de 11 de dezembro de 1989. O CMDCA tem como objetivos traçar a política municipal da criança e do adolescente, deliberar sobre a convivência e oportunidade de implementação de programas e serviços, bem como gerir o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em 2019, por meio da resolução 177/2019 e com o intuito de atender aos objetivos e metas foi criado o terceiro Conselho Tutelar, ampliando a capacidade de atendimento e contribuindo com o fortalecimento da política municipal da criança e do adolescente.

Em específico a política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei o Município conta com a Delegacia da Infância e Juventude (DIJU) e a Vara da Infância e Juventude, o que significou um avanço significativo na defesa dos direitos dos adolescentes.

Todavia, o Município de São José dos Campos apresenta muitos défices e lacunas com relação a rede de proteção social, principalmente em relação ao atendimento dos adolescentes em conflito com a lei.

Os profissionais entrevistados também pontuaram sobre a deficiência da rede e do cumprimento dos direitos dos adolescentes egressos da Fundação Casa. São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes, como: resistência de diretores em conceder a vaga escolar; inserção em cursos profissionalizantes devido à falta de oferta e/ou recursos materiais para a frequência e permanência nos cursos; acesso ao esporte e lazer, bem como a arte e cultura uma vez que a maioria dos recursos ficam na área central da cidade.

Na área da saúde também o acesso é dificultado não só em relação ao espaço geográfico, mas como a demora e o trâmite burocrático no atendimento no Município. Essa situação se agrava quando se trata de tratamento para dependência química. São José dos Campos conta com o SAMA para atendimento ambulatorial, mas não tem um programa para atendimento hospitalar.

Em entrevista com a Defensora Pública, descobriu-se que existe uma ação civil pública para que seja cumprido a Lei que estabelece vagas na UTI do Hospital Municipal, uma vez que existe uma demanda significativa de casos e o Município não conta com esse atendimento e os casos que surgem são encaminhados as clínicas terapêuticas como saída paliativa.

Neste sentido, fica evidente que além de uma estrutura para atender as demandas das crianças e adolescentes das camadas mais pobres da cidade, também se faz necessário uma política de acompanhamento dos adolescentes egressos da Fundação Casa. Requer a responsabilização de todos os órgãos envolvidos na defesa dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei.

Tal apontamento é primordial na defesa dos direitos e do cumprimento integral da medida de internação que discutiremos quando for abordado sobre a organização do trabalho socioeducativo no Centro.

Dos recursos pontuados o Município também apresenta uma política em relação a prática infracional dos adolescentes. Três são as medidas aplicadas: A Liberdade Assistida, a Semiliberdade e a Internação que é executada. A Liberdade Assistida é de responsabilidade do Município e ocorre nos CREAS. Já a Semiliberdade e a Internação são de responsabilidade da Fundação Casa, sendo que a Semiliberdade tem sua sede na região central de São José dos Campos e a Internação é executada no Centro Tamoios.

O CASA Tamoios efetivando o atendimento em conjunto com ações governamentais e não governamentais da União, Estado e Município. Com objetivo de aprimorar constantemente o atendimento prestado e efetivar ações que possam atender de fato as necessidades das particularidades de cada jovem, buscando atingir efetivação do Plano Individual de Atendimento traçado, temos por foco o aprofundamento técnico e a ampliação de parcerias afins. (Regimento Interno, 2012).

Inaugurado em 2004 como já pontuado anteriormente, o Centro Tamoios está localizado no Km 12 da Rodovia dos Tamoios. O local possui a capacidade para abrigar 64 adolescentes internos. Contudo, devido a pandemia de Covid 19 em julho de 2020 tinha apenas 22 adolescentes internos.

A prioridade do Centro consiste no desenvolvimento da capacidade cognitiva, física e moral através de uma Educação de qualidade inserida no contexto de cada adolescente, seguindo as diretrizes e normas internas (*Regimento Interno – Portaria 224/2012, respectivos cadernos das superintendências desta Fundação*) e pautadas no Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA, no Plano Estadual de Atendimento e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

A princípio o prédio foi construído com espaços amplos para maior comodidade e os adolescentes podiam circular pelo pátio e quadra de futebol livremente. O modelo arquitetônico corresponde a antiga forma de construções das unidades, ou seja, o modelo horizontal, diferente das construções atuais (T40) que se dá na forma vertical. Para melhor compreensão as fotos abaixo ilustram o enunciado.

IMAGEM 1- Vista panorâmica do entorno da antiga construção da Casa Tamoios.



Fonte: <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/galeria-de-imagens/>

IMAGEM 2 - Vista panorâmica da nova construção da Casa Tamoios.



Fonte: <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/galeria-de-imagens/>

A primeira foto corresponde ao modelo de construção do prédio antigo. Já a última ao modelo atual, construído na maneira vertical e com número reduzido na capacidade de internação, ou seja, cerca de 45 adolescentes.

O CASA Tamoios possui 96 vagas, sendo 32 para adolescentes inseridos no artigo 108 e 122 III, que trata da internação provisória e 64 vagas para adolescentes inseridos no artigo 122, que trata do programa de internação, ambos da Lei 8069/90, podendo chegar a 110 jovens atendendo provimento do Tribunal de Justiça.

No provisório estão internados os adolescentes que aguardam a decisão judicial (art. 108 e 122 III - ECA, 1990), podendo permanecer oficialmente até 45 dias. Art. 122 III (Internação Sanção), onde o adolescente pode cumprir até 90 dias de sanção conforme determinação judicial. Conforme verificação das planilhas mensais de controle interno do Centro Tamoios, 469 adolescentes estiveram internos na instituição no ano de 2019, considerando os adolescentes que cumpriram medida de internação provisória e de internação (CASA TAMOIOS, 2019).

Complementando a caracterização do Centro Tamoios no que tange o projeto arquitetônico e os recursos materiais, é de suma importância a observância dos profissionais entrevistados e da experiência de campo. Indiscutivelmente, houve mudanças significativas na organização dos espaços e do acesso dos adolescentes. No ano de 2019, foram construídos vários alambrados com arames farpados e grades, separando o pátio e também a quadra de futebol. Mais uma vez as características do local vão definindo a preocupação com a contenção dos adolescentes.

A estrutura caracteriza um ambiente de acomodação de criminosos. Porque os dormitórios são celas, são nesse formato, os pátios cercados por alambrados de contenção extrema. Então a própria estrutura das paredes todas com bloco cheio de concreto. Ela é pensada para um regime prisional. Apesar de ter evoluído no sentido de promover agora mais autonomia para o menino ir ao banheiro onde os quartos/dormitórios passam a ter seu banheiro, sua pia. Acredito que atenua o sentimento. Mas o sistema prisional também tem isso. Já havia isso no sistema prisional. Então quer dizer, para os meninos estava pior que o sistema prisional. Então está se aproximando hoje do sistema prisional. Da estrutura de sistema prisional, onde os presos têm no seu dormitório lá acesso ao chuveiro e banheiro, esses meninos passaram a também ter em seus dormitórios. (PROFISSIONAL, JOÃO, 2020).

O profissional refere-se às condições que assemelham-se, segundo ele, ao sistema prisional e a construção do prédio novo onde os dormitórios contam com o banheiro, mas na realidade os adolescentes continuam a vivenciar um contexto muito parecido com o sistema prisional quando comparado as outras dependências do prédio, sendo pontuado pelos

entrevistados a precariedade das salas de aulas, o mal cheiro vindo dos banheiros, a falta de privacidade nas salas de atendimentos, a falta de condições básicas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico que afeta diretamente na organização do trabalho socioeducativo que podemos verificar mais adiante.

Neste sentido, para compreendermos um pouco do contexto do Centro Socioeducativo Tamoios neste período que perdura até os dias atuais é fundamental pontuarmos não só os aspectos dificultadores e negativos, bem como dos momentos em que o Centro reluziu na prática pedagógica que marcou os trabalhos de todos os profissionais e adolescentes envolvidos.

Outro aspecto abordado pelos entrevistados foi a respeito das gestões. Que a média de permanência dos diretores no Centro Tamoios não ultrapassaram três anos. Para os entrevistados, a direção indica o ritmo e o perfil da unidade. Apontam os mesmos que a maioria das gestões se deram de forma centralizada e pouco democrático. Também destacaram o teor burocrático da maioria das gestões.

Quando havia o diálogo e a abertura para a autonomia dos profissionais o trabalho fluía significativamente e a pedagogia tinha seu espaço nesse processo. A entrevistada Carla mencionou que o Centro Tamoios foi a primeira unidade a conseguir abolir o uso do cigarro adequando-se a Lei que proibia o uso em ambientes fechados e aos preceitos da medida socioeducativa. Conta que isso se deu de forma gradativa e através de muito diálogo com os adolescentes.

2.2 Plano Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Ação do Centro Tamoios

Chegamos ao ponto nevrálgico dos argumentos institucional quanto aquilo que se concebe como socioeducativo no trabalho com os jovens que cumprem a medida socioeducativa de internação. O Plano Político pedagógico é o documento mais significativo entre todos para a compreensão do que está sendo realizado e avaliado cotidianamente com os sujeitos principais para qual justifica todo planejamento institucional. Assim, entendemos que tal documento deve conter detalhadamente as ações que foram e serão efetivados em determinado período, ou seja, a cada ano.

Cabe ressaltar que a essência do PPP traz consigo a importância de um planejamento social das tarefas exequíveis, do caráter político que perpassa pela democracia nas relações de

poder e conteúdo pedagógico base estrutural de todos os procedimentos elaborados teoricamente que deve resultar na prática num processo de progressão dos jovens. Contudo o princípio de uma construção coletiva não ocorre no Centro conforme a percepção dos profissionais entrevistados.

Eu nunca vi este documento, na realidade nunca somos convidados para a elaboração de qualquer documento. Sei que existe o PPP porque está lá no computador na rede do Centro, mas não sei como funciona, nunca fomos chamados para discutir o PPP. (PROFISSIONAL CHRISPIN, 2019).

Quem labora esse plano, normalmente não somos nós. Então existe um grupo de pessoas, normalmente, direção, encarregados, que vão construir. Isso depende muito da gestão também, tem gestores que não se interessam muito por isso. É uma questão de interesse. E então eles chamam muito os funcionários para discutir. E nos últimos anos o que eu tenho observado é que é assim, eu não tenho a menor ideia de como é feito isso. A gente não lê, a gente não constrói, e também não passam para a gente as informações de leituras. (PROFISSIONAL ALINE, 2019).

Além das observações trazidas pelas profissionais citadas acima que afirmam percepção da ausência da construção coletiva de um documento que tem a finalidade de atingir em sua totalidade as metas pedagógicas em todos os setores, ocorrem também o desconhecimento do documento e, isso compromete o desenvolvimento articulado do trabalho socioeducativo. Outra crítica trazida pelo entrevistado João é do sigilo exagerado que a gestão da a este documento. Frisamos ainda que este documento deve ser público e avaliado pelo CONANDA, de conhecimento dos Conselhos de Direitos e do Tutelar, além do Ministério Público e do Judiciário.

Temos que considerar a priori que obtivemos acesso aos três últimos escritos referente aos documentos que elucidam institucionalmente as práticas previstas nos anos de: 2017, 2018 e 2019. Somente no ano de 2017 foi elaborado o PPP, pois nos dois últimos anos foram redigidos como Plano de Ação. Dessa forma, de antemão alertamos para a precariedade de dados e conteúdo dos referidos Planos de Ação em comparado com o PPP de 2017.

O PPP de 2017, embora não contemple o ideal de um documento que em si permite compreender o que ocorre na prática no interior da instituição, pelos menos traz vários dados e conteúdos importante que pode subsidiar pesquisas e investigações a respeito das reais condições dos jovens e seus familiares não só na instituição, bem como do contexto em que vive no município.

Em contrapartida, o Plano de Ação que veio a substituir o PPP no ano de 2018 foi elaborado na forma de planilha e com letras minúsculas dificultando sua leitura. Está extremamente enxuto nas informações, mas revela que as ações tiveram como foco a

articulação da rede socioassistencial, onde apontam em demasiado as datas e os conteúdos discutidos, porém os resultados aparecem de forma tímida e com pouco efeito transformador a realidade dos jovens. Por outro lado, as atividades pedagógicas que deveriam ser realizadas e documentadas com os jovens não foram registradas ou não ocorreram. Dada importância das atividades e do como foram realizadas, o documento é inofensivo para uma análise mais rigorosa a respeito do caráter socioeducativo tão enfatizado nos cadernos normalizadores.

Não obstante o Plano de Ação de 2019 é extremamente superficial e com restrições teóricas. Contudo a precariedade do documento revela o conteúdo positivista e funcionalista da instituição

Nota-se que o P.P.P de 2017 apresenta o trabalho formal realizado em 2016, mas nada relata sobre os projetos pedagógicos que necessitam estar explícito no corpo do documento a ocorrer no ano de 2018. Fica a dúvida sobre os procedimentos realizados neste ano, uma vez que o plano de ação de 2019 não menciona ou avalia os feitos do P.P.P anterior.

Por outro lado, o P.P.P de 2017 tem o mérito ao contribuir com a discussão acerca da realidade dos adolescentes, apresentando dados sobre o perfil dos adolescentes, as condições socioeconômicas e com a caracterização do município, dados infracionais, etc. Além de trazer em discussão algumas concepções teóricas a respeito do adolescente e sobre a socio educação, como exemplo ao referir quatro pilares da educação proferidos por Edgar Morin: aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer constituem aprendizagens indispensáveis que devem ser perseguidas (MORIN, 2001)

Todos os profissionais são unânimes em pontuar, de seus pontos de vista, entre o discurso teórico e a prática.

Ele é lindo enquanto tá no papel mas quando a gente tenta colocar ele na prática a gente não consegue 1º volta te dizer não temos funcionários segundo não temos verba não temos material e aí está todo mundo desgastado de cada chefe olhar para o seu umbigo e aí o que acontece eu não vou fazer esse trabalho que é para o meu chefe se vangloriar depois porque quando você comete um erro dentro da Fundação Casa Você é extremamente apedrejado alvejado mas quando você comete uma certa poucos lente parabenizar Então as pessoas estão cansadas disso aí esse plano político pedagógico ele é muito lindo. (PROFISSIONAL ALINE, 2019).

Através da análise das entrevistas, percebe-se que o discurso é reforçado pelos outros profissionais que apontam a escassez de material um enorme problema para execução de atividades pedagógicas. Alguns desses profissionais relataram por exemplo, que as atividades esportivas não ultrapassam aquelas ocorridas na rotina, onde o caráter educativo fica sucumbido pela prática física pura e simples.

Já a saúde no que tange ao atendimento médico os procedimentos estão condicionados ao atendimento básico e no máximo ações de profilaxia de algumas doenças possíveis de gerar uma epidemia. O setor pedagógico está mencionado nas atividades escolares corriqueiras e de controle burocrático do ensino no Centro Tamoios. Não há presença de projetos a altura das perspectivas cidadãs contidas no caderno de Superintendência Pedagógica que fomenta atividades críticas, lúdicas, mas com potencial de promover o protagonismo juvenil.

Os cursos de preparação profissional são explicitados de forma informativa, contendo a lista dos cursos realizados, mas não traz uma avaliação do proveito dos adolescentes e os conteúdos trabalhados. Portanto, o caráter pedagógico está sucumbido ao caráter burocrático dessas atividades que são determinadas por Lei. As atividades com potenciais críticos, criadores de circunstâncias para um processo que possibilite ao adolescente refletir sobre sua situação real e os obstáculos que irão enfrentar para sua inserção como sujeitos de direitos da sociedade cidadã ficam comprometidos.

Já referente as orientações pedagógicas ao setor de segurança, O P.P.P de 2017 estabelece que os agentes socioeducativos precisam ir além da questão vigilância e tomar como medida a relação educador e educando. Porém tanto o P.P.P e os Planos de ação descrevem com ênfase que o intuito maior são as ações disciplinadoras. Os escritos revelam com detalhes a atenção que os profissionais devem ter na prevenção de conflitos.

A convivência é explícita através de uma relação de tutela, onde o controle e o direcionamento dos corpos precisam ocorrer a todo momento. Isso fica evidente quando analisamos o documento anexo do P.P.P de 2017: Manual de Procedimentos do Centro Tamoios. Este documento apresenta com rigor e objetividade o regime disciplinar do Centro Tamoios. Nele estão explícitos o que pode e o que não pode frente ao comportamento do adolescente. Como exemplo:

- a) nenhum adolescente poderá locomover-se sozinho, de um ambiente a outro, sem autorização de servidor;
- b) toda movimentação coletiva será realizada mediante formação no caso de, de acordo com a solicitação do servidor;
- c) as movimentações poderão ser realizadas mediante turmas conforme a listagem de atividades pedagógicas (exemplo: por sala de aula, por curso, por dormitório, por ala, para quadra etc.);
- d) os adolescentes devem procurar efetuar todo o percurso mantendo a postura determinada neste procedimento de movimentação;
- e) durante a movimentação o adolescente deverá evitar arrastar os chinelos e tênis. A movimentação do adolescente no interior das salas de aula, dormitórios e quadra, ou

no decorrer das atividades, é livre (sem mãos para trás) ou conforme orientação do profissional (PPP – TAMOIOS, 2017, p. 29).

O documento não titubeia na afirmação das regras e normas a serem seguidas, são determinações que não podem ser violadas e que aparece como alicerce do que realmente comanda a instituição. Esses procedimentos são regras aplicadas diariamente sem exceção.

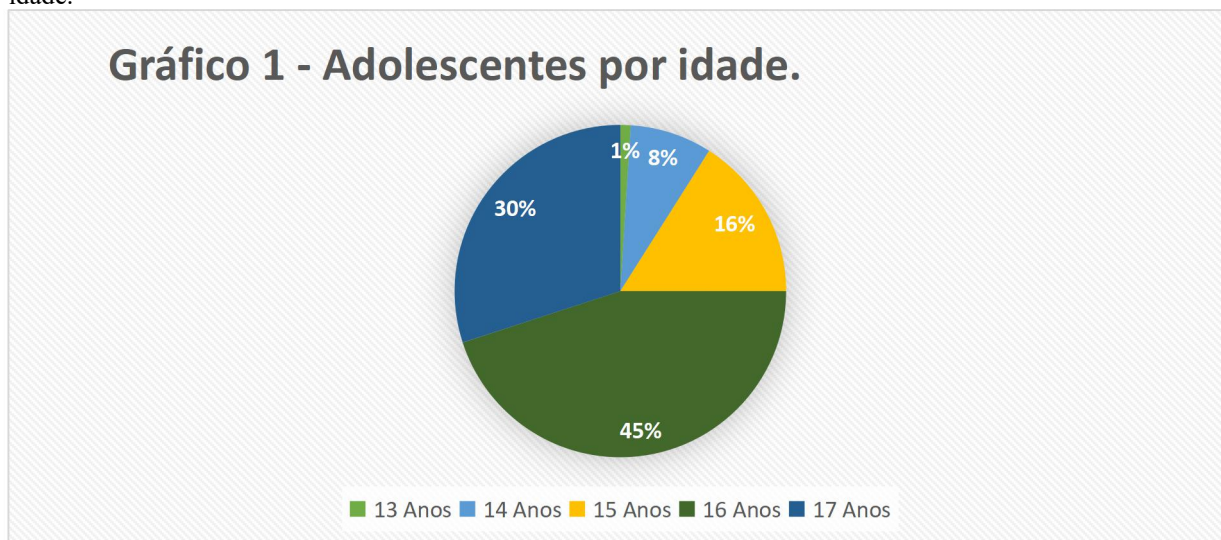
Neste quadro, o PPP em relação as práticas pedagógicas contribuem para a compreensão daquilo que é discursivo nos documentos oficiais e das propostas realmente exequíveis no Centro Tamoios. E esta realidade é percebida de forma nítida nas falas dos sujeitos de pesquisa como podemos verificar na análise das entrevistas exposta nesta tese.

2.3 Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios entre os anos de 2019 e de 2020

Para a caracterização do perfil dos adolescentes foram consultados em junho de 2020, os prontuários técnicos. Cabe ressaltar, que desde março do corrente ano devido a pandemia do Covid-19 o número de adolescentes internos reduziu significativamente. Já a internação provisória o fluxo continuou normalmente, o que ocorreu na redução do número de internações. Dessa forma, no mês de junho 22 adolescentes encontravam-se cumprindo medida de internação e 34 em privação de liberdade provisória. Salientamos que a o Centro Tamoios tem a capacidade de 64 adolescentes cumprindo medida de internação.

O primeiro dado levantado foi o perfil etário dos adolescentes.

GRÁFICO 1 - Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - adolescentes por idade.



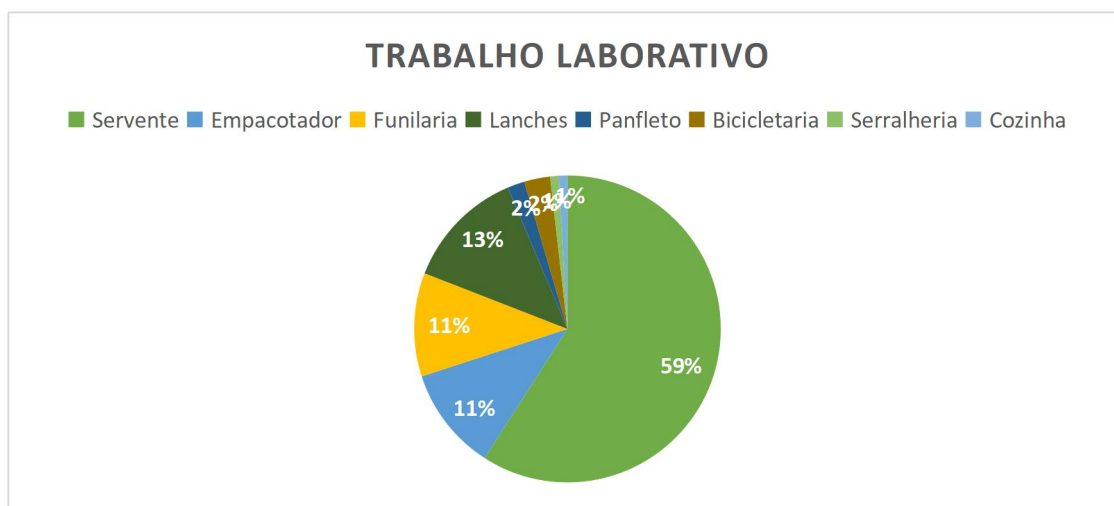
Fonte: Elaborada pelo autor com base nos prontuários dos adolescentes (O autor, 2020).

Dos 56 adolescentes, a maioria 45% tinham 16 anos, 30% 17 anos e 25% menos de 15 anos. Isso indica que a média de idade varia entre 15 a 17 anos e quando comparado aos dados de escolaridade percebemos a defasagem na idade escolar e a série.

Em relação a escolaridade 66% não estudavam quando apreendido e 33% estudavam. Dos 37 adolescentes que não estudavam, 87% apontaram ter abandonado a escola por desmotivação e falta de interesse. 70% dos adolescentes estão no ensino fundamental e 30% no ensino médio. Outro dado importante é que cerca de 40% deles relatam dificuldade de ler e escrever.

O quadro abaixo refere-se à experiência laborativa dos adolescentes:

GRÁFICO 2 - Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - trabalho laborativo.



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos prontuários dos adolescentes (O autor, 2020).

No tocante ao trabalho, 61% relataram ter tido experiência laborativa, mas todos no campo da informalidade. A maioria como servente 59%, como empacotador 11%. Idem para funilaria. 12% com lanches, panfleto 2%, 3% com bicicletaria, 2% com pintura, 1% com serralheria e 1% cozinha. Nenhum deles tiveram carteira assinada e apenas dois participaram de algum programa social, como exemplo o Menor Aprendiz pela Fundação Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS).

Sobre cursos profissionalizantes tivemos o seguinte quadro: 65% nunca realizaram nenhum curso. Dos 18 adolescentes, ou seja, 35% que fizeram curso 10 deles fizeram quando estiveram internos na Fundação Casa e 8 deles em escola particular. Não há relato sobre a participação em cursos promovidos pela rede pública de assistência social. Dos cursos realizados os apontados foram:

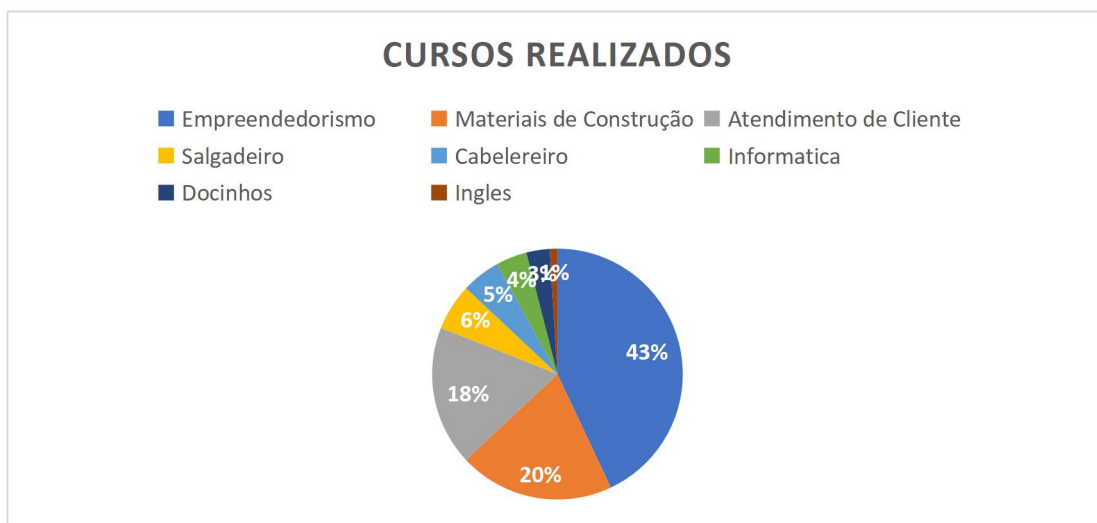
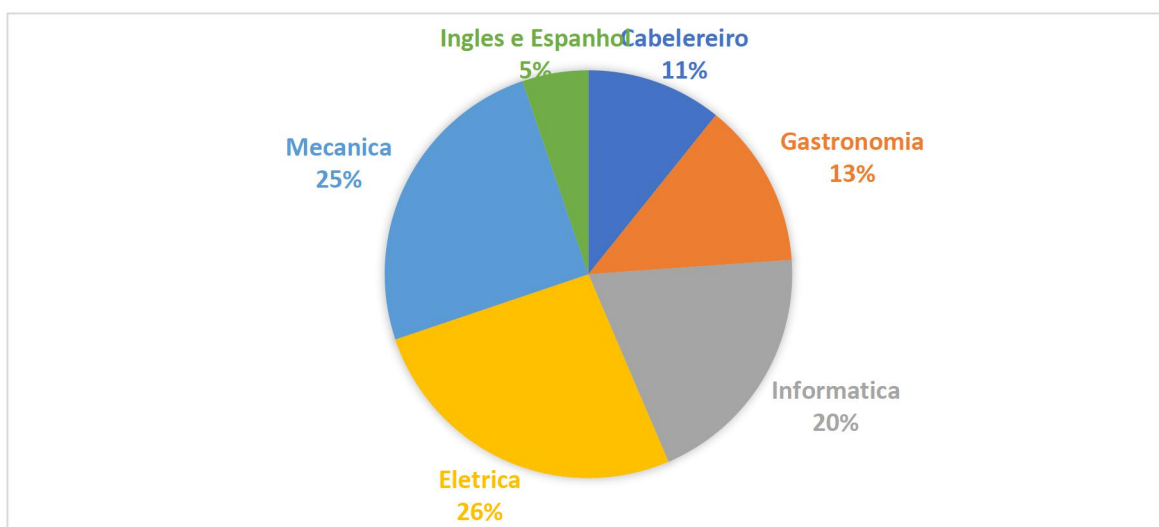


GRÁFICO 3 - Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - cursos realizados.

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos prontuários dos adolece (O autor, 2020).

O curso de empreendedorismo aparece em primeiro com cerca de 43%, após vem o curso de noções de material de construção com 20%, atendimento ao cliente com 18%, salgadeiro com 6%, cabeleireiro com 5%, informática 4%, docinhos para festa 3% e inglês 1%. Complementando este dado, foram levantados durante as entrevistas sobre o que gostariam de fazer:

GRÁFICO 4 - Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - cursos desejados.



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos prontuários dos adolescentes (O autor, 2020).

No gráfico acima percebemos que a preferência da maioria dos adolescentes refere ao curso de mecânica e elétrica, justamente cursos estes não oferecidos pela Fundação Casa, bem como também do curso de inglês e espanhol. Em relação aos cursos de informática, cabeleireiro e informática geralmente estão inclusos e oferecidos.

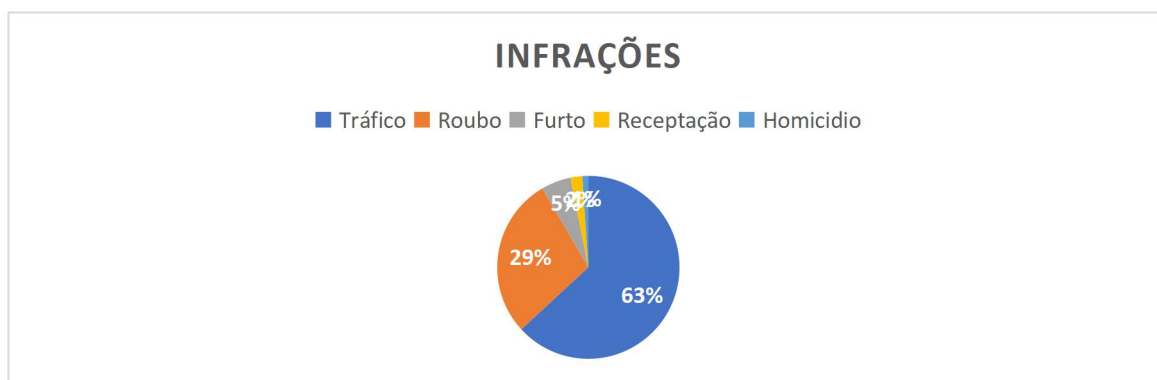
Da prática de esporte e lazer 84% relataram já ter praticado esporte no seu bairro e 16% somente na internação. 90% dos que praticaram esporte relataram terem feito apenas a prática de futebol, 6% relataram já terem jogado basquete, 3% vôlei e handebol com 1%.

Referente às condições de moradia dos adolescentes temos os seguintes dados: 84% dos adolescentes moram em casa própria e 16% pagam aluguel. A média paga de aluguel gira em torno de R\$700,00 e a maioria, cerca de 96% moram em casa com 04 cômodos. Todavia, das famílias que possuem casa própria 82% são oriundas dos programas do CDHU. A média de moradores da casa preenchem os seguintes dados: 20% com 03 pessoas, 25% com 04, 30% com 08, 15% com 06 e 10% com 5 pessoas. Já em respeito à região de moradia 60% são oriundos da região leste de São José dos Campos, 30% da região sul e 10% de outras cidades.

Em relação a renda familiar: 15% das famílias vivem com menos de 01 salário-mínimo, de 1 a 2 salários-mínimos 75% e maior que dois salários 10%. Por outro lado, 36% das famílias recebem Bolsa família¹⁰ 36%. Ressaltamos que no período da coleta de dados diversas famílias recebiam auxílio emergencial.

Quanto ao perfil relacionado a situação infracional, há um número expressivo de reincidência: 61% são reincidentes e 39% primário. Outro dado significativo é que 44% são múltiplos reincidente. Das infrações cometidas obtivemos os dados abaixo:

GRÁFICO 5 - Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - das infrações.



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos prontuários dos adolescentes (O autor, 2020).

¹⁰ O Bolsa Família é um programa do Governo Federal de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

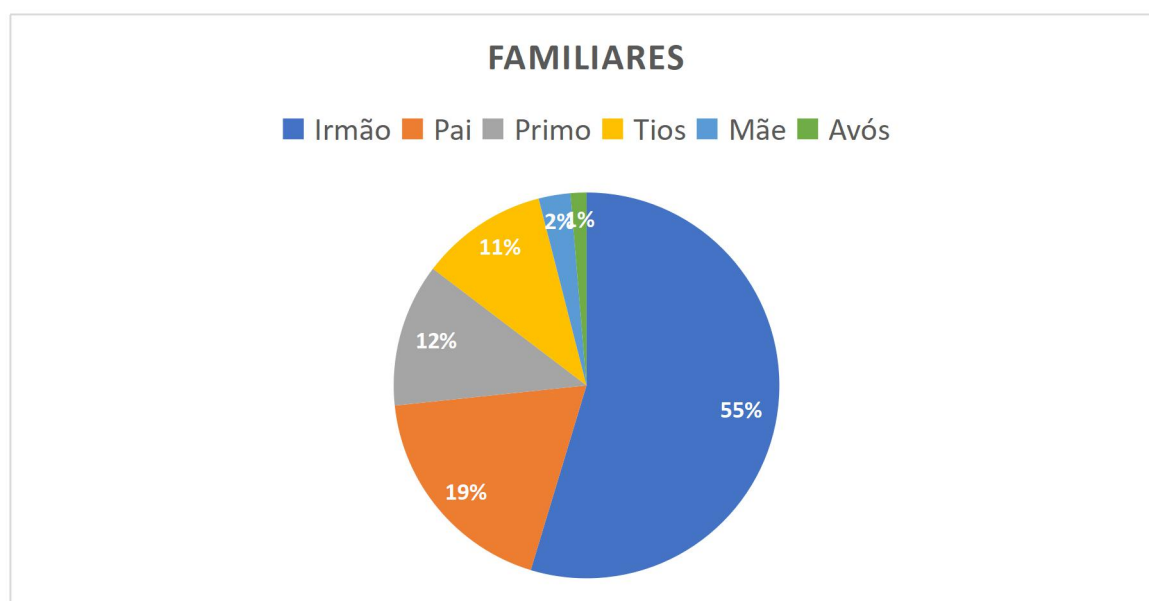
Das infrações: 60% correspondem ao tráfico, 27% ao roubo, 5% cometeram furto, a receptação aparece com 2% e homicídio apenas com 1%. O motivo alegado para o ato infracional: foi 72% para sobrevivência, dinheiro 23% e 5% pela adrenalina.

Dos adolescentes pesquisados 72% já estiveram inseridos em outra medida socioeducativa, sendo que 45% descumpriram a medida de meio aberto. Das medidas 65% em liberdade Assistida e 35% em semiliberdade.

Quanto as drogas: 68% relatam usar drogas, entre elas: 84% usam maconha, 11% cocaína e 5% crack.

Sobre a prisão de algum familiar: 64% dos adolescentes mencionam alguém da família preso ou que passaram pelo sistema. 82% por tráfico e 18% por roubo. O gráfico abaixo demonstra a relação do parentesco:

GRÁFICO 6 - Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - dos familiares.



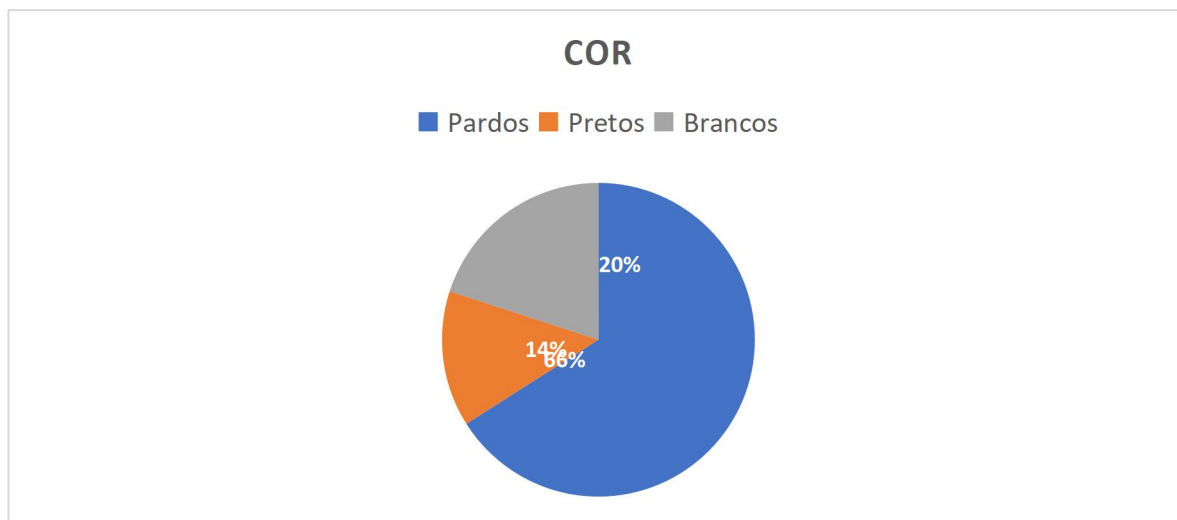
Fonte: Elaborada pelo autor com base nos prontuários dos adolescentes (O autor, 2020).

Percebemos que 54% dos adolescentes têm o irmão envolvido no meio delitivo, o pai com 19%, primo com 12%, tios com 11%, a mãe com 3% e a avós com 1%.

Outros dados sobre a família apontam que 54% os pais são separados, sendo que 87% não tem contato com o pai e 90% não recebem nenhuma pensão. 15% dos adolescentes têm padrasto e destes 60% não tem boa convivência.

O último dado pesquisado foi sobre o quesito raça, sendo obtido a seguintes informações dos adolescentes entrevistados:

GRÁFICO 7 - Perfil quantitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios - cor da pele.



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos prontuários dos adolescentes (O autor, 2020).

Dos dados obtidos observamos que: 66% são pardos, 14% pretos e 20% brancos. Isso contribui para a compreensão sobre a questão racial em relação aos adolescentes internos.

Nada obsta de pontuar que a caracterização do perfil dos adolescentes é de fundamental importância para a organização do trabalho socioeducativo no Centro Tamoios. Para a elaboração de planos e projetos de atendimento a realidade dos adolescentes é o pressuposto das ações a serem realizadas de acordo com os princípios da socio educação com justiça, igualdade e respeito.

De forma geral, os dados revelam um contexto social vivenciada pelos adolescentes que atinge não só as condições materiais de vida dos adolescentes e as famílias, mas em todo o processo de socialização. A marginalização social recai sobre toda a família e as bases para o desenvolvimento das potencialidades estão comprometidas. A baixa escolarização, a falta de perspectiva de profissionalização, o trabalho precário são alguns aspetos que fundamentam a necessidade de políticas públicas para essa população despojada do acesso aos recursos sociais.

2.4 Perfil qualitativo dos adolescentes atendidos no Centro Tamoios sob a ótica dos participantes das entrevistas

Frisamos a priori que os dados obtidos na pesquisa qualitativa só foram possíveis com a participação dos adolescentes. Os vínculos entre pesquisador e os adolescentes forma primordiais neste processo, possibilitando a coleta de dados de maneira tranquila e amistosa.

Cumpramos ressaltar que o referido subcapítulo realizou por meio dos dados produzidos pelas entrevistas de campo, realizadas durante esta pesquisa.

Cumpramos ressaltar que a delimitação do perfil qualitativo dos adolescentes internos no Centro Tamoios está fundamentada nas entrevistas em profundidade descritas na Introdução deste.

2.4.1 Relações Familiares

Com o intuito de conhecer a importância da família no contexto de vida dos adolescentes apresentamos a análise das entrevistas em relação aos aspectos familiares que são fundamentais para a proteção e prevenção em relação ao envolvimento no meio infracional. É importante conhecer os valores e sentimentos que a família agrega e que deve influenciar nas propostas de práticas pedagógicas. Como o trabalho com as famílias é realizado no Centro e como os adolescentes interpretam este trabalho?

Dos adolescentes ouvidos, a maioria descreveu bom relacionamento com a família e apenas dois pontuaram algum conflito, mas nada que comprometesse o relacionamento no grupo familiar. Dois terços dos 10 adolescentes que participaram da pesquisa disseram terem sido criados pela mãe com a participação da avó e que o genitor se fazia ausente.

Consideramos como apontam os autores Almeida (2007) e Dias (2009) que a concepção de família deve considerar suas diversidades e que estão relacionadas a maneira que vivem no contexto social, ou seja, as estratégias de sobrevivência e estilos de vida numa sociedade cada vez mais complexa e em constantes transformações societárias. Contudo, a família ainda representa uma base fundamental no cotidiano dos indivíduos e assume importância crucial em várias circunstâncias. Para os adolescentes entrevistados, a família é tida como o ponto de partida para a estruturação de suas vidas. Todos mencionam e consideram a família o espaço mais importante e desejam seu retorno, como na fala abaixo.

“Família pra mim é tudo né, sem ela a gente fica perdido né, é os pais da gente que no fundo está com a gente pra tudo, minha mãe nunca me abandonou na Fundação

Casa, a gente não vê a hora de voltar pra casa” (ADOLESCENTE PEDRO, 2019).

A importância da presença familiar é perceptível para o adolescente, principalmente no contexto de privação de liberdade e nesta situação é um fator preponderante para estabilidade emocional dos adolescentes que relatam inúmeros sentimentos negativos quando da ausência da sociabilidade familiar.

“Ah! Ficar sem visita é ruim demais, eu ficava boladão e preocupado com o que podia ter acontecido lá em casa” (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

“Quando minha mãe não ia me visitar eu ficava mau, triste e pensativo durante a semana toda, e no final da visita também e sentia já saudade quando ela ia embora”. (ADOLESCENTE BRUNO, 2019).

As falas acima revelam que a ausência das visitas da família é um motivo de tristeza e angústia. Angústia por não saber informação que explique a não visita e tristeza que surge obviamente pela solidão e saudade que os adolescentes experimentam numa instituição desprovida de relações que as que oferecem o amparo familiar. Na prática o que acontece é o descaso e o desdém aos sentimentos dos adolescentes.

Outro aspecto importante a considerar é sobre a figura mais importante neste contexto. Para nove dos adolescentes entrevistados a genitora é tido como a presença mais significativa e um aponta a avó que também é considerada como sua mãe. Este dado pode ser observado em diversas pesquisas sobre a medida de internação. Volpi (2001) e Yokomiso (2013) revelam a figura materna como referência para os adolescentes, principalmente na questão afetiva, sendo parte do discurso dos adolescentes um dos motivos para romperem com o ciclo infracional.

Por outro lado, temos que considerar o dado sobre a maior dificuldade e nível de estresse que as mães sofrem para garantir o provimento material do lar e para suprir as necessidades com o cuidado dos filhos. Oito dos adolescentes entrevistados não recebe nenhum tipo de ajuda do pai e relatam as dificuldades da mãe em garantir o sustento familiar, sendo um dos motivos verbalizado para o envolvimento no meio infracional. Nenhum deles esperam auxílio material da família para estruturação social.

“Minha mãe já faz muito por mim, coloca comida dentro de casa e cuida dos meus irmãos, sozinha, ela é batalhadora e não tem nenhum tipo de ajuda de meu pai e de ninguém, as vezes ela fica nervosa, mas eu entendo.” (ADOLESCENTE PEDRO, 2019).

O relato do adolescente em tela demonstra a realidade da maioria das famílias atendidas no Centro Tamoios e, a situação se agrava quando se verifica a ineficaz da rede de

apoio do Município, falta de recursos e serviços públicos adequados como creche, atendimento a drogadição, entre outros.

Este quadro também é apontado pelos profissionais entrevistados como um fator prejudicial no atendimento aos adolescentes. Dois dos profissionais pontuam que São José dos Campos avançou formalmente na política de atendimento aos adolescentes em conflito com a Lei, mas na prática a rede de atendimento ainda é muito falha. Citam que não há uma política para os egressos e por isso os adolescentes são punidos duas vezes. Uma com a medida de internação e a outra com a medida de Liberdade Assistida, pois nunca recebem a extinção da medida.

Em relação às famílias no Centro Tamoios, os profissionais reconhecem a importância da realização de um trabalho estruturado e pedagógico. Contudo, as condições e as decisões administrativas engessam o desenvolvimento de atividades com as famílias.

“Na minha opinião, deveria haver um trabalho consistente e regular com as famílias, um planejamento que colocasse a família como uma das prioridades no Plano Político Pedagógico do Centro”. (PROFISSIONAL ALINE, 2019).

“Eu acredito que a família exerce forte influência na vida do menino, que deveríamos trabalhar com grupos de família, dar mais atenção e conhecer profundamente as condições socioeconômicas das famílias”. (PROFISSIONAL AMANDA, 2019).

As colocações dos profissionais trazem para a reflexão diversas questões. Em nosso entendimento duas são primordiais: a primeira é que no contexto da socioeducação, a família deve ser considerada como prioridade e compreendida como um locus fundamental no processo emocional e de amadurecimento do adolescente; a segunda é justamente a ausência dessa preocupação e consequentemente o não trabalho com as famílias a não ser os procedimentos básicos já previsto no atendimento rotineiro do Centro, como o acompanhamento psicossocial, as visitas e nas audiências.

Portanto, compreendemos com esta pesquisa que no trabalho socioeducativo, especificamente em relação as propostas de práticas pedagógicas, as famílias devem ser inseridas, mas para tanto, é de extrema importância conhecer a dinâmica dessa família, as questões sociais que permeiam a vida cotidiana. O pesquisador Esmeraldo (2011), apresenta em seus estudos o processo histórico da instituição familiar, abordando as diversas implicações sociais, políticas, econômicas e psicológicas que vão determinando as relações familiares e como pudemos observar são essas relações um fator preponderante na vida diária do adolescente. Assim, cada família merece atenção especial, são parceiras fundamentais na

socioeducação. Makarenko (1976) descreve em poemas pedagógico o trabalho que tinha com as visitas que realizam as famílias, abordando carinhosamente com cada uma assuntos como a educação e formação de seus filhos.

2.4.2 Escola

A escolarização é uma categoria importante para o conhecimento do perfil do adolescente e se trata de uma prática pedagógica que antecede a medida de internação. Através da análise das entrevistas destacamos reflexões dos aspectos escolares que acabam desmotivando os estudos e que são repetidos no interior das unidades.

Apenas 04 dos adolescentes entrevistados relataram frequentar a escola antes da internação, mas todos estavam matriculados. Dos adolescentes entrevistados 07 já estavam no ensino médio. Chama atenção que 06 adolescentes apresentaram distorção de idade-série. Dentre as justificativas do abandono escolar que ocasiona a defasagem, 05 adolescentes pontuaram sentir-se desmotivado em relação aos estudos, 04 por envolvimento com delitos e 01 devido a mudanças de bairro pela família.

“A escola é boa, mas muitas coisas lá são chatas que não precisava, tem muita tarefa que não ajuda em nada, aí eu preferia ficar na rua e acabava fazendo corre”.
(ADOLESCENTE PEDRO, 2019).

“A escola do meu bairro era “zuada”, faltava luz na sala, e os alunos conversavam muito, a gente não conseguia compreender as explicações do professor”
(ADOLESCENTE DANILO, 2019).

Os adolescentes acima aduzem para reflexão duas situações que permeiam o ensino público, a primeira está relacionada a estrutura pedagógica que atinge diretamente a maneira que está posto a educação. A segunda em relação a precariedade em que muitas escolas se encontram que inviabiliza tentativas de ensino/aprendizagem. Ricardo Paes (2017), pontua sobre as causas da evasão escolar entre adolescentes de 15 a 17 anos no Brasil. O estudo concluiu que o fator mais preponderante é o desinteresse pela escola da falta de significado e de qualidade.

Nesta perspectiva não é de se estranhar as respostas dos adolescentes quando mencionam não acreditar na educação escolar como alternativa de vida. Oito adolescentes entrevistados verbalizaram que compreende a necessidade de estudar, mas não relacionam os estudos como o meio para a melhoria da qualidade de vida.

“Eu não espero nada não! Tá muito difícil né, mesmo com os estudos não tenho nenhuma esperança de conseguir um bom trabalho, imagina ‘nois’ que já tem passagem pela Fundação” (ADOLESCENTE BRUNO, 2019).

“Pra mim só se estudar muito, fazer bastante curso, mas onde ‘tá’ difícil de conseguir né, a gente quando sai da Fundação não tem muita perspectiva não” (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

Definitivamente, os estudos não apresentam a certeza de inserção econômica para os adolescentes, os mesmos reconhecem que só os estudos não é garantia de conseguir um trabalho e além disso o preconceito com os egressos da Fundação Casa dificulta ainda mais esta realidade. O interessante é que nenhum dos adolescentes relacionam os estudos com sua formação humana e o aprendizado de valores, a escola para eles é um lócus de preparação da força de trabalho quando consegue traduzir-se nisso.

Quando questionados sobre a importância da escola todos os adolescentes fazem menção à escola como preparação para o futuro, para obter um emprego de qualificação.

“A escola pra mim, é importante pra gente ter melhor chance de emprego né, minha mãe vive falando que sem estudos a gente não ser nem lixeiro, a escola ajuda a se preparar para o futuro né, mais “nois” que já foi do corre nem pela escola tá difícil” (ADOLESCENTE BRUNO, 2019).

“Sem estudo a gente não é nada não, não consegue arrumar emprego e, também, sem cursos as coisas fica complicado” (ADOLESCENTE PEDRO, 2019).

Como se observa a escola representa para os adolescentes um espaço do aprendizado técnico e de formação profissional. Nenhum adolescente enfatizou a escola como um momento de interação e aprendizado humano. Tal apreensão nos leva a refletir se não existe hoje um discurso tecnicista exacerbado proposto na educação oficial.

2.4.3 Trabalho

A empregabilidade no Brasil passa por diversas transformações, segundo Soares (2020) a precarização do trabalho e a flexibilização dos direitos trabalhistas, principalmente após aprovação das novas regras do Código de Leis Trabalhistas acarreta uma realidade de extrema vulnerabilidade a milhões de pessoas, mas mesmos com as reformas realizadas que tinha o discurso de geração de empregos o número de desempregados no Brasil chega hoje ao patamar de 14% da população economicamente ativa. Para o autor, este contexto faz parte da

reestruturação produtiva que atinge diretamente a força de trabalho. Este cenário é uma realidade que aflige os jovens e suas perspectivas de futuro em relação ao trabalho.

Dos dez adolescentes entrevistados, 08 relataram ter tido experiências laborais antes, sendo cinco como servente, dois como moto boy e um na entrega de panfleto. Nenhum deles com Carteira de Trabalho registrado. Das experiências mencionadas é interessante notar as observações dos adolescentes:

“O trabalho era pesado né, acorda cedo né, pega no pesado, faz massa, carrega bloco, no final do dia fica cansado, o dinheiro é suado, mas a gente dá valor” (ADOLESCENTE EMERSON, 2019).

“A gente se arrisca, ser parado pela polícia, eu já perdi uma moto, já caí e tomei uns arranhões, eu gosto desse trabalho, só que ganha pouco” (ADOLESCENTE BRUNO, 2019).

“O ruim era ficar na rua o dia inteiro, de baixo do sol e chuva, “nois” tem que andar muito e ganha pouco, mas não tinha outra coisa e eu ‘tava’ precisando de dinheiro, mas não quero mais não” (ADOLESCENTE RICARDO, 2019).

Em primeiro lugar os adolescentes relataram sobre às precariedades vivenciadas, dos riscos e das condições do trabalho informal. O autor Simões (2010) complementa a discussão sobre a precariedade das condições de trabalho dos jovens no País, pontuando que a maioria que trabalha na informalidade ganha menos que um salário-mínimo.

Contudo, ao contrário do preconceito social de que os adolescentes em conflito com a Lei não querem trabalhar e não valorizam o trabalho como meio de sustentabilidade, os adolescentes depositam no trabalho confiança de que um bom emprego pode mudar a vida substancialmente.

“O trabalho pra mim é tudo, a gente precisa trabalhar, se a gente tivesse oportunidades a maioria aqui não estaria no crime, mas a sociedade discrimina a gente fazer o que” (ADOLESCENTE RONALDO, 2019).

“A importância do trabalho pra mim é que a gente pode levar uma vida mais tranquila né, pode progredir na vida e ajudar em casa e dar orgulho para mãe” (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

“Além de garantir as coisas em casa, é o trabalho é que dá dignidade ao homem, sem trabalho a gente não faz nada, não sobrevive né, não tem dinheiro e isso é um pulinho pro crime né” (ADOLESCENTE BRUNO, 2019).

É interessante notar que o significado do trabalho para os adolescentes perpassa como meio de garantir a vida material, mas também adquire a importância valorativa e aparece como instrumento alternativo em detrimento ao meio infracional. Os adolescentes têm consciência de que a falta do trabalho coloca em risco a sobrevivência familiar e anula qualquer possibilidade de progresso. Portanto, a categoria trabalho evidencia a percepção de

uma dimensão primordial nas suas trajetórias de vida... que afirmam a intensão de se ter uma profissão e ser reconhecido por ela.

“Eu gostaria de ser empresário, montar meu próprio negócio, poder sustentar meu filho e minha companheira e pra isso tenho que trabalhar muito” (ADOLESCENTE RICARDO, 2019).

“Ah! Se eu pudesse eu queria ser Bombeiro, acho muito importante esta profissão, não sei se consigo, tem que estudar muito né, certamente minha mãe teria muito orgulho de mim” (ADOLESCENTE PEDRO, 2019).

Percebemos que os adolescentes expressam o desejo de inserção no mercado de trabalho, mas reconhecem a distância e dificuldades de consegui-lo. Os adolescentes entrevistados não sabem como conseguir um emprego e não tem perspectivas de trabalho, alguns mencionam que algum parente poderia ajudar, mas essa seria apenas uma possibilidade. A rede socioassistencial não garante a colocação no mercado de trabalho, bem como um curso profissionalizante reconhecido e com efetivas chances de emprego.

“Eu falei que queria fazer mecânica no Senai, mas não tinha essa opção, aí nem quis saber das outras opções” (ADOLESCENTE CARLOS, 2019).

“Falaram par mim lá na LA que eu ia fazer um bom curso, mas ofereceram de administração, eu precisava de algo mais certo, alguma coisa que me desse um trabalho de verdade” (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

Somada a descrença escolar, a questão da qualificação para o mercado de trabalho é concebida pelos adolescentes que participaram da pesquisa como instrumental importante nesse processo: contudo pontuam a dissonância entre desejado e aquilo que existe na realidade ou que lhes são oferecidos.

Portanto, este segmento da população não tem lugar em lugar nenhum, é na realidade um conjunto de seres indesejáveis e peso morto para o Estado capitalista. Fazem parte do processo de marginalização social apontado por Antunes (2009) como o responsável do aumento vertiginoso de uma população sobrando na nova ordem econômica mundial que uma vez inapto e excluídos do processo de produção recorrem a outras alternativas de sobrevivência como o mercado informal e até mesmo o envolvimento no meio delitivo.

3.4.4 Violência e as drogas

Certamente já ouvimos falar que as condições socioeconômicas não são desculpas para o envolvimento no crime. Para a crítica do senso comum amorfa e inconsistente sim! Contudo, o meio é um fator preponderante que interfere nas ações dos indivíduos e a

vulnerabilidade social é uma condição que assola a vida de milhares de famílias. Sendo este fator um contexto pontuado pelos adolescentes. Os relatos não se limitaram apenas às questões financeiras precárias vivenciadas pelas famílias, mas também abordam a precariedade de acesso aos serviços públicos e à falta de equipamentos de saúde e lazer.

“Um dia precisei de um atendimento médico pois quebrei pé, fiquei muito tempo esperando com dor e nem tirou RX tava quebrado e só colocaram uma tala no pé” (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

“tive dor de dente, no postinho não consegui vaga no dentista, daí meu tio pagou pra “mim” fazer tratamento” (ADOLESCENTE, CARLOS, 2019).

“no bairro onde moro não tem nada, só uma quadra de futebol, daí se a gente quiser algum lazer tem que vir pro shopping e lá a gente é barrado e discriminado pelo segurança, uma vez um disse pra nos voltar pro buraco onde saímos” (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

O acesso aos recursos sociais, sem dúvidas revelam a ineficácia das políticas públicas e que deixam sem assistência milhões de pessoas. Não o bastante, a exclusão social é algo gritante na vida dos adolescentes oriundos das periferias. A exclusão associa-se um processo de desvinculação social/espacial. (ASSIS; FEIJÓ, 2004)

As situações de exclusão ocorrem na própria comunidade. Oito dos adolescentes entrevistados relataram terem sido excluídos e discriminados. O adolescente Pedro verbalizou que ouviu de algumas pessoas “*que ele iria morrer cedo, não tinha futuro*”. Disse também que teve que afastar de amigos do bairro, pois seus pais não aceitavam que os mesmos convivessem com um adolescente em conflito com a Lei.

Os profissionais da Fundação Casa também relataram que os egressos encontram enorme dificuldades de inserir e permanecer na escola e no mercado de trabalho. Nas palavras do profissional João “*uma vez infrator ele tá marcado, se tem tatuagem é pior, aí que não consegue nada mesmo*”. Para o profissional não existe uma política de atendimento para o egresso.

A inexistência da política de atendimento ao egresso coloca em questão o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto, pois os profissionais apontam que todos os adolescentes liberados da internação são encaminhados para a Liberdade Assistida e nunca receberam a extinção do caso, bem como não recebem apoio necessário para o fortalecimento dos seus propósitos futuros. Isso assemelha ao sistema prisional quando o sentenciado recebe uma pena mais branda por merecimento. Contudo, para João “*essa situação se dá pela falta de assistência ao egresso e a L. A. acaba sendo uma muleta, mas sem recursos a própria medida acaba sendo ineficaz*”. Neste sentido, a medida de meio

aberto é utilizada pelo judiciário como alternativa na falta da política de atendimento ao egresso. De qualquer forma, os profissionais confirmaram que a vulnerabilidade socioeconômica e o não acesso a serviços públicos contribui como fatores para a prática infracional.

Outra questão que os tornam mais vulneráveis é o uso de drogas e o envolvimento com o tráfico. É importante destacar que este contexto tem ocorrido cada vez mais na tenra idade. Sete entre os adolescentes mencionaram ter iniciado o uso de drogas entre 10 e 12 anos, sendo um deles com 08 anos. Todavia, é interessante notar que os adolescentes apontam terem experimentados diversos tipos de drogas, mas que permaneceram apenas com o uso da “maconha” e que o queriam mesmo era o dinheiro que faziam com o tráfico. Todos mencionaram saber dos malefícios das drogas. Danilo relatou que:

“Eu usei vários tipos de drogas, só que logo parei, não queria virar nóia e ficar doente da cabeça, o mais importante era ter dinheiro pra gente curtir e ajudar em casa, eu trabalhava com horário certo, ajudava contabilizar o dinheiro, tirava cerca de R\$2.000,00 por semana”. (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

O tráfico é visto pelos adolescentes como um trabalho, tem sua própria organização e apresenta-se como uma fonte de renda incomparável com o trabalho lícito. Em contrapartida, os riscos também são muitos, inclusive a violência extrema, disputas pelo controle das vendas e assassinatos devido a rivalidade entre facções.

Neste cenário é que a violência toma proporções sem precedentes, ao contrário de muitas pesquisas que indicam as agressões doméstica como o primeiro contato com a violência, os adolescentes pontuaram que não presenciaram cenas de violência em casa e que somente foram conhecer essa realidade quando iniciaram no meio infracional, sendo que 06 deles mencionaram ter sofrido agressão física com intensidade ao serem abordados pela polícia.

“A primeira vez que fui abordado pela polícia já tomei um “tapão” na cara, não estava fazendo nada, apenas conversava com alguns amigos na rua de casa” (ADOLESCENTE CARLOS, 2019).

“Fui levado pela polícia numa quebrada lá eles me espancaram e queria que eu pegasse um revólver, eu não peguei, sabia que iriam me matar se eu segurasse aquela arma, eu já perdi um amigo assim” (ADOLESCENTE BRUNO, 2019).

“Eles queriam armas e dinheiro, como eu não tinha para dar falaram que iriam me forjar com drogas, daí eles falaram que iria me liberar, mas era para mim arrumar umas armas pra eles da próxima vez” (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

Os relatos acima trazem em seu bojo as formas de abordagem dos agentes que tem como papel a execução da política de segurança no Estado, contudo na prática utilizam a

brutalidade como metodologia de abordagem. Além disso, fica notadamente visível a necropolítica¹¹ em ação da polícia que no Brasil é um dos responsáveis pelo aumento das estatísticas de mortalidade de jovens. Segundo dados... somado a esta situação, parte dos polícias alimentam a corrupção e generaliza o sentimento que todos do sistema de segurança agem assim. Para os adolescentes toda polícia é corrupta e aquele que não é se torna, o adolescente Pedro relata *“Eu tinha um conhecido que era gente fina, bastou entrar na polícia ele mudou, ficou maior ruim e agressivo”*. Dessa forma, o trabalho pedagógico com os adolescentes vai se complexificando à medida que a confiança nos profissionais de segurança é comprometida neste sistema onde a violência é utilizada para controle e eliminação de vidas.

Para além da violência, uma situação trazida pelos adolescentes é de extrema preocupação, se trata da “tortura”. Quatro, dos dez adolescentes entrevistados relataram ter sofrido tortura e oito deles terem vivenciado cenas de torturas. Dos que sofreram torturas, três mencionaram como agressores a polícia e um de seus próprios pares.

Das agressões sofridas, é chocante os relatos de socos na cabeça, queimadura com cigarro, introdução de agulha debaixo da unha, entre outros. O adolescente Bruno relatou sobre a cena que vivenciou com os policiais que estupraram a namorada de um amigo e introduziram um cabo de vassoura no ânus dele. Que os mesmos segundo o adolescente verbalizavam *“Então vocês gostam de prazer nas drogas, toma então prazer seus putos”*.

Por outro lado, a violência também é prática no meio infracional, onde os métodos são tão cruéis quanto os utilizados pela polícia.

“Eu estava numa fita numa quebrada longe de tudo onde um adolescente foi torturado e morto, eu não tive coragem de fazer nada, mas eu vi ele sendo torturado com água fervendo, com pauladas e depois mataram ele com uma chave de fenda bem no olho dele e depois atiraram fogo nele” (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

Observamos que os atos de suplícios ocorrem distante dos olhos da população e quando realizados contra aqueles estigmatizados como parte do meio infracional não causa nenhuma comoção, que a dor e degeneração dos corpos não tem a menor importância neste contexto. A este respeito o adolescente Bruno mencionou que:

¹¹ “Achille Mbembe (2018), defende a ideia de um acoplamento entre os diagramas de poder – soberania-disciplina-biopoder-biopólitica--necropolítica – se configurando numa bio-necropolítica que nos coloca frente aos desafios atuais para pensar a emergência e pulverização microcapilares das relações e mecanismos de poder, principalmente em contextos sociais advindos dos processos de colonização e onde os elementos de colonialidade ainda são fortes (LIMA, 2018, p. 22). Acesso em 03 dez. 2021.

“Ninguém liga pra gente, se apanhar ou morrer tanto faz, “nois” sofre a violência e muito menor se revolta e vai fazer pior depois, foi isso que ele aprendeu na vida, com a polícia e na Fundação Casa e ai assim que vai ser” (ADOLESCENTE PEDRO, 2019).

Com o relato do adolescente acima, podemos concluir que a vulnerabilidade social perpassa a questão econômica, do acesso as políticas sociais, muito embora seja esse um fator fundamental no enfrentamento a marginalização do adolescente em conflito com a Lei. Contudo, a invisibilidade, a insensibilidade e a propagação da cultura do ódio tem sido o principal fator que abrange a educação desses adolescentes e compromete as perspectivas de futuro e a formação humana pautada nos valores como honra, dignidade e honestidade.

2.4.5 Perspectivas de Futuro

Nesta parte, o ponto de partida foi verificar com os adolescentes os projetos para sua vida. Dos dez adolescentes entrevistados apenas dois relataram a perspectiva de ingressar numa universidade, três de conseguirem um trabalho e constituírem uma família, os outros pontuaram que não tinham futuro, que uma vez no “corre” as chances de ocupação profissional quase não existem.

No entanto, para os adolescentes que não visualizam uma perspectiva futura dentro da ordem social, mencionam estar cientes dos riscos, mas não veem outra perspectiva. Esta questão faz parte da ilusão que o crime pode proporcionar e o sentimento de auto pertencimento no meio infracional. (YOKOMISO, 2013)

A ausência de perspectiva além do meio infracional, está relacionada a alguns fatores que devem ser analisados. Todos os adolescentes pontuaram o desejo de iniciarem em algum trabalho assim que fossem liberados da internação, contudo no momento das entrevistas apenas dois deles estavam trabalhando, sendo um com o pai e o outro com o tio, ambos como servente. Em relação a escola, quatro dos adolescentes não haviam ainda reiniciados seus estudos e os que estavam estudando somente um deles se sentia motivado, os outros relataram dificuldades de adaptação e sentiam discriminados no ambiente escolar.

Zanella (2015) aponta que os adolescentes egressos do sistema de privação de liberdade encontram enormes dificuldades de permanência na escola. Assim entendemos que o fracasso e evasão escolar é discutido sobre a perspectiva do indivíduo, havendo a

necessidade de avaliarmos as políticas públicas, especificamente a ausência delas no atendimento as demandas dos adolescentes em conflito com a Lei e isso fica evidente em vários aspectos sociais.

Questionados sobre o apoio que receberam pós desinternação, os adolescentes verbalizaram que auxílio mesmo somente de seus pais e de alguns familiares. Nenhum adolescente citou ter sido inserido em algum programa social, na Liberdade Assistida por exemplo, o adolescente Pedro relatou *“lá só conversam com a gente, eu queria fazer Senai, mas falam que não tem jeito”*. Dessa forma, dos adolescentes que não estavam trabalhando todos disseram que passavam a maior parte do dia na rua na companhia de amigos.

É interessante notar que os adolescentes não relataram a perspectiva de receberem auxílio financeiro, entretanto todos alegam a inserção no mercado de trabalho como meta principal e se possível a realização de cursos profissionalizante que correspondam as suas perspectivas.

Em resumo, quando questionados sobre suas perspectivas de vida e felicidade, todos foram unânimes em mencionar o desejo de ter uma boa vida, sem dificuldades e sofrimentos. Alegaram que estar com sua família e seguir em liberdade são os maiores objetivos.

Entretanto, a possibilidade de uma vida pautada nas regras ditadas pelo Estado Democrático de Direitos e de uma cidadania formal estão distantes da realidade desses adolescentes. Os adolescentes disseram não acreditarem nos órgãos públicos e nos seus direitos. Seis dos adolescentes entrevistados apresentam como perspectiva o retorno ao meio infracional e a incerteza predomina para todos eles quando se fala em futuro.

3 O TRABALHO PEDAGÓGICO NO CENTRO TAMOIOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PRODUZIDAS NAS BRECHAS POR EDUCADORES E EDUCADORAS

No intuito de compreender as práticas pedagógicas no interior da Fundação Casa que apresenta no discurso através dos documentos oficiais uma tendência a colocar em prática os preceitos da Lei com o teor educativo, é fundamental a compreensão das concepções da realidade das práticas pedagógicas vivenciada pelos adolescentes e profissionais. Neste aspecto, os próximos itens confirmam qualitativamente os avanços, retrocessos e desafios para uma prática humanizadora. Assim, pontuamos algumas das práticas pedagógicas que ocorreram no ano de 2019 no Centro Tamoios. Antes tecemos algumas considerações das referências sobre práticas pedagógicas.

3.1 Referências para uma pedagogia humanizada

Como já citado no início deste trabalho a prática pedagógica do qual faz parte o trabalho com adolescentes no contexto de privação de liberdade, consiste na prática social e tem o cunho de uma pedagogia humanizadora. Portanto, faz mister o esclarecimento nos programas de socioeducação qual concepção pedagógica dirige os trabalhos socioeducativos e consequentemente de maneira consciente orientar as práticas pedagógicas numa perspectiva humanizadora. Trata-se, portanto, de uma escolha por uma prática transformadora, capaz de viabilizar circunstâncias que promovam reflexões e a intervenção no cotidiano vivido dos adolescentes e famílias, a partir de processos participativos e crítico e com perspectiva de autogestão.

A premissa acima, tem consonância com o pensamento de Tolstoi (1937) e Makarenko (1986) e tem seu valor máximo na liberdade. Mas essa crença irrestrita na liberdade, baseia-se numa fé intrínseca na capacidade de autogoverno do ser humano. Ambos apostaram na autogestão dos educandos. Fernando Delinny em seu livro “Os Vagabundos Eficazes” (2018) retomando a noção de circunstância de Henri Walllon questiona as condições necessárias para a tomada de iniciativa dos “moleques”. Para tanto não seria os diplomados carregados de um saber enrijecido chamados para este trabalho e sim os oriundos dos meios populares, que formularia a pedagogia da revolta “de ensiná-los a sobreviverem num mundo hostil, em primeiro lugar e desde já, por conta de sua origem social.” (DELINNY, 2018, p. 11)

Dada importância de se criar circunstâncias para o desenvolvimento dos educandos Marpeau (2013) descreve que a prática pedagógica é como um processo de autorização para que a pessoa possa se situar como autora na origem de seus atos, portanto, é mais do que ensinar, é promover situações que possibilitem o desenvolvimento das capacidades estruturais necessárias, tanto para sua existência atual como para aquelas que serão indispensáveis para sua vida futura. (MARPEAU, 2013, p.12)

Neste cenário onde a educação é prática social, a prática pedagógica exercida no contexto das medidas socioeducativas deve ter como alicerce a concepção da educação como práxis transformadora. Nessa ótica, a prática pedagógica é acima de tudo uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos (VEIGA,1992)

Dessa forma, compreendemos que as práticas pedagógicas se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais. Portanto, para uma prática pedagógica três questões são fundamentais neste processo. A primeira está relacionada com a intencionalidade, ou seja, para que fazer? Para Paulo Sérgio Negri (2010) a intencionalidade pedagógica está relacionada com a estratégia de ensino. Isso por vez concerne aos objetivos da educação, aonde se quer chegar com toda metodologia de ensino e aprendizado e os fins que se quer alcançar, nisso está embutido o viés político e ideológico da educação e através de uma determinada pedagogia busca-se transmitir e/ou incutir nas pessoas determinados modo de pensar e agir de acordo com o regime social proposto.

A segunda questão, perpassa pelo que fazer? Refere-se aos conteúdos que serão administrados. Desse conteúdo, espera-se o desenvolvimento de certas habilidades. Na perspectiva crítica os conteúdos administrados devem corresponder a realidade dos educandos. Paulo Freire (1996) faz crítica a educação bancária como forma depositária do conhecimento, para o autor o importante é desenvolvimento das habilidades de crítica e reflexão, principalmente o que constitui o mundo em que vive, buscando sempre ações conscientes e transformadoras.

Na terceira questão temos o momento da prática, o como fazer? Parte daí as estratégias que serão utilizadas durante o trabalho pedagógico, os meios e formas de conseguir transmitir aquilo que se busca ensinar. Para tanto, os recursos subjetivos do educador e sua competência é importante neste momento, bem como, dos recursos externos que ele tem para desenvolver seu trabalho.

Os enunciados acima nos trazem a preocupação de estabelecer o compromisso com a socioeducação e com o adolescente. No sentido mais amplo como afirma Paulo Freire, no processo educacional deve-se ter compromisso com o homem concreto, compromisso com o ser mais deste homem. (FREIRE, 2000)

Diante do fato de que a atividade crítica e criativa do educando é fundamental para um processo de aprendizagem significativa, a prática pedagógica tem que incluir a atividade deste agente, caso contrário não poderá ser entendido como prática pedagógica. A atividade que exclui a participação ativa do educando é uma atividade sem sentido para eles. Portanto essas atividades poderíamos classificar como um “equívoco pedagógico”.

Isso faz toda diferença no trabalho socioeducativo com os adolescentes privados de liberdade, pois isso vai orientar a práxis pedagógica como instrumento de emancipação. A práxis como forma de ação reflexiva que pode transformar a teoria que a determina, bem como transformar a prática que a concretiza (GADOTTI, 2003)

Nesta perspectiva, tudo exige do educador reflexão e ação, tudo exige um comportamento comprometido e atuante, as práticas pedagógicas impõem posicionamento, atitude, força e decisão. Definitivamente exige que o educador trabalhe com as contradições. A ausência da reflexão, o tecnicismo exagerado e as desconsiderações em relação as contradições e do diálogo pode significar a ausência do espaço pedagógico que só ocorre na práxis a qual requer e tem em seu cerne o movimento que pode levar a superação da consciência ingênua para consciência crítica.

Com o pressuposto de que é necessário preparar as circunstâncias para uma prática efetivamente pedagógica, especificamente no contexto da medida socioeducativa de internação, o que caracteriza uma prática de cunho humanista que privilegie o método dialógico como meio de promover as potencialidades dos adolescentes? Aquilo que Makarenko (1986) descreveu como fundamental para a educação, que todos os detalhes sejam planejados que nada pode passar despercebido. Por isso, na execução do trabalho educativo realizado com os adolescentes as práticas pedagógicas devem ser pensadas a partir dos sujeitos participantes e para isso é fundamental o conhecimento de suas realidades.

Partindo do que se conhece a respeito das condições sociais e das demandas dos adolescentes em conflito com a Lei é que se busca estruturar todo processo educativo das medidas socioeducativas e, isso implica diretamente no cotidiano dos adolescentes em privação de liberdade. Assim, o atendimento aos adolescentes não pode ser

descontextualizado de sua realidade, as atividades não podem conter o caráter de transmissão de conteúdo ou puramente a disciplina de ajustamento as regras institucionais, mas sim envolver os adolescentes em todo processo do cumprimento da medida com o desafio de viabilizar atividades e estratégias para sua participação concreta como agenciador, responsável por si e também pelo coletivo

As práticas pedagógicas neste contexto pressupõem a escolha de uma metodologia de trabalho. Isso requer: conteúdos pertinentes a realidade dos adolescentes, didática que se aproxime dos perfis dos sujeitos, ou seja, as formas que serão abordados os assuntos, os recursos utilizados, etc. É necessário criar estratégias na ótica do oprimido e isso supõem uma ação coletiva, dialógica e emancipatória entre educador e educandos. Neste sentido, a metodologia a ser utilizada se refere a perspectiva crítica dialética como pontuada por Saviani (1991).

Neste processo, estará presente a comunicação como meio de transmissão, interação e socialização. Portanto, não é apenas o que se diz, mas como se diz, a tonalidade da voz, a expressão do olhar e a postura corporal interfere diretamente no processo de compreensão do que se está falando e o entendimento daquilo que se quer transmitir.

A comunicação não garante a compreensão. A compreensão humana vai além da explicação. É o bastante para a compreensão intelectual e objetivos das coisas. É insuficiente para compreensão humana. Compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e projeção sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade (MORIN, 2001, p. 94).

A observação citada acima é sem dúvida uma das mais importantes quando se realiza uma prática pedagógica com os adolescentes, é neste momento que se pode conseguir aquilo que Makarenko (1986) classificou como “igualdade humana”, pois uma postura formal, arrogante e distante da realidade dos adolescentes elimina qualquer possibilidade de um vínculo. No lugar da aproximação e respeito, o medo e a indiferença constituem uma possibilidade que sucumbe qualquer tentativa de prática pedagógica emancipatória e sobressaem as práticas da opressão e alienação que também entendemos como um equívoco pedagógico.

As considerações pontuadas sobre as práticas pedagógicas nos permitem definir que na sua essência se trata de uma prática social e com a perspectiva progressista está direcionada para transformação social, da superação das contradições que oprimem o ser humano. Portanto, em sua existência, uma prática pedagógica com os adolescentes privados de

liberdade deve proporcionar no mínimo alguns aspectos a seguir: Camaradagem, alegria, orgulho, criatividade, senso crítico, diálogo, interação, emoção, empolgação e perspectivas.

Especificamente as perspectivas movimenta uma comunidade educativa. Nos Poemas Pedagógicos, Makarenko (1986) revela a necessidade de se criar perspectivas a curto, médio e longo prazo e isso tem fortes impactos para os educandos. A perspectiva é um fator que estabelece um estado que empolga e movimenta o aprendizado.

Somente uma prática pedagógica instigante pode proporcionar os aspectos citados acima, a reflexão crítica sobre a realidade, permitindo o compromisso e a inserção de todos. Uma prática pedagógica em que os adolescentes vão se superando durante o cumprimento da medida e em continuidade ao longo da vida, imbricado a educação social capaz de ouvir as pessoas, participantes dessa realidade e como em Paulo Freire (1967) discutindo a realidade empírica e colocando-a como perspectiva a possibilidade de mudar essa realidade.

Refletindo sobre as considerações de Paulo Freire não podemos eximir de considerar que as instituições capitalistas estão postas para a manutenção das estruturas sociais e económicas dominantes, que impedem a própria transformação. Contudo, o autor inspira-se na educação social e afirma que “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação” (FREIRE, 1991, p. 84).

Para tanto, a reflexão elaborada por Paulo Freire vislumbra uma prática pedagógica que corresponda à necessidade de libertação do homem oprimido. Empenha-se na elaboração de um método onde a ação conscientizadora ocupa uma posição central. Dessa forma, a ação conscientizadora na sua obra educativa impõe uma reflexão sobre a natureza da consciência e da conscientização como processo.

Tal premissa nos leva a realização de uma prática pedagógica com a valorização da experiência cotidiana do sujeito como forma de transformação na medida em que se torna capaz de responder às necessidades. Por isso a prática pedagógica também como uma estratégia de sobrevivência e resistência em contraponto a resiliência proposta institucionalmente para conformação e adaptação ao sistema. E esta resiliência pode ser um mecanismo utilizado no trabalho com adolescentes em privação de liberdade.

3.2 Relatos do universo de pesquisa observável

Os relatos aqui pontuados derivam da observação participante voltada à rotina diária dos adolescentes do Centro Tamoios no ano de 2019 e meados de 2020. Situações como o despertar, o café, a entrada em sala de aula, o almoço, o jantar, alguns atendimentos e procedimentos pedagógicos.

No despertar tivemos condições de estar presente poucas vezes, visto que o horário normal ocorre por volta das 6:00 da manhã, sendo uma hora para tomar café e para higienização a fim de iniciar a escola as 7:00.

Não tivemos acesso a parte do interior que dá acesso aos dormitórios, mas nossa localização permitia escutar a maneira como os adolescentes eram despertados. Batiam-se nas portas de ferro com o cadeado fazendo um barulho alto e os funcionários pediam pressa, alguns verbalizando que eles não estavam na casa deles e que se não apressar fica sem café.

No café, os adolescentes eram liberados aos poucos conforme os dormitórios. Primeiro formavam fila no pátio, recebiam ordem de comando militar de “firme” e “cobrir”. Neste dia estava frio e percebemos alguns adolescentes apenas com uma blusa fina e de shorts. No refeitório, os funcionários pediam pressa e silêncio. Um adolescente fez uma brincadeira com o outro e logo tomou uma bronca, sendo responsabilizado caso os funcionários quisessem arrastar todo mundo ali. O diálogo naquele dia estava estremecido e o ambiente ríspido permeava o tempo todo.

Após o café os adolescentes eram recolhidos para higienização. Cabe ressaltar, que o controle do tempo é algo prioritário neste contexto e em todo o processo do despertar até a entrada em sala de aula os adolescentes não podem titubear em suas ações. Os rostos e olhares revelavam um ambiente pesado, sério e de poucas conversas.

Seguindo a rotina normal, os adolescentes eram divididos em turma, sendo os que estudavam de manhã eram encaminhados para as salas de aula e os outros para as atividades de curso e oficina. Havia também vários adolescentes que ficavam com hora vaga e para esses restavam: assistir um filme ou os jogos de dominó e dama. É interessante notar que na sala de vídeo os adolescentes ficavam deitados e sentados no chão. Alguns reclamavam que estavam cansados de assistir dvd de filmes e ainda repetidos.

Soubemos através de um adolescente que os filmes eram trazidos por funcionários, pois senão nem isso teriam. O fato é que permanecia um sentimento do descaso que incomodava os adolescentes e alguns funcionários, criava-se um ambiente tenso e propício as discussões entre os adolescentes e funcionários.

O almoço que ocorre por volta das 12:00 era um momento esperado pelos adolescentes, principalmente por aqueles que não tinham uma alimentação adequada. Na escuta de algumas falas, pudemos notar que na rua alguns adolescentes não tinham uma alimentação sistemática e com os padrões “normais” de nossa sociedade. No refeitório, os adolescentes comiam a marmitex servida, chamou-nos atenção que embora consciente do tempo e a pressão para que a refeição terminasse logo, alguns adolescentes orientavam outros para que comessem devagar para a comida não fazer mal. O aprendizado aqui vinha dos próprios adolescentes que se preocupavam com seus pares.

No período da tarde, a rotina de aula e de cursos seguiam as regras semelhante o período da manhã. A diferença mesmo estava no fator clima, pois na maioria das vezes fazia calor e, as salas de aula não possuíam ventiladores, já na sala de vídeo ficava muito difícil assistir filmes, observamos que a maioria dormia no chão e os que não conseguiam dormir pediam a todo o momento para beberem água e isso irritava o funcionário que ficava na porta controlando a saída da sala. Não havia nada de didático nessa sala, apenas o tempo que se devia cumprir para passar o período da tarde.

Para os adolescentes que permaneciam no pátio havia algo interessante e provocador. O Centro, construído as margens da Rodovia Tamoios é cercado por montanhas e matagal e isso atraem alguns animais, como exemplo passarinhos que por vezes fazia ninhos junto ao alambrado que circundam o Centro. Também havia muitos tipos de insetos voadores e aranhas que teciam suas teias nas paredes e tetos. E este cenário observável se tornou então neste dia que realizamos nossa pesquisa um universo pedagógico ao ar livre conduzido por alguns educadores.

Os educadores percebendo que os adolescentes formaram uma roda e estavam eufóricos se aproximaram e logo constataram que havia alguns insetos capturados pelos adolescentes que ao mesmo tempo curiosos também buscavam protegerem os insetos para não serem pisados. O ordinário foi se tornando extraordinário à medida que educadores e educando foram se interagindo entre eles e com o meio. O resultado promoveu reflexões sobre a biologia, a ecologia e filosofia quando os adolescentes indagaram acerca da liberdade

que os insetos e passarinhos possuem e que só perdem quando capturados, assim aconteciam com eles adolescentes. Contudo, um adolescente foi muito incisivo quando mencionou que havia uma diferença, pois, os humanos têm consciência de que podem perder a liberdade. Isso tudo nos chama a atenção para um componente da ação socioeducativa que entendemos como a oportunidade pedagógica.

O cenário descrito acima, teve profundas alterações em março de 2020 quando a Fundação Casa tomou uma série de medidas em relação a pandemia do Covid-19.

Dessa forma, além da diminuição do número de adolescentes internados, houve mudanças no cotidiano e em específico quanto as práticas pedagógicas.

3.2.1 Oficinas realizadas

No item anterior percebemos uma rotina diária pautada nas normas do regimento disciplinar do Centro Tamoios, mas que em diversas situações podem ocorrer fatos significativos onde a presença da pedagogia é marcante, são momentos e circunstâncias que promovem o extraordinário e relações humanizadas entre adolescentes e educadores, fatos esses como o citado acima que surgiram espontaneamente. Contudo, as práticas pedagógicas também têm o caráter de promover relações humanas e tende a viabilizar a transmissão de valores. Porém, essas são circunstâncias pensadas, elaboradas e organizadas.

No Centro Tamoios, especificamente no ano de 2019, a maioria das atividades ocorridas com os adolescentes foram oriundas das discussões ocorridas no NEAT (Núcleo de Estudos dos Adolescentes da Tamoios). Sobre o NEAT veremos suas especificidades mais adiante, todavia é importante destacar que várias atividades e oficinas partiram das reflexões desse grupo, como: a organização das atividades de férias, a oficina de violão, o jornal Le Casa Tamoios e as Oficinas Temáticas.

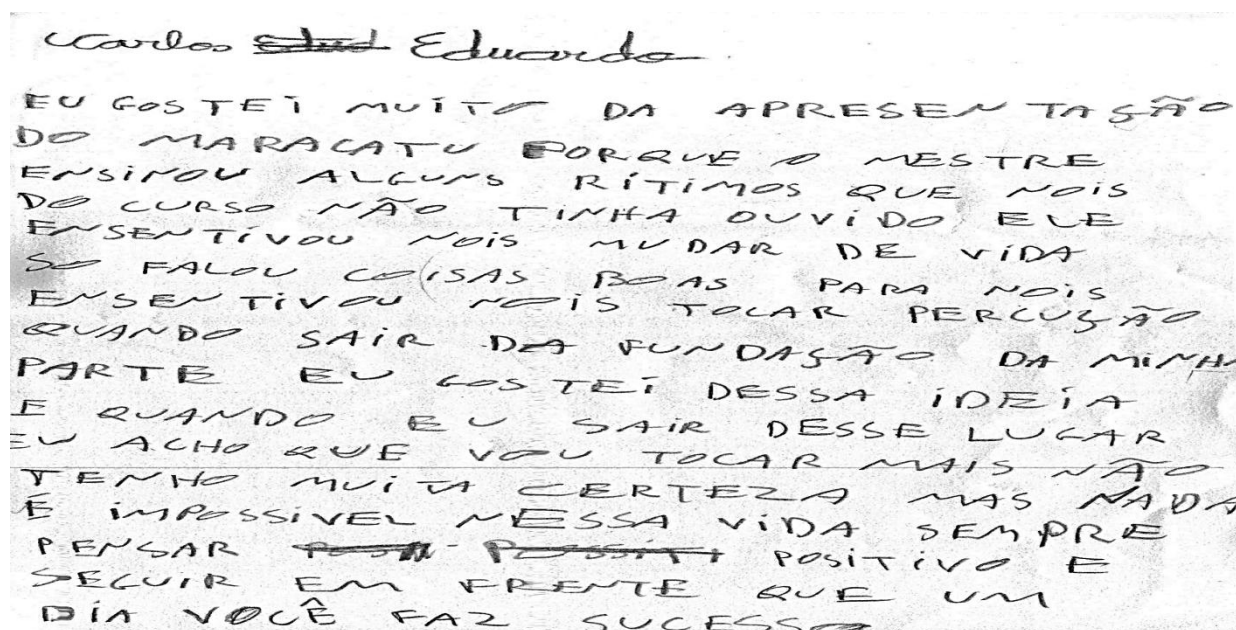
Desde já é fundamental salientar que o NEAT era formado pelos adolescentes e profissionais da área do psicossocial e da pedagogia. Ressaltamos que a maioria dos participantes fizeram parte das entrevistas realizadas neste trabalho.

Com relação as oficinas, é interessante pontuar que o modo de conduzir as discussões fazia a diferença. O método dialogal dos educadores trazia em si posturas críticas que permitiam aos adolescentes questionarem os assuntos discutidos, o jeito de falar, os gestos e

olhares estabeleciam aquilo que Makarenko definia como igualdade humana, distante de posturas artificiais e arrogantes. Das oficinas realizadas destacamos: maracatu (abril de 2019), sobre emprego (maio de 2019), desigualdade social (junho de 2019) e de violão que ocorreu durante o ano de 2019.

Nas redações abaixo, conseguimos verificar as pontuações que os adolescentes realizaram durante as oficinas.

IMAGEM 3 - Redação de Avaliação da Atividade oficina de Maracatu.



Carlos ~~de~~ Eduardo

EU GOSTEI MUITO DA APRESENTAÇÃO DO MARACATU PORQUE O MESTRE ENSINOU ALGUNS RÍTIMOS QUE NOIS DO CURSO NÃO TINHA OUVIDO ELE ENSENTIVOU NOIS MUDAR DE VIDA SE FALOU COISAS BOAS PARA NOIS ENSENTIVOU NOIS TOLAR PERCUSSÃO QUANDO SAIR DA FUNDAÇÃO DA MINHA PARTE EU GOSTEI DESSA IDEIA E QUANDO EU SAIR DESSE LUGAR EU ACHO QUE VOU TOCAR MAIS NÃO TENHO MUITA CERTEZA MAS NADA É IMPOSSIVEL NNESSA VIDA SEMPRE PENSAR ~~POSITIVO~~ POSITIVO E SEGUIR EM FRENTE QUE UM DIA VOCÊ FAZ SUCESSO...

Fonte: Adolescente Carlos, Centro Tamoios (2019).

IMAGEM 4 - Redação de Avaliação da Atividade oficina de emprego.

Henrique Brun

Bom tarde, gostaria de falar de algumas das oficinas que eu mais gostei foi a que falamos sobre empregos por que pra mim foi um aprendizado para quando eu sair de liberdade eu conseguir ter a capacidade de ter a resposta na ponta da língua e como a senhora Daniela falou para nós adquirirmos um conhecimento também, gostei também do filme que foi passado que fala de um homem jovem que mora em um castelo e fazia de tudo em sua vida e tinha uma mulher, e logo após um acidente ele perde os movimentos do corpo para baixo e etc... esse filme abriu a minha mente porque dinheiro não traz felicidade e nem a mulher amada que ele tanto gostava que lhe abandonou após o acidente que lhe fez tetraplegia resumindo esse filme é muito bom para saber que o dinheiro não é tudo... Gostei também de um vídeo que a senhora Daniela passou a nós em que as pessoas lavam um pé das outras sendo um corintiano lavando um pé de um Palmeirense

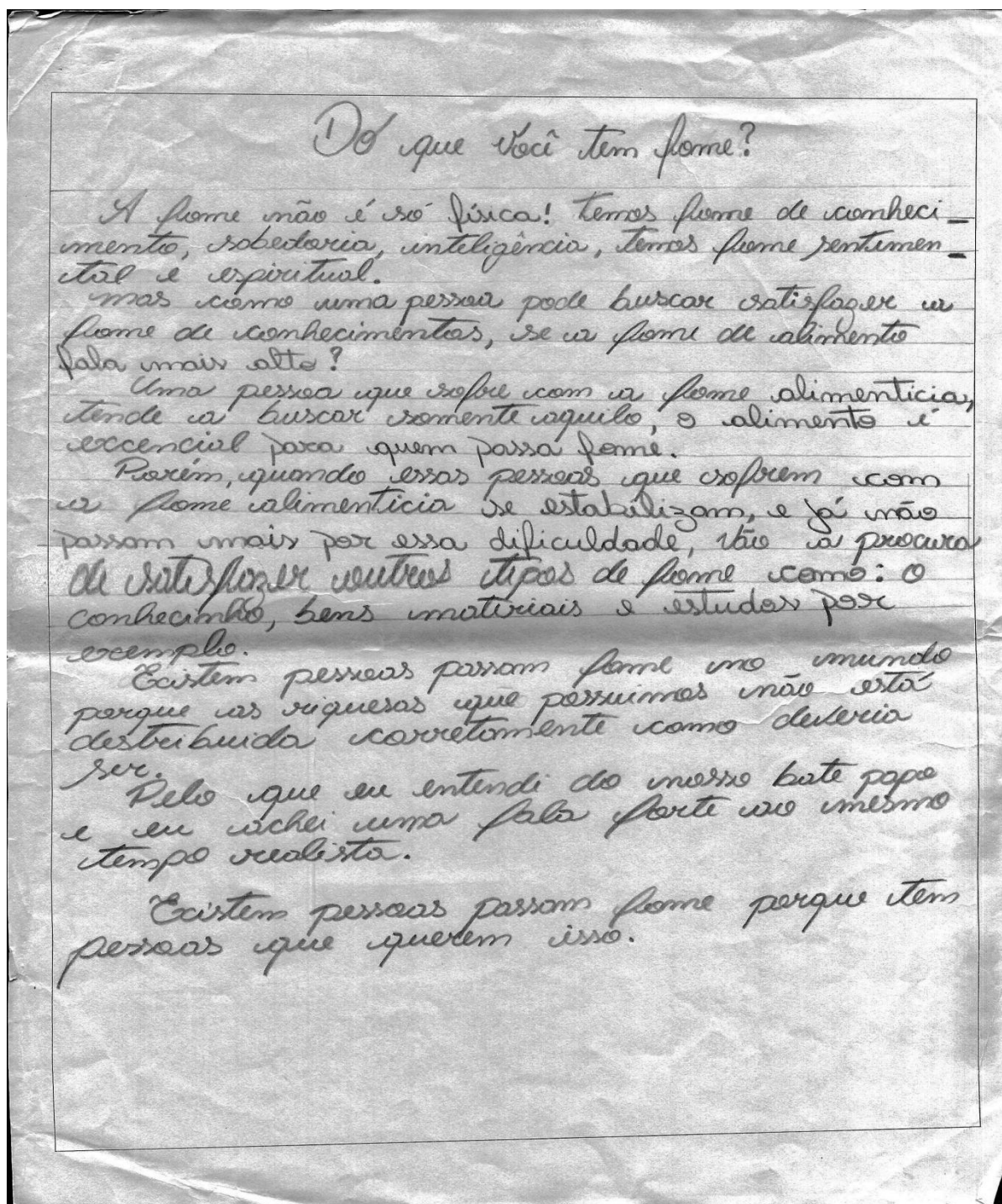
Fonte: Adolescente Bruno, Centro Tamoios (2019).

A primeira oficina refere-se ao maracatu que traz em seu bojo as referências de um ritmo e dança proveniente do Estado de Pernambuco. Através da música e da circunstância promovida o adolescente revelou uma sensibilidade com aquilo que o educador falou durante a oficina.

Na segunda oficina, o adolescente mencionou reflexões pertinentes não só a questão do emprego, mas trouxe pensamentos referente as relações humanas, da importância de valorizar a vida e que vai além do dinheiro. Neste sentido, a oficina contribuiu para fortalecer outros valores humanos e sobre o conceito de felicidade.

Já a terceira oficina sobre a desigualdade social, os adolescentes revelaram as seguintes reflexões.

IMAGEM 5 - Redação de Avaliação da Atividade oficina desigualdade social



Fonte: Adolescente Danilo, Centro Tamoios (2019).

O adolescente retrata com clareza e consistência seus pensamentos a respeito do vídeo e da discussão realizada sobre a desigualdade social, expressando seu potencial na linguagem escrita e nas colocações críticas elaboradas. Podemos pontuar que a atividade estimulou o adolescente a uma interpretação crítica sobre a realidade social.

Percebemos que as redações foram bem elaboradas e contém reflexões significativas sobre a temática em pauta. A oficina sobre a desigualdade social foi um momento de interação intensa entre os adolescentes e com os educadores, onde os participantes pontuaram através do diálogo dentro de um contexto conhecido por todos.

Para os profissionais entrevistados e envolvidos nas oficinas, as atividades pedagógicas desenvolvidas no centro de internação consistem em propiciar aos educandos momentos que elevem a reflexão no seu papel na vida em sociedade, no qual o cerne do processo é se perceber, “EU”, autor de sua história. Na perspectiva intrarelacional e interrelacional em diversos contextos são a definição do “EU”.

As oficinas como prática pedagógica humanizada possibilita a interação entre educadores e educandos, contribui para viabilizar os preceitos da lei quando se preconiza o direito ao desenvolvimento integral dos adolescentes que perpassa pelo exercício da participação protagonista de toda atividade socioeducativa. Assim, afirma Costa (1999) ao considerar que os adolescentes devem ser ativos e não passivos no processo socioeducativo. A oficina de violão demonstrou esta faceta para o profissional citado abaixo.

Construir com as adolescentes atividades que possibilitaram a reflexão e a construção de olhares críticos é de extrema importância em minha trajetória na Fundação Casa, a primeira atividade em que percebi de fato os adolescente deliberando e exercendo a faculdade de escolha foi durante as aulas de violão que construí junto a eles, os adolescentes participavam da escolha das músicas e se aprestavam comigo em alguns eventos que ocorriam dentro da Fundação Casa, diversos garotos participaram das oficinas de violão, os dois que mais me chamaram a atenção pela dedicação e ótimo desempenho foram Luis Felipe e Kaique Farah, esse último adolescente nunca havia pegado um violão antes e durante as oficinas aprendeu diversas músicas e realizou comigo várias apresentações na dentro do centro tamoios. O êxito dessa oficina só foi possível pelo fato dos adolescentes construírem comigo um momento onde eles se percebiam alguém de fundamental importância nessa atividade, era notório a felicidade do adolescente ao aprender uma nota musical ou conseguir tocar uma música inteira durante uma apresentação com dezenas de pessoas assistindo. (PROFISSIONAL, PEDRO, 2019)

As propostas estão em consonância com a missão institucional da Fundação CASA: promover ações que levem a reflexão ao educando em seu convívio social como protagonista de sua história.

3.2.2 O Jornal Le Casa Tamoios

O jornal Le Casa Tamoios foi atividade iniciada com os adolescentes no ano de 2019. Uma prática pedagógica de iniciativa dos educadores do setor da pedagogia. A ideia do jornal surgiu com a discussão realizada com os adolescentes sobre a necessidade de relatar e registrar os acontecimentos importantes do Centro Tamoios, bem como, de temas que os adolescentes achavam significativos para o jornal. Os conteúdos e as matérias do jornal foram elaborados pelos adolescentes em conjunto com os educadores.

No ano de 2019 foram realizadas duas edições. A primeira ocorreu no dia um de fevereiro de 2019, contendo as seguintes matérias: Brumadinho e as vidas embaixo da lama; Muro de Trump, Desigualdade social, Sistema socioeducativo. Todos os temas trazem as reflexões dos adolescentes como exemplo a matéria sobre o Sistema socioeducativo.

“Há vários anos atrás foi construída a FEBEM- Fundação Estadual do Bem-estar do Menor, hoje em dia é chamada Fundação Casa. Bem, eu vou falar um pouco da minha rotina aqui dentro. Não considero que seja muito bom. Eu acordo às 6 horas da manhã, escovo os meus dentes, tomo café com leite e pão e em seguida vou para o convívio: quadra, jogos e conversar com a população. Meio-dia eu almoço, vou novamente para a escovação e depois sala de aula, pois, sinto que é minha obrigação terminar meus estudos. Depois vem o jantar e logo depois vou para o dormitório. No total são 08 quartos. As 21 horas estou dormindo para acordar no dia seguinte. É cruel o que vivemos: ficar longe da família. Vou sair uma pessoa melhor. A maioria dos jovens usam drogas, o mundo está ficando perdido. Mas, fé em Deus, vai melhorar. Aqui tem vários cursos. Eu faço RAP e Organização de eventos. (ADOLESCENTE, RONALDO, Le Casa Tamoios, 2019).

A descrição do adolescente revela a compreensão consciente da rotina no Centro Tamoios. A atividade do jornal abre possibilidades do lugar de fala, onde os adolescentes podem expressar através de um processo sistematizado e organizado por eles e os educadores. Os profissionais envolvidos avaliaram que a atividade do jornal foi uma experiência gratificante.

Outra atividade muito prazerosa em ser realizada foi o jornal “Le Casa Tamoios”, o jornal foi elaborado por mim, pela colega de trabalho e pelos adolescentes, o projeto consistia em ler e debater sobre as notícias do “momento” e posteriormente os adolescentes escreviam com suas palavras sobre as notícias que mais lhe agradassem. Os adolescentes ficaram muito satisfeitos com a materialidade do jornal e de poder mostrar para seus familiares como algo produzido por eles. (PROFISSIONAL, PEDRO, 2019)

A prática pedagógica ocorre no processo de execução das atividades e a participação efetiva dos envolvidos é fundamental para sua concretização, e revela acima de tudo o respeito a potencialidade de todos. Makarenko (1986), já mencionava em sua experiência na

Colônia Gorki que os educandos eram uma fonte inesgotáveis de potencialidades. Na atividade do Jornal Le Casa Tamoios o sentimento de realização com a materialidade daquilo que foi produzido foi marcante, os adolescentes puderam mostrar para os familiares e ficaram felizes e orgulhosos do feito.

3.2.3 As Férias

Durante todo mês de janeiro de 2019, as unidades da Fundação Casa foram convidadas a trabalharem atividades variadas, abordando o tema empatia. Dessa forma, os profissionais do Centro Tamoios se organizaram para a realização de atividades com os adolescentes.

No Centro Tamoios tiveram vários momentos de interação, participação, eventos e palestras que enriqueceram esse período em que o ensino formal e os cursos profissionais deram uma pausa.

Podemos destacar o Projeto URBAN MIX¹², projeto idealizado pelo coreógrafo e professor de danças há mais de 15 anos, Adivan Salles. Ele acredita que todos podem dançar e que a atividade traz leveza e espanta a tristeza. Foi nesse clima, que alguns adolescentes arriscaram alguns passos com o professor e puderam se divertir muito.

Para o adolescente Danilo, foi um dos momentos mais marcantes e divertidos das férias. Ele contou que gostou muito de participar e que momentos como esse deveriam ser mais frequentes.

Outra atividade que Danilo destacou, foi o dia da apresentação musical, com o cantor e compositor Gustavo Sá. Dentre as músicas tocadas, o jovem disse que gostou muito de ouvir a respeito da preservação da natureza e “O que é? O que é”, de Gonzaguinha. Além disso, Danilo teve uma apresentação e tocou uma música no violão.

Pedro, adolescente que também esteve presente no dia da apresentação musical, disse que foi um momento divertido e descontraído. Ele contou que se sentou ao lado do agente educacional João e fez reflexões a respeito da relação pai e filha. Foi interessante perceber os vários sentimentos que a música e a apresentação despertaram.

¹² Página do Projeto Urban Mix Teams no Facebook:
<https://web.facebook.com/urbanmixteam> > acessado em 26/12/2021

Outro adolescente que aproveitou bastante a apresentação musical, que teve por objetivo trazer ritmos e composições da MPB com temas a respeito da empatia, foi o adolescente Marcio. Ele também deu destaque para a música sobre a natureza e para a música do Cantor Raul Seixas. Ele lembrou quando ouvia com sua avó, que gosta bastante do artista. Marcio ainda sugeriu que para uma próxima oportunidade, que toquem zé Ramalho.

Outro momento que o adolescente gostou de participar foi à reflexão conduzida pela Coordenadora Pedagógica, que trabalhou o tema: Alfabetização Emocional com os adolescentes. Para ele, foi muito importante conversar do controle emocional, que pode ajudá-lo no cumprimento das suas metas na medida socioeducativa.

O adolescente Bruno que interagiu bastante durante esse momento, contou que não conhecia o termo - Alfabetização emocional - e que pode conhecer o que significa e pensar a respeito de autocontrole, empatia e capacidade de nos conhecermos melhor (autoconhecimento). Além dessa atividade, o adolescente participou de outras: dançou Hip Hop e percebeu seu talento para o grafite, que foi outra oficina que fez sucesso entre os adolescentes. Bruno, contou que nunca tinha grafitado e que gostou muito do resultado final. Ele se identificou mais com os desenhos do que com a escrita do grafite e espera ter outras oportunidades.

Para os profissionais envolvidos nas atividades, os desafios foram surgindo a cada momento e isso estimulou o trabalho em equipe e a união de todos.

Outro dado importante sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas se relaciona com o perfil dos adolescentes, principalmente para a realização de propostas que aproximem de sua realidade. Por outro lado, o modo como se conduz essas atividades viabiliza relações humanas capazes de proporcionar reflexões e mudanças de valores.

3.2.4 A prática de esporte e lazer

As expressões mais recorrentes dos adolescentes a respeito do tema esporte e lazer do que eles gostam foram: futebol, natação, basquete, as brincadeiras, passeios, shows que variam de rock a funk, considerando os estilos apreciados pelos adolescentes. Também dois adolescentes relataram o gosto pela leitura. Questionados sobre estas atividades no Centro Tamoios os adolescentes apontaram nas suas percepções os limites da instituição.

“Lá a gente não tinha quase nada, só futebol a semana toda. Eu nunca vi outra coisa” (ADOLESCENTE BRUNO, 2019).

“Quando não tinha aula, a gente ficava jogando dominó e assistindo filme, não tinha outra coisa não. Eles davam coisas pra gente passar o tempo lá. As vezes nem isso tinha e a gente ficava sem nada e pior quando ficava sentado sem fazer nada” (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

A ausência de uma programação esportiva e de lazer são evidentes nas declarações dos adolescentes, as atividades são executadas no intuito de passar o tempo, de estabelecer de algum modo uma atividade de controle. Neste caso, estão destoantes de uma prática educativa. Marcellino (2008) menciona que a prática das atividades de lazer implica na atenção sobre a necessidade de aprendizado e estímulo possibilitando a evolução do sujeito que vai de níveis simples para os mais complexos nas atividades. Com isso, cria-se possibilidades do lazer para a educação e o enriquecimento crítico. Já os estudos dos autores Conceição & Onofre (2013) evidencia a relevância da prática social do lazer como possibilidade objetiva de (re)inserção do jovem à vida cotidiana, uma vez que se reveste de processos educativos que contribuem com a inclusão social.

Todavia, essa possibilidade foi anulada muitas vezes no Centro Tamoios. Conta os adolescentes entrevistados que nas férias escolares os mesmos ficavam a maior parte do tempo na sala de aula assistindo filme e quando questionavam a esse respeito eram reprimidos.

“Eu falei que a gente podia fazer outra coisa, jogar futebol na quadra e fazer alguma coisa de esporte, mas nem deram atenção e um funcionário achou ruim e mandou calar a boca” (ADOLESCENTE PEDRO, 2019).

O questionamento do adolescente acima também reflete nas outras atividades como na prática de esporte. Segundo os adolescentes, não podiam decidir nem a escolha dos integrantes do time de futebol. Por outro lado, a prática de esporte é descrita pelos adolescentes como uma atividade de lazer e que era um dos poucos momentos que eles gostavam. Contudo não havia qualquer manifestação explicativa ou reflexões a respeito do que era proposto como prática esportiva e/ou de lazer.

Para Lombardi (2005), as vivências culturais do lazer contribuem para a evolução humana, o desenvolvimento do homem crítico e criativo, capaz de apreciar e participar da cultura, mais ainda, capaz de gerar valores questionadores da ordem social.

Sem dúvida, a prática esportiva e de lazer na Fundação Casa é uma das poucas atividades, senão as únicas que o exercício de escolha pode ser realizado com flexibilidade, as outras são impostas por Lei e pela burocracia do Centro. As vivências podem desencadear a superação do conformismo e as atividades do esporte e lazer são instrumentos que contribui

para o senso crítico quando realizadas para a educação, sendo a proposta dos documentos oficiais Domingos (2015) e parte da essência de uma prática pedagógica progressista que busca acima de tudo a superação do homem subsumido e oprimido. (FREIRE, 1996). Na atividade esportiva do “tênis bol” tivemos a oportunidade de perceber um momento de igualdade e humanização entre educadores e adolescentes.

“No dia de hoje participamos da organização de um jogo entre nós funcionários e os adolescentes, foi muito bom o desenvolvimento da atividade. Os adolescentes ficaram descontraindo e discutiram com os funcionários sobre futebol e das regras do jogo. Alguns adolescentes verbalizaram que poderia ocorrer mais vezes a atividade, que poderia ocorrer até um campeonato. Percebemos que a atividade proporcionou uma interação entre todos. Os adolescentes sentiram-se a vontade em verbalizarem suas ideias e ao mesmo tempo sentiram-se participantes de todo o processo da atividade. (CADERNO DE CAMPO, outubro, 2019).

É necessário observar que dos adolescentes entrevistados todos sinalizaram que as práticas esportivas e de lazer embora limitadas no ano de 2019 são consideradas pelos adolescentes como importantes, sendo apontado como não só um momento de descontração, mas também de interação entre eles, bem como, de um espaço para conversar e descansar frente a uma rotina classificada por eles como cansativa.

Neste sentido, destacamos conforme Almeida (2003) que a prática de esporte e lazer é instrumento que pode servir de controle da massa encarcerada. Contudo a pesquisa com os adolescentes traz para reflexão, que se realizada numa perspectiva crítica tem enorme potencial para educação dos adolescentes, desde que se respeite suas experiências, mas no Centro Tamoios essas práticas contribuíram na sua essência para amenizar uma rotina de opressão e para reforçar a resiliência diante daquilo que se passa no período de internação.

3.2.5 A prática pedagógica escolar

No Centro Tamoios alguns professores conseguem transformar as adversidades em pontos de reflexões, fazendo o link dessa realidade com o cotidiano dos adolescentes. Entretanto outros só cumpriam as formalidades.

“As aulas de sociologia e história era legal, o professor sabia conversar com a gente, ele era animado, discutia coisas interessantes e não se irritava com os alunos” (ADOLESCENTE BRUNO, 2019).

“Eu particularmente gostava das aulas, achava bom, mas via as dificuldades de muitos ali na sala de aula. A professora não dava conta de ajudar todo mundo. Outros professores nem ligavam e fingiam que estava tudo certo” (ADOLESCENTE ANDRÉ, 2019).

A sala de aula é um espaço privilegiado na interação dos alunos e do professor como podemos observar na fala do adolescente Bruno. As adversidades e as contradições podem ser trabalhadas e, em parte obter um processo de aprendizagem. Não obstante, a fala do adolescente André expõe uma situação complexa, não só pelo comportamento de alguns professores, mas neste caso, devido ao modelo de multisseriada adotada na Fundação Casa que coloca em sala alunos de séries e níveis diferentes, alunos mais avançados e outros ainda com extrema dificuldade de aprendizado.

No tocante aos conteúdos administrados nas aulas, quatro dos adolescentes responderam terem compreendido as matérias aplicadas e seis deles mencionaram que era muito difícil e não conseguiram acompanhar as explicações. Por outro lado, ao serem questionados, todos os adolescentes verbalizaram não lembrar direito do que foi ensinado em sala de aula.

Neste contexto, a pesquisa buscou, também, contribuir para a análise das condições escolares na Fundação Casa. Enquanto prática pedagógica que ocupa a maior parte do tempo na programação pedagógica da Fundação Casa ela deve ser refletida nos seus detalhes. Toda educação formal deve ser executada não só de acordo com as demandas dos adolescentes, mas também como pudemos observar nas entrevistas a necessidade de promover circunstâncias que venham impactar novas concepções acerca do lugar da educação nas vidas desses adolescentes.

3.2.6 Práticas pedagógicas culturais e artísticas

No mesmo patamar das reflexões sobre a educação no Centro Tamoios, a prática pedagógica referente as oficinas artísticas e culturais ganham importância para os adolescentes, mas revelam-se repletas de contradições.

“Eu gostava de rap, a gente podia ouvir as músicas, criar as letras e as batidas do som, era animado todos os adolescentes participavam” (ADOLESCENTE PEDRO, 2019).

“A oficina de rap era melhor, as outras de percussão e entretenimento era bom, mas nem compara com a de rap. No rap a gente podia ouvir música o que era controlado e regulado outros horários” (ADOLESCENTE JOÃO, 2019).

“Eu queria ter participado do rap. Mas não pude escolher. Daí no próximo semestre que eu ia participar acabou a oficina, ficando só de entretenimento e percussão, eu achava chato fazer brinquedo de circo e ficar batendo no tambor o tempo todo,

a gente fazia para passar o tempo e porque vai no relatório” (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

É perceptível na fala dos adolescentes a importância de se considerar a realidade de vida, os estilos e as experiências dos sujeitos. A participação no Rap era desejada pela maioria dos adolescentes e os relatos demonstram uma prática pedagógica que estimula a criatividade e o senso crítico, além de promover reflexões de sua realidade respeitando suas próprias manifestações.

As outras atividades: história em quadrinho e de entretenimento, ou seja, produção de objetos com jornal aparecem como satisfatória para dois adolescentes e os outros a descrevem como um passa tempo, na visão do adolescente Danilo uma obrigação que vai para o relatório. Dessa forma, percebemos que para os adolescentes, não só é significativo as atividades realizadas, mas o como são executadas essas atividades.

3.2.7 Dos cursos profissionalizantes

Neste aspecto, dos adolescentes entrevistados apenas três mencionaram que os cursos na qual participaram foram proveitosos, os demais mencionaram que os cursos foram bons, mas não era aquilo que gostariam de fazer. Questionados, os adolescentes revelaram o desejo por três cursos que acreditam estar de acordo com o mercado de trabalho: em primeiro lugar apareceu o curso de mecânica de autos, em segundo foi o de elétrica e o terceiro algum curso na área da construção civil.

Esta realidade reforça as pesquisas que apontam que a profissionalização na Fundação Casa não condiz com a necessidade dos adolescentes. Massaro (2010) em seu artigo Preparação para o Trabalho na Fundação Casa, demonstra que os cursos realizados pela instituição não cumprem o papel de “inserção social” conforme o discurso oficial. Que não correspondem as transformações no mundo do trabalho. Todos os adolescentes relataram na entrevista que não sabem como esses cursos poderão ser úteis para conseguir um emprego.

Tivemos a oportunidade de acompanhar em campo três cursos oferecidos no ano de 2019, sendo: empreendedorismo, informática e habilidades profissionais.

No curso de empreendedorismo os adolescentes recebiam diversas informações sobre como se proceder para abrir um negócio. Para os adolescentes o curso em si foi bom à medida que ensinava que o maior investimento era individual. Já o curso de informática, os

adolescentes que fizeram o curso e que participaram das entrevistas, mencionaram como questão principal as péssimas condições da sala e das dificuldades que as vezes tinham e que nem sempre o professor conseguia atender. Quanto ao curso de habilidades profissionais, os adolescentes expuseram que o curso trouxe informações sobre a organização do local de trabalho e do esforço pessoal para adquirir novas habilidades a fim de colocar-se no mercado de trabalho. De modo geral os cursos foram avaliados positivamente por todos os adolescentes. Em relação aos conteúdos, os adolescentes dividiram-se entre os que relataram ter aprendido pouca coisa e os que consideraram os cursos e as falas dos professores como um grande incentivo para a melhora pessoal de cada um.

“A professora explicou várias vezes que conforme nosso comportamento não tem nem chance de pedir um emprego A gente tem que se qualificar nè”.
(ADOLESCENTE PEDRO, 2019).

“Eu aprendi que depende muito da gente, dos estudos e o esforço de cada um para se dar bem na vida” (ADOLESCENTE MARCOS, 2019).

Nas respostas acima fica evidente o discurso protagonista contido nos cursos de preparação profissional. Que o processo de superação e sucesso na colocação no mundo do trabalho e até mesmo a trajetória de vida depende exclusivamente das habilidades profissionais adquiridas com o protagonismo individual. O protagonismo juvenil neste caso está relacionado ao conceito de preparação para cidadania que para Pereira (2019) e Touraine (1998) mantém o discurso de controle e dominação com base na singularidade da pessoa que deve se destacar individualmente.

3.2.8 Atendimento psicossocial

Em relação aos atendimentos do psicossocial, predomina também a observação de 8 adolescentes que as conversas das “técnicas” enfocam seu comportamento. Os outros dois adolescentes classificam os atendimentos “técnicos” como cobranças. Contudo, todos relataram ser um momento em que podem ser ouvidos, onde podem expressar também suas demandas e em alguns casos realizar reflexões.

Outros dados que nos chamaram a atenção quando falamos da rotina básica dos adolescentes foram os aspectos relacionados aos sentidos. Observamos que não existem pesquisas que dimensionam esses aspectos. Contudo, pontuamos que são significativos para

os adolescentes e para os estudos em pauta, pois tratam das concepções a respeito do som, olfato, imagens, paladar, em relação ao cotidiano no interior do Centro Socioeducativo.

Com base na teoria de Le Breton (2003) buscamos fazer a relação dos sentidos com a vida cotidiana dos adolescentes internos. Para o autor a vida é uma interpretação permanente do mundo através do corpo, o corpo é um revelador e analisador social e permite a compreensão de muitas questões objetivas e subjetivas nas relações sociais.

Sem dúvidas essa realidade apareceu com ênfase nas entrevistas. Em relação as imagens marcantes na Fundação Casa, em primeiro lugar os adolescentes pontuaram sobre o prédio que foi mudando, os adolescentes perceberam e apontaram a construção de mais grades como mudança no visual do Centro. *“Me senti como verdadeiro piu! Piu! Numa gaiola”*. As grades mudam visivelmente a percepção do adolescente que se sente mais prisioneiro no sistema. A outra imagem marcante para os adolescentes refere-se aos olhares dos familiares quando iam embora ao término das visitas que nas opiniões da maioria dos adolescentes lhes causavam tristezas e solidão.

Por outro lado, a visão é insuficiente para descrever os sentimentos. Para (LE BRETON, p. 73) *“a visão requer outros sentidos, para exercer sua plenitude”*. Dessa forma avançamos na exploração dos outros sentidos que revelam os sentimentos dos adolescentes sobre o contexto socioeducativo. O olfato foi descrito pelos adolescentes a partir do odor que sentiram durante este período de internação. Todos eles classificaram que o Centro tem um cheiro próprio de Fundação Casa, alguns adolescentes relataram que era um fedor *“cabuloso”*, e para outros *“esquisito”*. Um dos adolescentes mencionou *“O centro tem um cheiro de Fundação Casa, um cheiro cabuloso que impregna na gente”*. Neste sentido, a questão do olfato é tida como uma situação negativa que gerou um sentimento desagradável.

Sobre o paladar, quatro dos adolescentes revelaram que a comida tem gosto ruim e os demais de gosto bom. Todavia, devido ao cheiro do lugar seis adolescentes pontuaram que não era agradável comer no refeitório do Centro. Mas esta situação mudava quando compartilhavam alguma comida no dia de visita familiar *“A gente nem ligava para nada estando com o familiar da gente perto”*. A partilha de um alimento no dia de visita era vista com sentimento de carinho e conforto por estar na companhia dos pais e dos irmãos. Assim o ato de se alimentar vai além da ação de comer, segundo Le Breton *“alimentar é marcada por uma afetividade construída com o outro”* (p. 403).

Quanto a percepção do som no Centro Tamoios, os adolescentes revelaram na realidade que o som, os ruídos podem representar uma possível rebelião e por isso todos afirmaram que o ambiente era tenso. Qualquer barulho com mais intensidade lhes causava preocupação de conflitos. De acordo com o Le Breton, “*o som é um instrumento de poder*” (p. 163) capaz de mudar nossa realidade circunstanciada. Nesse sentido, destaco também os apontamentos de alguns adolescentes que descreveram o grito dos funcionários quando queriam intimidar um “menor” neste caso o poder da ação pela palavra assume o tecnólogo do discurso na visão de Fariclough (2001), tendo o poder de usar a linguagem a fim de diminuir relações assimétricas e de possibilitar mudança social.

3.3 O NÚCLEO DE ESTUDOS DOS ADOLESCENTES DA TAMOIOS

Entre as práticas pedagógicas elencadas pelos profissionais entrevistados, o Núcleo de Estudos dos Adolescentes da Tamoios (NEAT) foi muito valorizado pelos profissionais e os adolescentes. Salientamos que em seu processo de constituição abrangeu inúmeras situações de valorização das relações sociais humanas.

O NEAT foi criado na realidade no ano de 2018 organizado por três pedagogos e um técnico do psicossocial. Os adolescentes participantes foram aqueles que aceitaram o convite naquela época. De início tratou-se de um trabalho de grupo (a roda de conversa) que se reunia quinzenalmente. Os encontros duravam cerca de uma hora. No ano de 2019, o NEAT passou a ocorrer com mais frequência e o grupo foi se organizando e se estruturando. Além das discussões de temas diversos, o grupo passou a propor outras atividades pedagógicas para os adolescentes do Centro Tamoios. Apenas em agosto de 2019 o NEAT passou a fazer parte da agenda pedagógica do Centro.

A educação pelos pares¹³ como metodologia e a técnica da maiêutica¹⁴ no processo dialogal com os adolescentes foram primordiais neste trabalho. Tomamos o cuidado para realização dessa atividade abordando conteúdos pertinentes a realidade dos adolescentes. A

¹³ A educação de pares consiste na metodologia participativa, que utiliza de dinâmica de grupo ou oficinas. Esse processo inicia-se a partir da experiência e do conhecimento dos próprios participantes, possibilitando que as pessoas aprendam umas com as outras, por meio da colaboração, da troca de ideias e sentimentos.

¹⁴ O método da maiêutica para Sócrates assemelha-se a arte do parto, no caso a de fazer parir a verdade. Para o filósofo no lugar da verdade as pessoas estão repletas de opiniões oriundas senso comum e que era preciso coloca-los em contradições para que a verdade apareça.

intencionalidade era promover discussões questionadoras da ordem e do senso comum. O objetivo foi debater estratégias de resistência a opressão institucional.

A roda de conversa é, sem dúvida, uma circunstância que promove o debate crítico e democrático entre os adolescentes. Além disso, possibilita a interação entre educador e educando.

Cabe ressaltar, que os recursos midiáticos utilizados pelos educadores assumiram um papel fundamental como disparadores da conversa. A mídia como recurso educativo tem uma forte influência no trabalho com os adolescentes, segundo Oliveira (2004) as Tecnologias da Informação e Comunicação contribui significativa na prática pedagógica. Elas promovem situações de aprendizagens, contudo compete aos educadores criarem estas circunstâncias de aprendizagem.

Neste sentido, para as atividades do NEAT escolhemos os recursos mediáticos como a música, cenas de filmes e vídeos que possam servir de disparador do diálogo. Para tanto, o educador necessita despojar-se de vaidades e da arrogância de achar que o seu repertório de recursos mediáticos é o suficiente ou correto para o compartilhamento com os adolescentes, pois a música, a poesia, os filmes, tec., estão intrínsecos nas diferentes culturas da juventude oriundos das periferias.

Nas rodas de conversas buscamos respeitar os gostos dos adolescentes e após um processo de vínculo pedagógico, ou seja, depois do estabelecimento da confiança coletiva também sugerimos diversas atividades e temas a serem debatidos.

Dentre as atividades realizadas com o grupo citamos quatro delas que nos chamaram maior atenção: a apresentação da série Sintonia e a Dinâmica da Fábrica, a roda de conversa sobre as drogas no seu aspecto social e o NEAT Sem Fronteiras (encontro remoto com os idosos). É importante relatar que os adolescentes tinham a opção de participar ou não do grupo, diferente das atividades que eram obrigatórias ou aquelas impostas. Todavia, a maioria deles optavam em participar do grupo na qual relatavam ser mais interessante.

3.3.1 A série Sintonia ¹⁵

A série Sintonia, que acompanha a vida de três jovens da periferia paulistana, foi idealizada por KondZilla®, um dos principais produtores musicais do País. Narrada do ponto de vista de três personagens diferentes, a história de Sintonia explora a conexão entre música, crime e religião na periferia de São Paulo.

A atividade da série Sintonia ocorreu no mês de maio de 2019. Narrada do ponto de vista de três personagens diferentes, a história da Série Sintonia explora a interconexão da música, tráfico de drogas e religião em São Paulo. Doni, Nando e Rita personagens principais da série cresceram juntos na mesma favela, onde foram influenciados pelo fascínio do funk, das drogas e da igreja.

Frente aos episódios passados em cada encontro, no final abríamos uma roda de conversa, onde os vários pontos de vistas eram debatidos por todos do grupo. Em um dos encontros pudemos notar algumas falas significativas dos adolescentes:

“então né, a gente deve ter sabedoria para viver e escolher o melhor caminho né, mas saber que a escolha é nossa e as consequências também” (ADOLESCENTE DANILO, 2019).

“na série de hoje eu vi que a ambição pode levar o cara a morte e as coisas ruins” (ADOLESCENTE BRUNO, 2019).

“se ele não tivesse sabedoria para conversar e desenrolar a fita ele seria morto” (ADOLESCENTE PEDRO, 2019).

Nota-se que os adolescentes discorrem com facilidade diante de uma realidade que condiz com sua experiência de vida. Contudo, o momento proporciona um debate crítico sem a apologia ou discriminação da realidade discutida. Com o recurso do vídeo e a circunstância criada pelo grupo a educação pelos pares vai fluindo naturalmente. Os adolescentes vão expressando e refletindo valores importantes para a vida cotidiana diante da realidade vivenciada.

A comunidade educativa frisada por Antônio Carlos (1999) como expressão máxima do trabalho coletivo é parte essencial no grupo e, com a participação dos adolescentes as atividades propostas vão sendo criadas e recriadas continuamente, sendo este um processo fundamental nas práticas pedagógicas.

¹⁵ Serie Sintonia, plataforma Netlix: <https://www.netflix.com/br/title/80217315>

3.3.2 A dinâmica da fábrica

Na dinâmica da fábrica, partimos de uma pergunta que suscita, em um primeiro momento, que os adolescentes expressem seu conhecimento aparente da realidade social. Nosso objetivo é refletir com os participantes quais indicativos a própria realidade apresenta, na sua forma concreta de explicitar. A questão – Que país é este? – Possibilita respostas e opiniões que devem ser dirigidas por uma didática. Sendo assim, utilizamos a figura de um extraterrestre que veio visitar nosso país e perguntamos o que ele vai ver ao visitar os locais indicados por nós *“Na minha quebrada ele vai ver casas, gente trabalhando e pobreza”*.

As respostas demonstram esclarecer com o máximo de detalhes a forma aparente do que estamos discutindo, mas também o seu contraste *“No bairro chique ele vai ver carros da ora, casão chique e gente bonita”*. Com as respostas concluímos com os adolescentes que a realidade social que o ET acaba de ver trata-se da desigualdade social.

Neste diálogo temos a revelação da questão da concentração da riqueza. Um fenômeno que os adolescentes tentam justificar com respostas baseadas no senso comum *“O país é assim porque tudo mundo rouba e outras não sabem trabalhar direito”*.

Ainda na discussão sobre a aparência da desigualdade, utilizamos o processo de exortação do senso comum e, para tanto, nosso próximo bloco de questão questionamos como se dá o processo de concentração de riqueza, ou seja, como se fica rico? As respostas foram em torno de: trabalhando, estudando e pelo esforço.

Percebemos que o parto do senso comum é algo fundamental para o questionamento dos elementos que compõem a ideologia dominante que oculta e naturaliza as causas dos fenômenos sociais. Assim pontuamos que cada categoria exposta – Sorte, trabalho, esforço, inteligência, roubo – será debatida. Uma vez realizada a exortação do senso comum através do diálogo, colocamos em contradição, levando os adolescentes refletirem sobre suas respostas e que precisa ser analisada.

Desconstruído as certezas, o grupo se viu diante de uma indagação a qual não tem resposta perguntando: se nossas respostas não resolve a questão, o que é então? Neste momento abre-se o diálogo sobre a necessidade de analisarmos a realidade e a desigualdade social. como ocorre a concentração da riqueza? Propomos, assim a dinâmica da fábrica.

A dinâmica inicia-se questionando os adolescentes sobre os elementos necessários para a construção de uma fábrica de sapatos. As respostas dos adolescentes foram: o prédio, a matéria-prima e as máquinas.

Com o exposto, dividimos a turma em três grupos e solicitamos que cada grupo descreva a história de cada um dos elementos necessários. Na exposição destacamos que há sempre trabalhadores produzindo. Se uma coisa foi produzida, alguém a produziu. Destacamos afirmações do tipo – “o minério saiu da terra”, “o produto foi levado” – mostrando como na voz verbal passiva desaparece aquele que trabalhou, oculta-se seu real ‘agente’. Passamos o vídeo “Origem da riqueza” reforçando a percepção de que: A riqueza é fruto do trabalho; tudo o que tem valor vem do trabalho; a riqueza que o patrão diz que ele tem para começar a fábrica é o trabalho de muitos que foi parar na mão dele.

Considerando que se trata de um público iniciante, passamos então a colocar alguns pontos chaves para a definição do valor: valor é a quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção de mercadorias; quanto mais trabalho, mais valor; o valor de uma coisa se mede pela quantidade de trabalho que ela possui; a quantidade de trabalho se mede por horas, o que, na nossa sociedade é expresso por dinheiro.

Em sequência, assumimos a figura do patrão, questionando as explicações dadas por alguns que vincularam a acumulação de riquezas ao roubo e à sacanagem. Por isso propomos a história de um empresário extremamente “honesto” e pessoalmente muito bom, que: não rouba ou infringe qualquer lei; cumpre os compromissos assumidos; realiza uma gestão transparente e participativa com seus funcionários.

Como parte da turma acreditava que tinha resolvido o problema com a afirmação do roubo, afirmamos que, em verdade, existem aqueles que acabaram ricos comprando mais barato e vendendo mais caro, sendo esta, aliás, uma forma que o senso comum vivencia a cada dia no comércio, por exemplo. Mas isso seria desonesto, pois implica em vender algo acima de seu valor, ou pagar menos do que uma coisa vale. Fechamos com o grupo que em nossa história havia um princípio “Comprar pelo valor e vender pelo valor”

Estamos prontos para fazer funcionar nossa fábrica e nos propomos a empregar os participantes; pedimos que eles realizem uma assembleia e que definam em que condições desejariam trabalhar. Abre-se uma negociação a respeito de qual deve ser o valor da força de trabalho, dos benefícios e da jornada de trabalho. É interessante observar algumas posturas durante os exercícios. Enquanto alguns reivindicam calorosamente um salário alto, outros se

conformam com um salário base para uma linha de produção. Começamos com a negociação dos benefícios e acatamos tudo o que o grupo pediu: vale transporte, vale refeição, convênio médico (com a Intermédica) e bolsa de estudo. Discutimos o assunto e acrescentamos creche e participação nos lucros. As respostas foram imediatas *“Você está querendo alguma coisa, até lembrar a gente de coisas você lembrou”*.

Para finalizarmos, negociamos então o salário e a jornada de trabalho. O grupo decidiu por um salário de R\$1.500,00 e uma jornada de 08 horas diárias. No entanto, houve controvérsias entre pessoas que acharam que o salário deveria ser de R\$ 800,00, pois se trata de uma linha de produção e é isso o que estão pagando no mercado. O grupo reagiu espantado quando fechamos com um salário de R\$3.000,00 e uma jornada de 06 horas *“Eu não disse que este patrão está com história?”*

Feito isso, os adolescentes se converteram em trabalhadores em um dia de jornada. Distribuimos, então, uma folha em branco; para cada um, esta folha representava a matéria prima a ser trabalhada naquele dia. A folha foi dobrada e cortada de tal maneira que saíram 20 retângulos. Cada um representando um par de sapatos. Definimos com o grupo o valor do par de sapatos. Em nosso caso, avaliamos com os participantes quanto vale um bom par de sapatos, lembrando que deve ser tão bom, ou melhor, do que aqueles que têm no mercado, mas ser vendido a um preço menor para ganharmos a concorrência. Assim, concluímos pelo valor de R\$50,00.

Os adolescentes iam cortando os pedaços de papel. A produção era recolhida em sacos. Depois da recolha dos papéis, reafirmamos nosso compromisso de transparência abrindo a contabilidade.

Em primeiro mostramos o saco que continha 30% da produção, que correspondia a parte necessária para repor a matéria prima, enfatizando que a porcentagem, eram dados de pesquisas realizadas no mercado por grandes empresas.

A partir de então pagamos os salários, entregando a cada adolescente dois pares de sapatos que correspondiam a R\$100,00 que seria no final do mesmo o equivalente a um salário de R\$3.000,00.

Como prometido, começamos a tirar os papéis do terceiro saco, um montante de dinheiro que evidenciava o contraste do lucro do patrão com relação aos salários. Cabe ressaltar, que as reações foram diversas, notamos: revolta, perplexidade, etc.

Como se trata de uma discussão básica sobre o funcionamento da sociedade, buscamos explicar o que aconteceu: o trabalhador ao utilizar os instrumentos e meios de produção transformando a matéria prima, transferiu seus valores ao produto final. Todavia, ao fazer isso, agregou uma nova quantidade de trabalho gerando um valor novo. O valor novo criado é muito maior do que o valor da própria força de trabalho. Assim, ficou claro aos participantes que A força de trabalho é capaz de gerar mais valor que o seu próprio valor. O fato é que durante a jornada de trabalho o trabalhador produziu além do valor de sua força de trabalho, um valor a mais e a diferença entre o valor da força de trabalho e o valor produzido a mais recebe o nome de mais-valia.

Voltamos com o grupo perguntando se haviam compreendido. Se não foi uma questão de manipulação dos papezinhos cortados. Neste sentido, solicitamos para alguns adolescentes que respondessem à questão: O que mudou frente que você pensava antes?

Mudou o jeito de pensar sobre a desigualdade social, os trabalhadores são explorados pelos patrões. O trabalhador só sofre e não ganha nada. (ADOLESCENTE PEDRO, 2019).

Durante o grupo, notamos que a ansiedade leva a responder as perguntas de maneira rápida e superficial. Entretanto, depois de terminado o processo da maiêutica, temos claro a elaboração do pensamento. Mesmo com colocações e respostas curtas, aparecem elementos teóricos e sistematizados, evidenciando, de forma consistente, a compreensão e a clareza sobre uma realidade social em que suas causas não estão reveladas nas formas de sua aparência.

Mudou tudo que foi conversado no grupo e serviu para abrir minha mente sobre a desigualdade social, onde a exploração fala mais alto e “nóis” não temos valor nenhum (ADOLESCENTE BRUNO, 2019).

É importante verificar na fala o avançar o senso comum e o bom senso, nota-se que as relações sociais começam a ser percebidas como não algo natural. Interpretar e criticar o cotidiano é um começo e caminho inverso da naturalização das relações históricas que alimentam à ordem burguesa. Para Gramsci (1984) o senso comum é a concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nas quais se desenvolvem a individualidade moral do homem médio. Todavia, o bom senso pode ser um movimento contrário e precursor de um pensamento crítico.

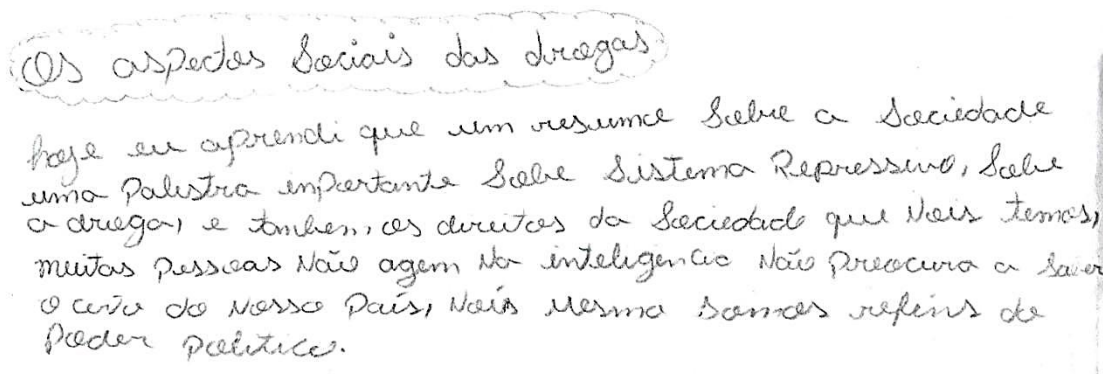
Conhecendo suas resistências e a força de suas crenças é ilusório pensar que o senso comum, veiculado e alimentado pelas classes dominantes, pode ser derrubado após as primeiras atividades críticas. Contudo, um trabalho educativo numa perspectiva crítica e

emancipatória dá seu primeiro golpe de maneira radical e crítica. Trata-se, portanto, de estabelecer com os adolescentes um canal de comunicação que, trabalhando sua realidade, o senso comum e bom senso, o leve a identificar as contradições que estão presentes na vida em sociedade e na sua própria concepção de mundo.

3.3.3 A roda de conversa sobre as drogas e seu aspecto social

Em relação a roda de conversa sobre as drogas no seu aspecto social ocorrido no dia 26 de setembro de 2019, o que chamou atenção foi a instigação dos adolescentes em pontuar suas observações, alguns com redações e outros através do desenho expressaram suas concepções sobre o assunto debatido. O adolescente Pedro optou pela redação:

IMAGEM 6 - Redação de Avaliação da Atividade, oficina sobre drogas



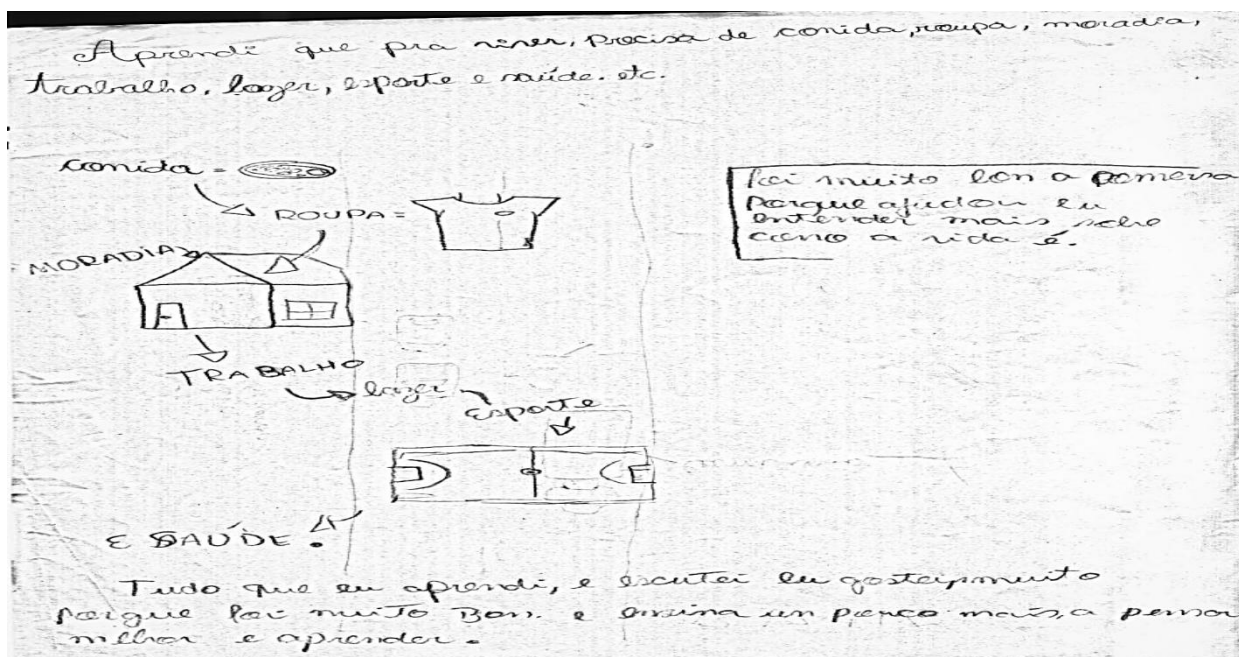
Os aspectos Sociais das Drogas

hoje eu aprendi que um resumo sobre a sociedade
uma palestra importante sobre sistema repressivo, sobre
a droga, e também, os direitos da sociedade que não temos,
muitas pessoas não agem de inteligência não procuram a saber
o certo do nosso país, não mesmo somos reféns de
poder políticos.

Fonte: Adolescente Marcio, Centro Tamoios (2019).

Observamos que o adolescente descreve com clareza sua opinião e vale ressaltar que no dia foi o que mais falou, procurando instigar também os colegas a participarem da conversa. Outros adolescentes que optaram pelo desenho, também anotaram algo por escrito, mas apresentaram verbalmente o que fizeram.

IMAGEM 7 – Redação de Avaliação da Atividade, oficina sobre drogas

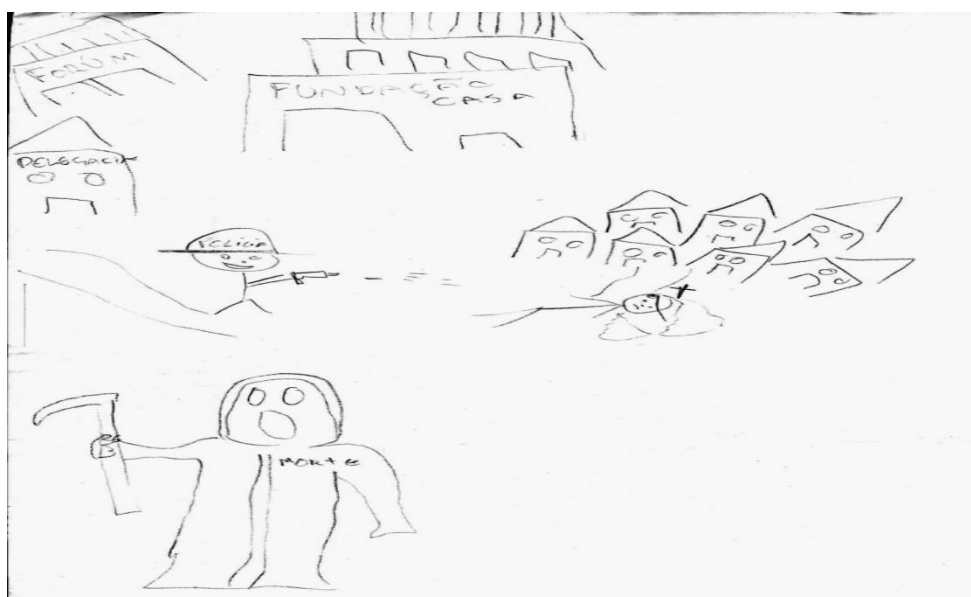


Fonte: Adolescente Bruno, Centro Tamoios (2019).

Nota-se no primeiro desenho que o adolescente trouxe para a discussão a questão da política pública e dos direitos sociais. Foi um momento significativo, onde todos expuseram a falta ou ausência de recursos sociais no seu bairro.

No desenho que segue, o adolescente optou por fazer uma análise do sistema repressivo que também foi abordado na roda de conversa.

IMAGEM 8 – Redação de Avaliação da Atividade, oficina sobre drogas

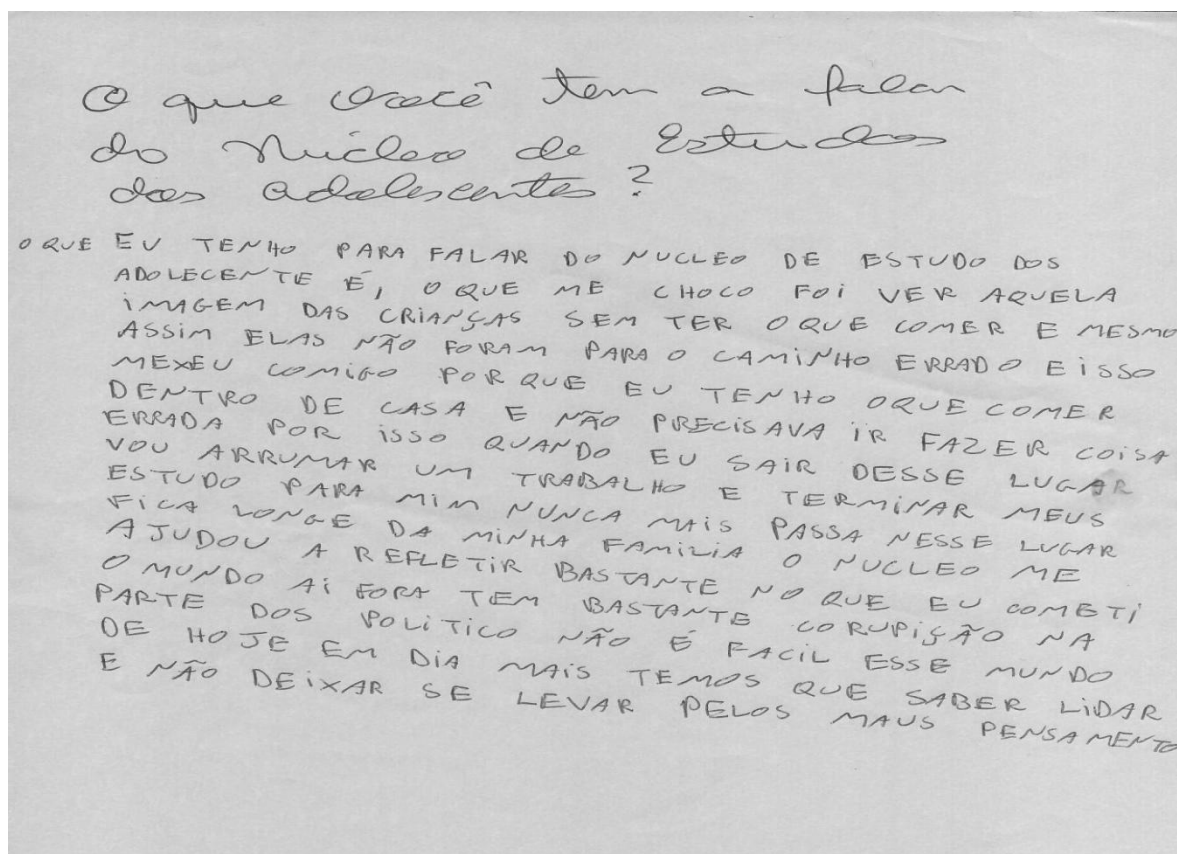


Fonte: Adolescente Pedro, Centro Tamoios (2019).

É interessante notar a consciência do adolescente ao expressar a trajetória infracional, das instituições de contenção até a morte representada aqui pela polícia. O desenho foi muito comentado por todos do grupo, houve relatos dos pedidos de propina por policiais, inclusive situações pessoais em que alguns adolescentes contaram já ter sido liberados ao entregarem dinheiro e armas. Quando pontuado pelos educadores sobre as outras instituições, os adolescentes simplesmente colocaram que na Delegacia eram humilhados, no Fórum não acreditavam neles e na Fundação Casa havia diferenças no tratamento, alguns funcionários eram educados e outros brutos. Todavia, nenhum deles relataram confiar nas instituições.

As boas práticas elencadas aqui não resumem todo o cotidiano no Centro Tamoios. Dessa forma, salientamos que no decorrer do ano de 2019, houve outras práticas que também podemos acrescentar como positivas para os adolescentes, como o “tênis bol” que os adolescentes gostavam de jogar, as palestras sobre o meio ambiente e a festa junina onde puderam receber seus familiares. O que nos chama atenção é que essas atividades foram iniciativas e esforço pontual de alguns funcionários, como os encontros do NEAT.

IMAGEM 9 – Redação de Avaliação da Atividade – encontro NEAT.



Fonte: Adolescente Danilo, Centro Tamoios (2019).

A redação acima nos leva a compreensão de que, os sujeitos formam sua identidade e consciência através das relações sociais, sendo as escolhas e a própria identidade uma consequência de padrões e valores sociais que determinam, de certo modo, a partir do externo. Em certo sentido, este pensamento significaria negar que existam escolhas. Contudo, no cotidiano das relações sociais existem inúmeras possibilidades de mudanças a partir das preferências próprias. Em Michel Certeau (1996), “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente”. (CERTEAU, 1996, p. 31). Contudo, o cotidiano possibilita a reconstrução dos significados e o fato de que são socialmente constituídas não significa, no entanto, que os indivíduos não façam escolhas e que estas não tenham impacto na definição das suas vidas. Mas significa que são feitas em meio a pressões e constrangimentos que não são necessariamente percebidos como tal.

3.3.4 NEAT Sem Fronteiras

Quanto ao NEAT Sem Fronteiras ocorrido em novembro de 2019, foi uma experiência ímpar no uso dos recursos mediáticos. Tratou-se de um encontro remoto entre os adolescentes e os idosos do Asilo Lar São Vicente de Paula. Para esta atividade ocorrer além dos esforços dos educadores em garantir os recursos necessários e a articulação com o asilo, também foi realizado algumas rodas de conversa com os adolescentes sobre o envelhecimento, abordando sobre os aspectos sociais, políticos e humanos sobre o assunto. Cabe ressaltar, que os adolescentes se apresentaram solícitos a proposta do encontro e eles mesmos prepararam algumas perguntas para conversarem com os idosos.

No dia do encontro, os adolescentes estavam ansiosos e aguardavam atentamente a conexão com o Lar São Vicente de Paula. Quando isso ocorreu todos ficaram alegres e logo trataram de complementar os idosos. Pudemos observar uma forte interação entre os adolescentes e os idosos, os adolescentes queriam expressar todo seu respeito por eles e ouviam atentamente as falas dos idosos. Uma das falas que mais chamou a atenção foi quando uma idoso disse “*todos nós envelhece, vocês vão envelhecer, mas o mais importante é envelhecer com saúde e alegria de viver*”. Todos os adolescentes demonstraram agradecimentos pelas considerações. Com isso, notamos que a todo o momento estavam

alegres, participativos e criativos durante a conversa. Que neste processo interativo os valores como respeito e solidariedade permeavam o encontro.

Assim, as práticas pedagógicas como o NEAT, tem um significado no cotidiano dos adolescentes na medida de internação, sendo possível levar em conta as influências e limites na definição das preferências dos indivíduos sem desconsiderar que são sujeitos. Em outras palavras, sustentamos que as opções dos indivíduos devem ser consideradas, valorizando suas experiências. Porém, as percepções individuais podem resultar de formas de opressão que mobilizam e naturalizam valores. Dessa forma, as práticas pedagógicas humanizadoras tem como caráter a busca pelo agenciamento dos adolescentes com base na sua vivência concreta e específica e isso pode levar as ressignificações das normas e convenções sociais de modo a impactar sobre a vivência dos adolescentes e contribuir na construção das identidades pautada numa concepção crítica e desmistificadora da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o percurso de pesquisa exposto aqui, o objetivo foi analisar as práticas pedagógicas utilizadas na Fundação Casa/Centro Tamoios do Município de São José dos Campos, a partir das concepções dos adolescentes e profissionais.

Três questões permearam os estudos realizados: a primeira foi a discussão sobre o conceito de práticas pedagógicas no contexto da medida socioeducativa de internação, que nos permitiu compreender que não existe uma definição prévia e acabada sobre o assunto e, que as ações pedagógicas são construídas no coletivo e que essas se dão no seio das relações sociais. Embora contemple atividades e recursos da educação escolar, as práticas pedagógicas no contexto da medida socioeducativa correspondem a educação social. Com base em Makarenko, Antônio Carlos e Paulo Freire, temos claro que se trata da educação humanizadora que valorize as relações humanas como o centro de todo o processo educacional. Portanto não se pode pensar apenas no aprendizado formal e sim naquilo que se está transmitindo através da convivência mútua.

Por outro lado, a prática humanizadora é uma escolha, um exercício intencional que exige ação e reflexão transformadora. Dessa forma, toda a metodologia dos trabalhos realizados com os adolescentes deve ser planejada de acordo com suas necessidades. O que leva a efetivação de atividades que promovam o agenciamento dos sujeitos envolvidos. Que estejam presentes elementos para discussão e reflexão de sua realidade e o desafio de se criar estratégias de enfrentamento as questões sociais. E isso obriga ao questionamento do discurso oficial e o disciplinamento enquanto adequação as relações sociais na ordem da cidadania burguesa. Na discussão sobre boas práticas buscamos trazer contribuições para essa perspectiva.

Em relação a segunda questão, as análises dos documentos oficiais permiti o apontamento legal e teórico sobre as ações pedagógicas desenvolvidas na Fundação Casa. Cabe ressaltar que desde o rompimento com o Estatuto Febem em 2006, a Fundação Casa trouxe avanços de ordem legal e estrutural. Contudo, no campo da pedagogia houve várias tentativas de implementar diretrizes para o trabalho socioeducativo, como o modelo contextualizado e a comunidade socioeducativa. Todavia, a transformação esperada não ocorreu e o que se tem visto é o distanciamento do que é preconizado na Lei e nos Cadernos Orientadores da realidade vivenciada pelos adolescentes.

Os documentos oficiais estão de acordo com o Estado de Direito. Portanto, teoricamente, os documentos oficiais preenchem os requisitos necessários para o exercício protagonista cidadão. Os documentos não discutem nenhuma transformação estrutural, mas garante legalmente as circunstâncias para a mudança do indivíduo e a promoção de direitos e deveres. Também há lacunas nos documentos no que tange a articulação entre as áreas de atendimento socioeducativo. Portanto, o maior desafio para a instituição é a transformação das Leis, das diretrizes e orientações em hábitos e costumes para garantir a aplicabilidade daquilo que se expressa nos documentos oficiais, ou seja, a promoção de condições para o desenvolvimento do indivíduo legalmente instituído e apto para conviver em sociedade.

Diante do exposto, educadores e adolescentes encontram frente a uma realidade que apresenta enormes desafios, pois para uma convivência humanizadora e consciente dos enfrentamentos a serem realizados, dois aspectos são de fundamental compreensão: que a Fundação Casa é uma instituição total e cumpre nos moldes foucaultiano seu papel esperado socialmente de disciplinador e controlador dos corpos; que as práticas pedagógicas propostas oficialmente propagam o protagonismo e sua adequabilidade a sociedade de classes.

Os aspectos citados puderam ser observados durante a pesquisa de campo que nos revelou a terceira questão do trabalho de pesquisa, ou seja, a aproximação com a realidade cotidiana dos adolescentes na instituição. Cada categoria pesquisada trouxe em seu bojo especificidade sobre a realidade dos adolescentes, no entanto, no seu conjunto demonstraram dados importantes para pensar e elaborar políticas de atendimento as demandas dos adolescentes. Nas entrevistas, além dos apontamentos sobre os procedimentos na medida de internação, os sujeitos de pesquisa deixam claro a ineficaz e desoladora realidade das medidas socioeducativas de meio aberto e da rede socioassistencial.

Na pesquisa de campo, especificamente as observações realizadas no Centro Tamoios constituíram momentos únicos para o conhecimento de questões objetivas que impactam diretamente no exercício da ação socioeducativa. Portanto, não é só o que se faz, mas o como se faz. Para educadores que compartilham a prática educativa humanizadora este é o cerne do trabalho educativo.

As práticas pedagógicas têm seu caráter objetivo presentes nos procedimentos concretos de sua realização. Contudo, também estão presentes aspectos subjetivos que se vivencia nas relações sociais e isso se traduz em sentimentos e significados aos sujeitos envolvidos. Por isso, Paulo Freire foi determinante em afirmar que o educador não ensina

apenas conteúdos, mas acima de tudo valores. E é justamente neste processo que acreditamos ser o diferencial na prática pedagógica humanizadora.

O contrário também ocorre. Na realidade, as práticas pedagógicas são parte de uma práxis educativa decorrente do cotidiano na Fundação Casa/Centro Tamoios. Por exemplo, a “tranca”, os muros altos, o uso de algemas, os comandos de ordem (mãos para traz, firme, pote baixo), entre outros, contribuem para a educação? E o que se espera com isso? Que valores estão se transmitindo quando se pratica a violência como método disciplinar? Em nosso entendimento essas regras disciplinadoras cumpre o objetivo de controle e docilização dos corpos que somado a proposta protagonista dos documentos oficiais sintetiza a educação final em promover o cidadão cumpridor de seus deveres.

Em suma, refletimos que todo o tempo do cumprimento da medida deveria ser educativa e as ações realizadas com o adolescente deve traduzir-se em práticas pedagógicas. Assim, é importante haver um programa efetivo que promova tais práticas e acima de tudo sejam discutidas suas intencionalidades, os conteúdos, a metodologia e o que se espera alcançar. Por outro lado, a medida de internação tem suas especificidades e requer determinado perfil de educadores, havendo a necessidade de mudanças quando o funcionário não apresenta o perfil para a socioeducação.

Neste cenário, podemos dizer que a medida socioeducativa vai além do que é preconizado em Lei e nos documentos oficiais, bem como, além das atividades pontuais e sim se trata de um espaço pedagógico que deve abranger a essência crítica e reflexiva. Entretanto, a realidade pontuada pelos adolescentes e profissionais colocam em contradição justamente este processo. Na realidade, os adolescentes podem ser críticos e são estimulados para isso em relação a sua pessoa, com o seu protagonismo, mas não critico a ponto de questionar as estruturas sociais. É com esse parâmetro que a instituição busca educar, ressocializar e conter.

Com a pesquisa de campo concluímos que a prática pedagógica é fundamental no cumprimento da medida socioeducativa de internação e seu alicerce é a prática humanizadora. Percebemos nas oficinas realizadas, nas atividades esportivas, no Grupo NEAT e outras, que as relações humanas podem ser efetivadas no cotidiano dos Centros Socioeducativos. Que essas atividades exerceram um papel circunstanciador de momentos significativos para mudanças de valores. Isso nos obriga a pensar numa política institucional que valorize e estimule o cotidiano no interior dos Centros pautados em práticas pedagógicas dessa natureza, mas para tanto, a capacitação e formação dos profissionais são imprescindíveis.

Sabemos que existem limites e as mudanças estruturais depende de movimentos políticos e sociais. Contudo, a prática pedagógica promovida por educadores críticos pode se traduzir em ferramentas de resistências e estratégias que subsidiam os adolescentes a exercer um papel de agenciador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B. G. M. **A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais.** 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, M. B. 2003. O prazer no ilícito: as práticas de lazer no presídio. **Licere**, Belo Horizonte, vol. 6, nº 1, pp. 71-81.

ALMEIDA, R. M. **O Elaborar da Vergonha e da Raiva:** desatando os nós para o trabalho socioeducativo. Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade Federal de São Paulo. 2014: São Paulo. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-10112014-64652/en.php>>. Acesso em 29 jan. 2019.

ANTÃO, R. C. N. **O direito à educação do adolescente em situação de privação de liberdade.** Mestrado. Universidade de São Paulo, 2013.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 10. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 2. reimpr. rev. e atual.

ASSIS, S. G.; FEIJÓ, M. C. **O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias.** Natal, 2004. Revista Estudos de Psicologia. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 julho. 2021.

AZEVEDO, C. R. S.; AMORIN, T. R. S.; ALBERTO, M. F. P. Adolescência e Ato Infracional: Violência Institucional e Subjetividade em Foco. **Psicologia: Ciência e Profissão** Jul/Set. 2017 v. 37 nº3, 579-594.

BARBERO, J. M. **Dos meios às mediações.** Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2006.

PAES DE BARROS, R. et al. **Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens.** Fundação Brava, Instituto Unibanco, Insper, Instituto Ayrton Senna, 2017. Disponível em: <<http://gesta.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Políticas-Públicas-para-reducao-do-abandono-e-evasao-escolar-de-jovens.pdf>>.

BONIN, J. C.; PANATTA, D. J.; ABELO, Q. C. O controle sobre o corpo: segundo Vigiar e Punir e Microfísica do Poder, de Michael Foucault. **Ponto de Vista Jurídico**, Caçador, p.62–76, jul. 2016.

BORGES, J. **O que é encarceramento de massa?** São Paulo: Tapera, 2018. **Necropolítica na metrópole: extermínio de corpos, especulação de territórios.** Blog da Boitempo, jun. 2017 Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/01/necropolitica-na-metropole-extermínio-de-corpos-especulacao-de-territorios/>>. Acesso em: 9 dez. 2020.

BOURDIEU, P; D, A. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público.** São Paulo: EDUSP; Zouk, 2003. P. **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, C. R. (1984). **Participar-pesquisar.** In C. R. Brandão (Org), **Repensando a pesquisa participante (pp.7-14).** São Paulo: Brasiliense.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019

_____. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em 08 jan 2019.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394 .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm >. Acesso em: 12 jan. 2019.

BROIDE, J. Adolescência e Violência: criação de dispositivos clínicos no território conflagrado das periferias. **Rev. Psicologia Política.** vol. 10. n. 19. pp. 95-106. jan. – jun. 2010.

BRUM, L. S. P. **A Percepção do Adolescente/Jovem em Conflito com a Lei acerca da Medida Socioeducativa de Internação:** Apresentação dos impactos da privação de liberdade sob a ótica dos jovens que passaram pelo Centro Socioeducativo de Juiz de Fora. 2012. Disponível em<<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1728/1/liviadesouzapiresbrum.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2020.

CARVALHO, F. A. O adolescente autor de ato infracional x Escola: quem fala, quem escuta? **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, 4, 135-148, 2011.

CASTRO, N. Q.; CASTANHO, M. I. S. Autoria entre Muros e Grades: Um olhar psicopedagógico sobre o ensino/aprendizagem de dança na Fundação Casa. **Relato de Experiência** - Ano 2013 - Volume 30 - Edição 92. Disponível em <<http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/106/autoria-entre-muros-e-grades--um-olhar-psicopedagogico-sobre-o-ensino-aprendizagem-de-danca-na-fundacao-casa>>. Acesso em 15 jun. 2020.

CELLA, S. M.; CAMARGO, D. M. P. **Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão**. Educ. Soc. vol.30 no.106 Campinas jan/abr. 2009

CELLARD, A. “A análise documental”. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2018, pp. 295-316.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar**. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

CLAUDIO, G. C. **O Ensino de Ciências no Contexto da Medida Socioeducativa de Internação**. 2015. Dissertação de Mestrado. Disponível em <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18136>>. Acesso em 02 fev. 2021.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. **Um retrato: dados de 2014**, volume IV/ Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília, 2015. Disponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/images/MP_Um_retrato_WEB_FINAL.pdf. Acesso em 23 set. 2020.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. In: **CNJ traça perfil dos adolescentes em conflito com a lei**. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/58526-cnj-trac-perfil-dos-adolescentes-em-conflito-com-a-lei>>. 2012. Acesso em 23 abr. 2020.

COELHO, B. I.; ROSA, E. M. Ato Infracional e Medida Socioeducativa: Representações de Adolescentes em L.A. **Psicologia & Sociedade**; 25(1): 163-173, 2013. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/18.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2020.

CONANDA & SEDH. **Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescência**. Brasília, 2002.

CONCEIÇÃO W. L., ONOFRE, E. M. C. **Adolescentes em privação de liberdade: as práticas de lazer e seus processos educativos.** Rev. Latinoam. cienc. soc. Niñez juv vol. 11 n.2 Manizales July/dec. 2013.

COSCONI, V.; COSTA, L. L. A.; ROSA, E. M.; KOLLER, S. H. **O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil:** Uma revisão sistemática da literatura. Psico, 48(3), 231-242, 2017. Disponível em <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/24920>>. Acesso em 05 jun. 2020.

COSTA, A. C. G. Natureza e essência da ação socioeducativa. Em ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (org.) **Justiça, adolescente e ato infracional:** Socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

_____. **A presença da pedagogia:** teoria e prática da ação socioeducativa. São Paulo: Global/ Instituto Ayrton Senna, 1999.

CRONEMBERGER, R. V. **Medida Socioeducativa de Internação:** Um Mesmo Instituto para Coibir Atos Infracionais de Gravidades Distintas. 2012. Disponível em <http://www.mp.ce.gov.br/esmp/publicacoes/edi001_2012/artigos/16_Rafaella.Vasconcelos.Cronemberger.pdf>. Acesso em 04 jun. 2020.

DELL'AGLIO, D. D., SANTOS, S. S., & BORGES, J. L (2004). **Infração juvenil feminina:** uma trajetória de abandonos. Interação em Psicologia, 8(2), 191-198.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: Conversações. Trad. de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELIGNY, F. **Os vagabundos eficazes.** São Paulo: N-1 edições. 2018.

DEPIERI, F. J. **Procedimentos de segurança. Descrição das funções e atribuições dos agentes de apoio socioeducativo.** Superintendência de Segurança. São Paulo, 2011.

DIAS. M. B. **Manual de Direito das Famílias.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DIONÍSIO, B. **Livro mostra como tatuagens de presos contam histórico criminoso.** Jornal G1, 27 de janeiro de 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/01/livro-mostra-como-tatuagens-de-presos-contam-historico-criminoso.html>>. Acesso em 19 jun. 2020.

DUARTE, J., GARGIULO, C., MORENO, M. **Infraestrutura escolar y aprendizajes en la educación básica latinoamericana: Un análisis a partir del SERCE**. Banco Interamericano de Desarrollo, 2011.

EDWARDS, A. Relational agency in professional practice. A CHAT Analysis. **Actio: An Internacional Journal of human Activity Theory**, n. 1. 2007.

ENGESTROM, Y.; SANNINO, A. **Estudies of expansive learning. foundations, findings and future challenges**. Educational Research Review. V. 5, n. 1, 2010.

ESMERALDO, M. B. S. **Adolescência e Ato Infracional: Família em Conflito**. 2011. Disponível em < https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17500/1/MichelleBSE_DISSERT.pdf>. Acesso em 05 jun. 2020.

DOMINGOS, R. S.; GONÇALVES, V. M. “Avaliação Diagnóstica em Educação Física”. **Cadernos Orientadores**. Fundação Casa. Gerência de Educação Física e Esporte. São Paulo, 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coordenadora da tradução: I. Magalhães, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In I. Rizzini & F. Pilotti (Orgs.), **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil** (pp. 33-96). São Paulo: Cortez, 2009.

FIGUEIREDO, F. L. R. A Propósito do Vigiar e Punir em Foucault nas instituições atuais: Permanências? **Anais do Seminário dos Estudantes da Pós-Graduação em Filosofia da UFSCAR**. VIII Edição: 2012. Disponível em < <http://www.ufscar.br/~semppgfil/wp-content/uploads/2012/05/15-Fabio-Luis-Rodrigues-Figueredo-A-Prop%C3%B3sito-do-Vigiar-e-Punir-em-Foucault-nas-institui%C3%A7%C3%B5es-atuais-Perman%C3%Aancias.pdf>>. Acesso em jun. 2020.

FONSECA, S. M. O “Ensino Profissional” no Brasil: Colônia: a propósito de três planos de estudos de ensino – Nóbrega, Pombal e Lebreton. In E. L. Batista & M. T. Müller (Orgs.), **A educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI** (pp. 17-37). Campinas, SP: Alínea, 2013.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes,

2008

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Sécurité, territoire, population.** Paris: Ed. du Seuil, 2004.

FORTUNATO, M.; LAMBERT, A. R.; ARAÚJO, W. C. M. **Educação e medida socioeducativa:** Conceitos, Diretrizes, Procedimentos. Superintendência Pedagógica. São Paulo, 2010.

FRANCISCO, J. C., MARTINS, M. Adolescentes em privação de liberdade na Fundação Casa – Sorocaba, SP: ato infracional e processo educativo. Séries-Estudos - **Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB.** Campo Grande, MS, n. 38, p. 183-201, jul./dez. 2014.

FRASSETO, F. A. **Avaliação psicológica em adolescentes privados da liberdade: uma crítica à execução da medida de internação.** Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. Dissertação (mestrado), 2005.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **A educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra. 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P & SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor.** São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FREITAS, T. P. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. **Serv. Soc. Soc.** nº.105 São Paulo Jan./Mar. 2011. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100003 >. Acesso em 04 jun. 2020.

FREITAS, R. C. F; SILVA, G. P.; ARAÚJO, R. M. L; COSTA, C. G. S; COSTA, A. M. R. Privação de escolaridade: a situação do jovem em conflito com a lei. **Revista HISTEDBR On-Line.** vol. 18, n. 2, abr-jun. 2018. Campinas / SP. Disponível em < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645881> >. Acesso em 09 jul. 2020.

FUNDAÇÃO CASA - CENTRO TAMOIOS - FC TAMOIOS. **Plano Político Pedagógico**. Centro Socioeducativo Tamoios. São José dos Campos, 2017.

_____. **Plano de Ação**. Centro Socioeducativo Tamoios. São José dos Campos, 2018.

_____. **Planilhas Mensais**. Centro Socioeducativo Tamoios. São José dos Campos, 2020.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo, Cortez, 2003.

GADOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. São Paulo, 2012.

_____. **Pedagogia da práxis**. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, R. T. **Entre o mundo e a Casa: A passagem pelo Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa) e a aproximação aos códigos e procedimentos do sistema prisional**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol.10 – no 3 – SET/OUT/NOV/DEZ 2017 – pp. 449-478.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOZZI, G. F.; TURELLA, R. A Execução das Medidas Socioeducativas e seus reflexos na Ressocialização do Adolescente Infrator. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça/RJDSJ**, v. 5, n. 1, Nov-Dez/2017, p. 1-14.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GUALBERTO, J. G. G. **Educação escolar de adolescentes em contextos de privação de liberdade: um estudo de política educacional em escola de centro socioeducativo**. 123f. Belo Horizonte, 2011. Disponível em < http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_GualbertoJG_1.pdf>. Acesso em 10 jun. 2020.

HELLER, A. **O Cotidiano e a história**. Paz e Terra: São Paulo, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação de 2019**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

JIMENEZ, L.; FRASSETO, F. A. Face da Morte: A Lei em conflito com o Adolescente. **Rev. Psicologia & Sociedade**, nº 27, v. 2, 404-414. São Paulo: 2015.

JORNAL A VERDADE REGIONAL. “Internos da Fundação Casa fazem rebelião em Jundiaí, diz polícia”. **Jornal A Verdade Regional**, s/d. Disponível em: <<https://portalaverdade.com.br/internos-da-fundacao-casa-fazem-rebeliao-em-jundiai-diz-policia/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

JESUS, D. Evangelista . **Lei da Palmada**: qual é o limite? 2014. Disponível em <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/lei-da-palmada-qual-e-o-limite/13955>>. Acesso em jun. 2020.

JUNQUEIRA, M. F. P. S., & DESLANDES, S. F. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança [Versão eletrônica]. **Cadernos de Saúde Pública**, 19(1), 227-235. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csp/v19n1/14923.pdf>. Acesso em: 02 de jan. 2021.

LAL, S. S. M & UNGAR, M. Examining the potential of combining the methods of grounded theory and narrative inquiry: A comparative analysis. **The Qualitative Report**, 17(21), 2012. Disponível em <<https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol17/iss21/1/>>. Acesso em 06 jun. 2020.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

LE BRETON, D. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo, Cortez: 1994.

LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 70 (no.spe.): 20-33.

LIMA, I. M. S. O., ALCÂNTARA, M. A. R., ALMEIDA, K. V. D., ALVES, V. S. A. Experiências de violência intrafamiliar entre adolescentes em conflito com a Lei. **Rev Bras Crescimento Desenv. Hum.** 2006; n. 16, v. 2, p.16-24. São Paulo: 2016.

LIMA, J. V. **Entre o 'Recuperável' e o 'Estruturado'**: classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a lei. Dissertação de Mestrado. 2014. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-14012015-121821/pt-br.php>>. Acesso em 09 jul. 2020.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. In: ROSA. M. da G. de. A história da educação através de textos. São Paulo: Cultrix, 2001.

LOMBARDI, M. I. **Lazer como prática educativa: as possibilidades para o desenvolvimento humano**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MACHADO, É. B. L. A.; GONÇALVES, C. F. Encarceramento como Política Social de combate às drogas: Um estudo sobre *second codes* no julgamento dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais, RBCCRIM**. vol. 117, novembro-dezembro 2015. Crime e Sociedade. Disponível em <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RBCCrim_n.117.10.PDF>. Acesso em jun. 2020.

MAKARENKO, A. **Conferências sobre educação infantil**. Lisboa: Horizonte Pedagógico, 1976.

_____. **O livro dos pais**. Lisboa: Horizonte Pedagógico, 1981. (v. 2).

_____. **Poemas pedagógico**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (v. 2).

MALLART, F. **Cadeias dominadas**: a Fundação Casa, suas dinâmicas e trajetórias de jovens internos. São Paulo: Terceiro Nome, 2019.

MALVASI, P. A. Entre a Frieza, o Cálculo e a “Vida Loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. **Rev. Saúde Soc.** São Paulo, v.20, n.1, p.156-170, 2011.

MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e sociedade: múltiplos olhares**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

MARSHALL, C., & ROSSMAN, G. B. **Designing qualitative research** (2nd ed., 78-79. Thousand Oaks: CA. Sage Publications, 1995.

MARTINS, E. C. C.; CALDERÓN, A. I. Avaliação educacional: fatores contextuais de eficácia escolar em cenários de alta vulnerabilidade social. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v.10, n.1, p.1138 - 1159, jan. /jun. 2020.

MARTINS, J. S. **Reflexão crítica sobre o tema da exclusão social**. In. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.p 25-47.

MASSARO, C. M. Preparação para o trabalho na Fundação Casa: oficinas profissionalizantes. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 219-232, mai.-ago. 2010. Disponível em <<http://www.Cedes.Unicamp.br>> acesso em 18 de jan, 2021.

MARPEAU, J. **O processo educativo**. Porto Alegre. Artmed, 2013.

MARX, K. **O Capital: critica da economia política**. São Paulo. Ciências Humanas, 1988. 14-128.

MARZOCHI, A. S. **História de vida dos jovens da Fundação CASA: O lugar da escola nessas vidas**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas: 2014. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/254093/1/Marzochi_AndreaSouza_M.pdf>. Acesso em mai. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolitics**. Public Culture, Duke, 2018.

MELO, L. L. B.; SILVA, C. M. A. A importância da família na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, v.1 n.1, 2017. Disponível em: <<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/view/599>>. Acesso em 10 jun. 2020.

MENESES, E. R. **O Ministério Público e as medidas socioeducativas: uma reflexão jurídico-pedagógica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8583>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAHIM, M. A. SPOSATO, K. B. A Internação de Adolescentes pela Lente dos Tribunais. **Revista Direito GV**, São Paulo. 7(1) | p. 277-298; jan-jun 2011.

MORAGAS, F. S. **Para além da normalização: As Medidas Sócio educativas em Meio Aberto na zona de fronteira das ilegalidades**. 2011. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16916/1/Fernando%20Silva%20Moragas.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2020.

MOREIRA, J. O.; GUERRA, A. M. C.; OLIVEIRA, N. Ar.; SOUZA, J. M. P.;

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**; trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeame Sawaya, revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOSÉ, V. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NARDI, F. L. (2010). **Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre família, ato infracional e medida socioeducativa**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

NASCIMENTO, M. L. **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

NEGRI, P. S. **Comunicação didática: A Intencionalidade Pedagógica Como Estratégia de Ensino**. Módulo I. Londrina: LABTED/UEL, 2008.

NETO, N. T. A.; CONSTANTINO, P.; ASSIS, S. G. Análise bibliográfica da produção em saúde sobre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade. **PHYSIS Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27 n. 3, p. 511-540. 2017.

NERI, N. E. O “convívio” em uma “cadeia dimenor”: um olhar sobre as relações entre adolescentes internados. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do Ppgas**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p.268–292, 2011.

NEVES, M. N. Focos de Intervenção do/a Assistente Social na Fundação Casa: Adolescente no Contexto Sociofamiliar, Família e Rede Socioassistencial. In: **Caderno Técnico**. Superintendência De Saúde - Conceitos, Diretrizes E Procedimentos – Fundação CASA, 2020. Disponível em < https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Caderno_Superintendencia_de_Saude.pdf>. Acesso em 02 mai. 2020.

NOGUCHI, N. F. C; LA TAILLE, Y. **Universo Moral de Jovens Internos da FEBEM**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 133, p. 11-40, jan./abr. 2008.

NOGUEIRA, R. R.; PEREIRA, A. S. F.; OLIVEIRA, R. C. A. **Práticas pedagógicas na medida socioeducativa de internação da Fundação Casa (SP): análise documental**. Cadernos de Pós-graduação, São Paulo, v.20, n.2, p. 37-49, jul./dez. 2021.

OLIC, M. B. “Entre os Dispositivos e as Disposições: relações de Poder Em Tempos De Fundação CASA”. **Ponto Urbe**, 31 jul. 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/573>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Oliveira, M. A. M. et al. **Novas Linguagens e novas tecnologias: Educação e sociabilidade**. São Paulo: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, A. S. **A Fundação CASA e o trabalho educativo escolar**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PADOVANI, A. S; RISTUM, M. **A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade**. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 969-984, out./dez. 2013. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/ep/v39n4/aop1064pt.pdf> >. Acesso em 22 dez. 2019.

PAULA, L. de. Encarceramento de Adolescentes: O Caso FEBEM. LIMA, Renato Sergio de, PAULA, Liana de. Orgs. **Segurança Pública e Violência – O Estado está cumprindo o seu papel?** 1ª ed; 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Orgs.. **Punição e cidadania: adolescentes e Liberdade Assistida na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2017.

PAZ, I. Alunos considerados indisciplinados ou em cumprimento de medida socioeducativa são estigmatizados nas escolas. AUN – **Agência Universitária de Notícias – USP**. 2017. Disponível em < <http://www.usp.br/aun/index.php/2017/07/13/alunos-considerados-indisciplinados-ou-em-cumprimento-de-medida-socioeducativa-sao-estigmatizados-nas-escolas/> >. Acesso em 22 jul. 2020.

PELBART, P. P. **Necropolítica tropical**. N-1 edições. São Paulo, 2018.

PENSO, M. A; COSTA, L. F; CONCEIÇÃO, M. I. G; CARRETEIRO, T. C. O. C. As mães dos adolescentes que cometeram ato infracional social e de natureza sexual. **Interacções** N°. 25, pp. 151-179, 2013.

PEREIRA, M. R. P. **Agências de alunos cearenses do Ensino Médio: o “chamego” entre escola, comunidade e universidade**. 2019. 172 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

PRADO, A. C. G. C. **O jovem egresso do sistema socioeducativo e seu acesso a políticas sociais: como prossegue a história?** 89 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2014.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 1991.

PORTAL G1. “Fundação Casa afasta diretores após agressão a interno em São José, SP”. **Portal G1**, 28 ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba->

regiao/noticia/2019/08/28/fundacao-casa-afasta-diretores-apos-agressao-a-interno-em-sao-jose-sp.ghml>. Acesso em :15 jun. 2020.

_____. “Internos da Fundação Casa da Raposo Tavares fazem rebelião em SP”. **Portal G1**, 22 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/01/22/rebeliao-na-fundacao-casa-em-sp-termina-apos-8-horas.ghml>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 08 mai. de 2019.

RAMOS, M. C. de J. **As medidas socioeducativas previstas no ECA**. 2018. Disponível em <<https://canalcienciascriminais.com.br/medidas-socioeducativas-eca/>>. Acesso em abr. 2020.

RANIERE, E. **A invenção das medidas socioeducativas**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

REIS, J. V. S. **Onde está o Pai?** O lugar do homem em famílias “matrifocais” pobres na cidade de São Paulo. Tese de Mestrado. USP. São Paulo: 2014. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-26112014-123101/es.php>>. Acesso em abr. 2020.

Ribeiro, M. Exclusão e *educação social*: conceitos em superfície e fundo. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006 155 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em: 22 de jan. 2021.

RIBEIRO FILHO, D. P. **Manual de Rotinas em Odontologia**. Superintendência de Saúde. Gerência Psicossocial. São Paulo, 2009.

_____. **Bases de Apoio Técnico para Psicologia na Fundação CASA**. Superintendência de Saúde. Gerência Psicossocial. São Paulo, 2012.

_____. **Bases de Apoio Técnico para o Serviço Social na Fundação CASA**. Superintendência de Saúde. Gerência Psicossocial. São Paulo, 2013.

_____. **Manual de Rotinas e Procedimentos de Enfermagem**. Superintendência de Saúde. Gerência de Saúde. São Paulo, 2014.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SALGADO, M. M. & ALENCAR, H. M. D. (2013). Caracterização de adolescentes em medida de internação: Estudo na área da moralidade. **Psicologia Argumento**, 31(73), 257-269.

SALIBA, M. G. **O olho do poder: análise crítica da proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Unesp, 2006.

SÃO JOSE DOS CAMPOS. **Lei Ordinária nº 4414**. Cria os Conselhos Tutelares na forma prevista artigos 131 a 140 da Lei Federal Nº 8069. São José dos Campos, 1993. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-dos-campos/lei-ordinaria/1993/441/4414/lei-ordinaria-n-4414-1993-cria-os-conselhos-tutelares-na-forma-prevista-nos-artigos-131-a-140-da-lei-federal-n-8069-90-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____. Prefeitura Municipal de São Jose dos Campos. Decreto 18.717 de 15 de janeiro de 2021. Disponível em <<https://servicos2.sjc.sp.gov.br/legislacao/Decretos/2021/18717.pdf>>. Acesso em 05 mar. 2021.

_____. Prefeitura Municipal de São Jose dos Campos. Plano Municipal de Assistência Social de São Jose dos Campos, 2016-2018. Disponível em <<https://www.sjc.sp.gov.br/media/49007/plano-municipal-de-assistencia-social.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2020.

SÃO PAULO. Fundação Casa - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. **Portaria Normativa 285/16**. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/62.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 279/15**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 148/08**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 143/08**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 141/08**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 099/06.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. Fundação Casa - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. **Portaria Normativa 098/06.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 096/06.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 095/06.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 49/02.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 026/00.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 022/00.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 012/00.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Portaria Normativa 0003/99.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/files/portarias/82.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. Fundação Casa. **Regimento Interno.** São Paulo, 2012.

_____. **Portaria Normativa 224/12.** São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?sub=10>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. **Lei 12469. Altera a denominação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.** São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12469-22.12.2006.html>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

_____. Documento Orientador Conjunto. SEE/CGEB. Fundação CASA/Gerência Escolar. nº 01. **Procedimentos para a garantia de acesso à educação básica aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado: Orientações gerais aos**

servidores da SEE e da Fundação CASA. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?sub=9>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

_____. Fundação Casa. **Caderno de Nutrição.** Superintendência de Saúde. Gerência de Saúde. São Paulo, 2018.

_____. Fundação Casa. **Núcleo de Produção de Informações Estratégicas – NUPRIE.** 2019. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br/up.ashx?f=boletins/Boletim2/038.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. **Boletins Informativos – 2020/2021.** Disponível em <<https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/boletins-2020/>>. Acesso em 26 nov. 2021.

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Ocorrência policial registrada por mês no ano de 2017.** Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SCISLESKI, A. C. S. J; GALEANO, G.; CAETANO, C.; BRUNO, B. Polícias de Saúde: Quem Tem Medo de Usuários de Drogas? **Revista Polis e Psique**, v. 3, n. 3, pp. 106-124, 2014.

SCISLESKI, A. C. C.; BRUNO, B. S; GALEANO, G. B; SANTOS, S. N.; SILVA, J. L. C. Medida Socioeducativa de Internação: Estratégia punitiva ou protetiva? **Revista Psicologia & Sociedade**, 2015, n. 27, vol. 3, 505-515.

SILVA, A. M. R. **A Medida Socioeducativa de Internação e as Interferências das Facções do Tráfico de Drogas na Dinâmica Institucional do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE).** 2019. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198072>>. Acesso em 12 mai. 2020.

SILVA, F. R. L. **Percurso do corpo nos percalços da juventude em Liberdade Assistida.** 2019. Dissertação de Mestrado. Disponível em <<https://www.unicamp.br/unicamp/teses/2019/04/03/percurso-do-corpo-nos-percalcos-da-juventude-em-liberdade-assistida>>. Aceso em 13 jun. 2020.

SILVA, R.; MOURA, R.; SOUZA NETO; J.C. de (Org). **Pedagogia Social.** São Paulo: Expressão & arte, 2009.

SIMÕES, C. A. Políticas públicas do ensino médio: realidade e desafios. In: FERREIRA, Cristina Araripe (Org.). **Juventude e iniciação científica: políticas públicas para o ensino médio**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010. p. 135-142.

SIQUEIRA, L. C.; RUI, T. C. Entre gêneros e conflitos com a lei como as medidas socioeducativas explicitam as delimitações impostas pelas construções do papel do feminino. **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, Campinas, SP, n. 26, 2019.

SNYDERS, G. **Escola, classes e luta de classes**. São Paulo, Centauro, 2005. SOARES, C. A. N. Medidas socioeducativas com seus dispositivos disciplinares: o que, de fato, está em jogo nesse sistema? **Rev. psicol. polít.** vol.15 no.33 São Paulo ago. 2015. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200004>. Acesso em 25 mai. 2020.

SOARES, M. **Precariedade e mistificação da precarização: Superexploração da força de trabalho**. Vértices, Campo de Goytacazes (RJ), v.22, n. Especial, p. 667-686, 2020.

SOUZA, L. A.; COSTA, L. F. A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. **Psico-USF** vol.18 no.2 Itatiba May/Aug. 2013. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000200011>. Acesso em 09 jul. 2020.

TAMOIOS NEWS. “Internos da Fundação Casa se rebelam em Caraguá”. **Tamoios News**, 12 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.tamoiosnews.com.br/geral/internos-da-fundacao-casa-se-rebelam-em-caragua/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

TEIXEIRA, J. P. **A Ineficácia das Medidas Socioeducativas para os Menores Infratores**. Disponível em < <http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2015/04/doctrina40912.pdf>>. Acesso em jun. 2020.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas; 1997.

TOLSTOI, L. N. **A escravidão moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

TORROBALDO, F. A. P.. **O Sistema de Referência e Contra Referência no atendimento ao adolescente infrator: Percepção dos profissionais de saúde da Fundação CASA**. Dissertação de Mestrado. Botucatu: 2008.

TOURAINÉ, A. Juventud y Democracia en Chile. **Revista Última Década. Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas (CIDPA)**. Viña del Mar, Chile, n. 8, 1998. Disponível em: <http://www.Cidpa.cl>. Acesso em 30 jan. 2020.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de Didática**. 2. Ed. Campinas: Papirus, 1992.

VIANA, E. S. **O Despertar para a Autonomia, Protagonismo e Alteridade sob a Concepção da Pedagogia Salesiana e de Paulo Freire: Um estudo de caso na Escola Salesiana São José - Campinas-SP**. 2016. Disponível em <https://unisal.br/wp-content/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_ELISETE-SOAVE-VIANNA.pdf>. Acesso em 21 jun. 2020.

VOGL, I. **Medidas socioeducativas: Plano Individual de Atendimento incentiva desenvolvimento de potencialidades do adolescente**. 2019. Disponível em <<https://www.feac.org.br/medidas-socioeducativas-plano-individual-de-atendimento-incentiva-desenvolvimento-de-potencialidades-adolescente/>>. Acesso em 15 jun. 2020.

YOKOMISO, C. T. Famílias e medidas socioeducativas: da fragilidade à autonomia. Orgs: JULIÃO, E. F.; ABDALLA, J. F. S.; VERGÍLIO, S. S. **Delinquência Juvenil, Políticas Públicas e Direitos Humanos**. Novo Degase. Rio de Janeiro, 2014

ZANELLA, M. N. (2018). **Bases teóricas da socioeducação: análise das práticas de intervenção e metodologias de atendimento do adolescente em situação de conflito com a lei**. Dissertação de Mestrado. Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo.

ZAPATA, F. B. Internação: Medida socioeducativa? Reflexões sobre a socioeducação associada à privação de liberdade. **Revista da Defensoria Pública: Direito da Criança e do Adolescente**, (ed. esp.), 43-50; ano 2012.

ZAPPE, J. G., DIAS, A. C. G. **Grades não prendem pensamentos: limites da institucionalização na reconstrução do projeto de vida do adolescente**. 2011. Disponível em <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/6762>>. Acesso em 25 mai. 2020.

ANEXO.

A. ANEXO – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O/a Sr (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa "Práticas pedagógicas na medida de internação: impactos e consequências na trajetória de vida dos adolescentes egressos da Fundação Casa de São José dos Campos, sob a responsabilidade do pesquisador Rivanil Rubens Nogueira. Nesta pesquisa buscaremos conhecer os impactos e consequências das práticas pedagógicas na vida dos adolescentes. Sua participação é voluntária e se dará por meio da abordagem qualitativa, pois buscaremos conhecer a realidade investigada a partir das experiências dos participantes. As entrevistas serão gravadas em um aparelho celular e serão mantidas em sigilo por um período de cinco anos, conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho da Ética em Pesquisa com Seres Humanos-resolução n.º 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Como instrumento para coleta de dados será utilizada a entrevista semiestruturada que combina perguntas abertas e fechadas. Os potenciais benefícios de sua participação nesta pesquisa consistem na ampliação de conhecimentos sobre a temática estudada. Salientamos que os riscos em relação a sua participação na pesquisa são mínimos e estão relacionados a possíveis inibições em participar da entrevista. Entretanto, as dúvidas serão esclarecidas a fim de proporcionar ao entrevistado conforto e segurança ao responder as perguntas da entrevista. Entretanto, as dúvidas serão esclarecidas a fim de proporcionar ao entrevistado conforto e segurança ao responder as perguntas da entrevista. Para participar deste estudo o/a Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor (a). Para qualquer outra informação o Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (12)981006094 (obs. Inclusive ligações à cobrar), e-mail: nil.poeta@hotmail.com. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de Ética em Pesquisa – O CEP – Sede Campus Monte Alegre localiza-se no andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 – Perdizes – São Paulo – SP – CEP: 05015-001 – Tel./FAX: (11) 3670-8466 – e-mail: cometica@pucsp.br

São José dos Campos, dezembro de 2019.

Ass.

Rivanil Rubens Nogueira

B. ANEXO – Declaração de Autorização de Realização da Pesquisa – Fundação Casa de São José dos Campos.



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o projeto de pesquisa proposto pelo Sr. Rivanil Rubens Nogueira, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, intitulado *Práticas Pedagógicas Relacionadas a Medidas Socioeducativas de Internação: impactos e consequências na trajetória de vida dos egressos da Fundação Casa de São José dos Campos*, foi APROVADO para ser realizado no âmbito da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação Casa-SP, conforme procedimentos estabelecidos em Portaria Normativa nº 155/2009.

São Paulo, 03 de abril de 2019.



Monica M. de O. Braga Cukierkorn
Assessora da Presidência